



Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará

Avaliação Institucional
2003



Governador do Estado do Ceará
Lúcio Gonçalo de Alcântara

Vice-Governador do Estado
Francisco de Queiroz Maia Júnior

Secretária da Educação Básica
Sofia Lerche Vieira

Secretário Adjunto da Educação Básica
Luis Eduardo de Menezes Lima

Secretária Executiva
Edlourdes Pires Moura Coelho

Coordenadoria de Planejamento e Política Educacional
Eloísa Maia Vidal

Coordenadoria de Articulação e Gestão Educacional
Maria Marlene Vieira Amancio

Coordenadoria Administrativa-Financeira
Edson Seabra Júnior

Coordenadoria de Desenvolvimento Técnico-Pedagógico
Silvana Góis Nogueira

Unidade de Gerenciamento de Projetos
José Ribeiro da Silva

Edições SEDUC

Coordenação Editorial
Eloísa Maia Vidal

Capa e Projeto Gráfico
Roberto Santos

Editoração Eletrônica
Alexandre J. Brandão

Revisão
Edísio Fernandes

Catologação na Fonte
Carmem Araújo

Este projeto conta com o apoio do acordo de empréstimo Nº 4591/BR do Banco Mundial

C387c Ceará. Secretaria da Educação Básica. Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais. Célula de pesquisa e Avaliação Educacional. Avaliação institucional nas escolas públicas do Ceará : construindo um modelo de gestão participativa: resultados de 2003/Secretaria da Educação Básica. - Fortaleza : Edições SEDUC, 2005. 116p. ISBN 85-99166-05-0 1. Educação. 2. Avaliação institucional. 3. Escola pública. 4. Gestão participativa. 5. Avaliação escolar. I. Secretaria da Educação Básica. II. Título.

CDD 371.272

Mesmo que a auto-avaliação fique restrita a uso exclusivamente interno, ela representa um desafio de bom tamanho, pois uma escola está longe de ser 'uma grande família', já que é sempre permeada por tensões entre direção e corpo docente, entre diferentes tendências pedagógicas e ideológicas, às vezes entre prédios diferentes, entre cursos diversos, entre corpos docentes de orientações e estatutos variados, entre literatos e cientistas, entre professores de disciplinas técnicas e os de cultura geral (...) Numa escola, nenhum ator individual ou coletivo tem interesse na transparência total.

(Perrenoud, 1999, p.194).

SUMÁRIO

Apresentação	07
Introdução	09
1. Princípios e objetivos	10
2. Retrospectiva histórica	12
3. Processo metodológico	14
4. Apresentação dos resultados	15
Organização do trabalho escolar	19
1. Movimento e rendimento escolar dos alunos no EF e EM	21
2. Nível de qualificação e situação profissional dos docentes e funcionários	23
3. Qualidade e utilização dos espaços, serviços e equipamentos da escola	25
Organização do trabalho docente	37
1. Avaliação do trabalho docente	40
2. Práticas adotadas para garantia da aprendizagem	47
Ambiente escolar e espaços de participação	55
1. Espaços de participação	57
2. Qualidade das relações	59
3. Atuação do corpo técnico-administrativo e dos organismos escolares	64
4. Percepção dos alunos sobre a escola	67
5. Considerações finais	71
Referências bibliográficas	73
Anexos	75

APRESENTAÇÃO

O Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará (SPAECE), criado em 1992, vem ao longo dos anos se modernizando e incorporando novas abordagens avaliativas. Num primeiro momento, o SPAECE se configurava apenas na vertente de rendimento escolar, sendo em 1996 ampliado, com a inclusão da vertente de Avaliação Institucional, que se propõe a ser uma auto-avaliação da escola, em todos os seus aspectos e realizada por todos os seus segmentos da comunidade escolar.

A Avaliação Institucional vem, ao longo do processo, ampliando consideravelmente a sua abrangência. Contando, em seu início, com a participação de apenas 44 escolas, no ano de 2003 este número eleva-se para uma adesão de 496 escolas.

Essa adesão demonstra a credibilidade da comunidade escolar em realizar sua auto-avaliação, entendendo que a partir dela, a escola passa a contar com um instrumento que possibilita uma reflexão coletiva, oferecendo elementos para intervir diretamente em suas ações.

Verificando os resultados, percebe-se, porém, que ainda temos muito a realizar, principalmente na sensibilização da comunidade escolar para que a participação de todos seja feita sem medo, compreendendo que, segundo seus princípios, a Avaliação Institucional não se prende a medidas punitivas.

Um outro desafio a ser enfrentado se refere à utilização dos resultados da avaliação. Neste sentido, SEDUC, Crede e Escola devem estar atentos para demandas identificadas como preocupantes, e dentro da abrangência de suas responsabilidades procurar atendê-las.

Muitas destas demandas estão na área de atuação da própria escola que, exercendo a sua autonomia e revendo seus resultados, pode contemplar no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ações que venham a contribuir para a construção da escola de qualidade.

Sofia Lerche Vieira
Secretária da Educação Básica

INTRODUÇÃO

A Avaliação Institucional, uma das vertentes do Sistema Permanente de Avaliação Básica do Estado do Ceará (SPAECE), teve sua continuidade garantida ao ser eleita como uma das metas do Plano de Educação, por ocasião do seminário *Discutindo o Plano Estadual de Educação 2003/2006*, promovido pela Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC) em fevereiro de 2003.

Para a realização dessa meta, fazia-se necessário vencer um duplo desafio: aperfeiçoar o processo em si e refinar a qualidade e consistência da análise de seus resultados, a fim de melhor subsidiar a tomada de decisões e a redefinição de prioridades, em termos de política educacional para o quadriênio.

No Ano IV (2003) da Avaliação Institucional, a Célula de Pesquisa e Avaliação Educacional (CEPAE), da Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais (COPPE), tomou para si a dupla responsabilidade: aperfeiçoar o processo, revendo e reelaborando os instrumentais, e refinar a análise dos resultados, mediante a sistematização informatizada dos dados.

Os novos instrumentais incluem questões abertas e fechadas. As primeiras possibilitam à comunidade escolar manifestar seu pensamento de forma mais livre, estabelecendo vínculos com aspectos do cotidiano escolar, expressos nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e nos Planos de Desenvolvimento das Escolas (PDE), enquanto as segundas permitem respostas padronizadas e viabilizam a elaboração de quadros, gráficos e tabelas. O pressuposto era o de que os dados quantitativos pudessem ser iluminados pelos comentários e análises qualitativas.

Do ponto de vista metodológico, o processo manteve a sistemática utilizada no Ano III (2002): capacitação das equipes dos Credes e integrantes dos conselhos escolares e grêmios estudantis; sensibilização da comunidade escolar; encontros específicos, por segmentos, para a aplicação dos instrumentais; sistematização dos dados e elaboração dos relatórios por escola e por Crede.

As escolas da rede pública estadual e algumas municipais, ao todo 516, aderiram ao processo de sensibilização. Ao final, 490 (quatrocentas e

noventa) escolas estaduais e 6 (seis) municipais concluíram todas as etapas previstas e apresentaram seus relatórios.

Na execução dos trabalhos, foram envolvidos 165 (cento e sessenta e cinco) municípios e todos os Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede), na época, em número de 23 (vinte e três).

Para a elaboração deste Relatório Final, a CEPAE utilizou-se do conjunto dos relatórios individuais dos Crede, cujos dados serão analisados a partir da subdivisão nas categorias Organização do Trabalho Escolar, Organização do Trabalho Docente e Ambiente Escolar.

A análise cuidadosa dessas categorias permitiu esboçar um perfil das conquistas e desafios em termos de gestão escolar, identificando umas e outras e, sempre que possível, buscando valorizar os ganhos e, no caso das dificuldades, atribuir responsabilidades às diferentes instâncias hierárquicas e redefini-las.

Este documento tem como objetivo divulgar para a comunidade educacional e para a sociedade em geral esse cenário de avanços, paradas e retrocessos. Procura também levantar questões e provocar a reflexão sobre as informações coletadas, permitindo que as escolas, ao lançarem um olhar sobre si mesmas, percebam a necessidade de mudanças ou aperfeiçoamento de suas práticas.

1. Princípios e objetivos

A Avaliação Institucional responde ao direito de a sociedade exigir uma escola de qualidade e ao dever de o Estado proporcioná-la. Porque reconhece esse dever, a política educacional do Ceará, expressa no Plano de Educação Básica *Escola Melhor, Vida Melhor* assumiu o compromisso de envidar todos os esforços na busca dessa qualidade. Nas palavras de Vieira (2004)

... a qualidade não é algo abstrato ou intangível, sua conquista é tarefa de todos (...) escolher a qualidade como princípio norteador de nosso trabalho cotidiano é um compromisso de cidadania e, ao mesmo tempo, um imperativo de sobrevivência na era do conhecimento (SEDUC, p. 11).

Para alcançar esse objetivo, urge que a escola defina, execute e avalie coletivamente suas direções, prioridades e ações. Ouvir a opinião da comunidade escolar e daquela ao seu entorno possibilita a construção de estratégias alternativas, capazes de reforçar e aperfeiçoar as conquistas e também de encontrar saídas para as dificuldades e impasses. A participação da comunidade escolar constitui expressão de sua autonomia, e

Ter autonomia implica conhecer diferentes pontos de vista e argumentar a respeito de idéias e decisões. O diálogo entre

docentes, equipe gestora e comunidade favorece a melhor qualidade da educação na escola e o sucesso do aluno (Dourado & Duarte, 2001. p. 67).

Com os olhos voltados para o respeito às divergências, concebe-se a Avaliação Institucional fundada nos alicerces da qualidade social da escola e da construção da autonomia escolar e, politicamente, aberta aos intangíveis horizontes do conhecer, do aprender, do viver, do sonhar...

No que concerne aos princípios, adotaram-se aqueles descritos por Ristoff (1995) e definidos para o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) já mencionados: adesão, não premiação ou não punição, globalidade, legitimidade e continuidade.

Em 2003, Ano IV, incluiu-se o princípio da publicidade, imperativo do que reza a Carta Magna de 1988, em seu Capítulo VII, Seção I, Art. 37, *caput*:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência....

No que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos, a Avaliação Institucional mantém como referencial a pesquisa qualitativa que, pela sua natureza, não visa estabelecer generalizações e/ou comparações. Os resultados das diferentes escolas devem ser por elas analisados, confrontando-os com os seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e seus Planos de Desenvolvimento Escolar (PDE), ao longo do tempo, depurados e processados a partir do referencial da própria unidade escolar.

Torna-se desnecessário repetir que as avaliações centradas nos processos internos da escola, conhecidas como auto-análise ou auto-avaliação, orientam a mesma na identificação de acertos e dificuldades, a fim de que possa delinear caminhos para o seu aperfeiçoamento e/ou superação.

A Avaliação Institucional, integrando o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (SPAECE), articula duas vertentes que se encontram no objetivo maior de oferecer às escolas uma visão multifacetária sobre seu desempenho:

... não pretende tomar o lugar das abordagens quantitativas e comparativas: deseja, sim, contribuir para uma reflexão prévia das operações de avaliações das meso-estruturas, insistindo na definição necessária do sistema de referências em relação ao qual vão ser escolhidos os critérios e, conseqüentemente, os indicadores desta avaliação, procurando que este processo não se realize em função de um referencial normativo pre-existente e fechado, mas antes em função de um referencial a construir (Figari, 1999, p.152).

A articulação da vertente externa – verificação do rendimento escolar dos alunos – e da vertente interna – a avaliação institucional, qualitativa e centrada em processos de auto-análise possibilita conhecer o desempenho da escola, bem como a atuação dos Credes, junto às escolas e da SEDUC em relação aos Credes.

Em síntese, objetiva-se:

- Subsidiar a formulação e o monitoramento das políticas educacionais.
- Aprofundar, qualitativamente, os resultados identificados na avaliação do rendimento escolar (SPAECE) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).
- Estimular o processo de autoconhecimento da realidade escolar, envolvendo toda a comunidade no seu Projeto Político Pedagógico e no Plano de Desenvolvimento da Escola.
- Implementar o processo de formação e atuação dos Conselhos Escolares para que possa desenvolver, de forma competente, sua função avaliativa.
- Prestar contas à comunidade das ações desenvolvidas e resultados obtidos pela escola.

2. Retrospectiva histórica

Favorecida pela política educacional implementada em 1995, e apoiada financeiramente pelo Projeto Nordeste, através do componente Inovações Pedagógicas, o Estado do Ceará implantou em suas escolas a Avaliação Institucional. Essa experiência pioneira iniciada em 1996, adotou os mesmos princípios defendidos pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), anteriormente mencionados.

No Ano I do Projeto, a meta era sensibilizar todas as escolas da rede estadual localizadas em Fortaleza, e realizar o acompanhamento em 60 delas. Todas foram mobilizadas, entretanto, apenas 30 aderiram à Avaliação. Parece terem concorrido para a pequena adesão a falta de segurança das escolas quanto aos possíveis usos que a SEDUC faria dos resultados obtidos e também o acúmulo de atividades que, muitas vezes, atropelam o cotidiano escolar.

Partiu-se, então, para estender a experiência aos municípios. Foram mobilizadas as escolas de Maranguape e de Icapuí, por já existirem nesses municípios focos de sensibilização em relação a processos avaliativos. Juntaram-se ao processo 6 (seis) escolas de Icapuí e 8 (oito) de Maranguape.

Nesse primeiro ano evidenciou-se a relevância da avaliação, especialmente por ter propiciado um clima de convivência participativa dos diversos segmentos das escolas, tendo-se destacado, particularmente,

a satisfação dos pais em poder colaborar com a instituição em que seus filhos estudavam, e a perspectiva vislumbrada pelas escolas de se autoconehcerem e utilizarem esse conhecimento para delinear alternativas capazes de superar os entraves vivenciados no cotidiano escolar.

A previsão para o Ano II (1998) era de estender o processo a 200 (duzentas) escolas, sendo 10 (dez) por Crede. Nesse ano estariam excluídas as escolas localizadas em Fortaleza, já capacitadas anteriormente. O trabalho de sensibilização recebeu acolhida favorável por parte de 193 (cento e noventa e três) escolas públicas de 130 (cento e trinta) diferentes municípios.

Como havia previsão financeira, nesses dois primeiros anos, a Avaliação Institucional dispunha do apoio de uma consultoria externa, responsável pela concepção e montagem das estratégias de operacionalização e análise dos dados. Os recursos existentes viabilizaram, também, a realização do trabalho pelas equipes técnicas da SEDUC e dos Credes. Junto às escolas, foram constituídos grupos de trabalho, nos casos em que elas não dispunham ainda de Conselhos Escolares estruturados.

O grupo de trabalho (GT) da SEDUC era o principal responsável pelas diretrizes do projeto, pelo seu acompanhamento junto aos Credes e pela análise e sistematização dos resultados. Foi elaborado um relatório parcial, posteriormente sistematizado pela consultoria, juntamente com o grupo da SEDUC, e transformado em um Relatório Estadual.

Nos Crede, os grupos responsáveis articularam, acompanharam e coordenaram as atividades desenvolvidas, produzindo os relatórios regionais. Nesse trabalho, contaram com a participação de bolsistas, cuja função era realizar o apoio logístico, a aplicação dos instrumentais e a tabulação dos dados.

Ao final do Projeto Nordeste, a Avaliação Institucional enfrentou o grande desafio de garantir a sua continuidade, por não mais existirem recursos disponíveis. Assim, no Ano III, sem apoio financeiro, mas acreditando nos resultados obtidos nos dois anos anteriores, optou-se por modificar a metodologia, especificamente, no que se referia às categorias estudadas, aos instrumentais utilizados e à sua forma de aplicação.

Em termos de sua concepção e de seus princípios nada foi alterado, e em relação à sua operacionalização, manteve-se a função dos técnicos e dos Conselhos Escolares, cujos trabalhos independiam de fonte de financiamento. O mesmo, entretanto, não aconteceu com o trabalho dos bolsistas, que, necessariamente, precisavam ser remunerados.

Nos Anos I e II, os instrumentais (questionários), compostos de itens fechados e abertos, eram respondidos individualmente, o que exigia enorme esforço e dispêndio de tempo para sua tabulação e consolidação, decorrente do elevado número de informantes e da não adoção de procedimentos estatísticos amostrais.

Para contornar essa dificuldade, optou-se, então, pela substituição

dos questionários por entrevistas semi-estruturadas, aplicadas pelos Conselhos Escolares em assembléias organizadas por segmento, em grupos de não mais de 10 (dez) integrantes.

Dentre as estratégias utilizadas para dar continuidade à Avaliação Institucional, destaca-se como fundamental a sua incorporação ao SPAECE. Tal incorporação possibilitou o enriquecimento da vertente interna até então existente – análise da qualidade dos serviços, equipamentos e atribuições da escola – com a vertente externa – avaliação do rendimento escolar dos alunos.

Nesse Ano III, todas as escolas da rede estadual de ensino foram sensibilizadas. A rede municipal não foi envolvida pela inexistência de condições para se oferecer capacitação e acompanhamento ao sistema como um todo. A despeito das dificuldades, 415 (quatrocentas e quinze) escolas realizaram suas avaliações.

No Ano IV (2003), a Avaliação Institucional, objeto do presente Relatório, realizou-se sem grandes mudanças no processo metodológico, aperfeiçoando-se, entretanto, os instrumentais, com a inclusão de questões mais quantificáveis. Nesse trabalho, destaca-se a contribuição dos Credes que, nos seus relatórios, sugeriram alterações e propuseram novas formas de sistematização dos dados, o que possibilitou a elaboração de um programa informatizado mais eficiente e mais fácil de ser executado.

3. Processo metodológico

A Avaliação Institucional, realizada bianualmente, utiliza-se da metodologia da pesquisa qualitativa, que privilegia, não a generalização de resultados, mas, sim, o olhar da escola sobre sua própria realidade:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas (sic) pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (Richardson R. J. & Wainwright, D. 1999).

A tentativa de generalizar alguns dos aspectos avaliados dar-se-á, porém, com a utilização dos itens quantificáveis, incluídos para que a SEDUC e os Credes possam identificar tendências gerais e assim contar com elementos norteadores de implementação de políticas e de redefinição de diretrizes e prioridades.

Desde o seu nascedouro, a Avaliação Institucional adotou como pilares metodológicos a globalidade, a participação e o monitoramento. O pilar da globalidade, além de avaliar a escola em sua totalidade, atribui a todos os seus segmentos (gestores, professores, alunos, funcionários e pais) o papel de avaliadores e de avaliados.

A participação é garantida, no segmento de gestores, professores e funcionários, pela inclusão de todos no processo; no caso dos alunos e dos pais, adota-se o critério da representatividade, exigido pelo elevado número de informantes. O monitoramento, presente em todas as ações realizadas antes, durante e ao final do processo ficou, no Ano IV, sob a responsabilidade direta dos técnicos dos Credes e dos Conselhos Escolares.

Ancoradas nesses pilares, foram realizadas a coleta e análise dos dados, a elaboração dos relatórios parciais e a discussão dos resultados com a comunidade escolar, com a colaboração de grupos de trabalho constituídos nas diferentes instâncias: SEDUC, Credes e Escolas.

As funções desses grupos permaneceram relativamente estáveis ao longo dos anos, sofrendo aqui e ali pequenas alterações de acordo com as necessidades. O GT da SEDUC, nesse Ano IV, responsabilizou-se pela reelaboração dos instrumentais, dos Manuais de Orientação, pela capacitação das equipes dos Credes e, ainda, pela sistematização e análise dos dados, apresentados neste Relatório Estadual.

Além das atividades de articulação, acompanhamento e coordenação, os GTs dos Credes realizaram ainda o monitoramento das ações, responsabilidade anteriormente do GT da SEDUC, assumindo praticamente sozinhos, os trabalhos de sistematização, análise dos dados e elaboração dos relatórios regionais.

Aos Conselhos Escolares coube a sensibilização das escolas, a capacitação para os trabalhos de campo, a elaboração dos planos de execução, o estudo dos instrumentais e sua forma de aplicação, a análise dos dados, a elaboração dos relatórios das escolas, trabalho em conjunto com os coordenadores e relatores dos grupos e, finalmente, a divulgação dos resultados para a comunidade escolar.

4. Apresentação dos resultados

A educação não traz felicidade e nem sequer liberdade. Não nos tornamos felizes porque somos livres, se somos ou porque fomos educados, se o formos. Mas porque a educação pode ser o meio pelo qual percebemos que somos felizes. A educação abre nossos olhos e ouvidos. Nos conta onde se escondem os prazeres. Nos convence de que só existe uma liberdade que realmente importa: a da mente. E nos dá a segurança, a confiança para trilhar o caminho da mente, que nossa mente educada proporciona (Iris Murdock).

Os principais achados da Avaliação Institucional de 2003 aparecem, neste relatório, destacados em três subseções, obedecendo às categorias de análise pesquisadas: Organização do Trabalho Escolar, Organização do Trabalho Docente e Ambiente Escolar (Anexo 1 – Manuais de Instrução, 4ª Etapa, pp. 11 – 13).

Apesar de iniciada em 1996, a Avaliação Institucional, como “discussão permanente sobre as práticas vivenciadas na escola (...) processo intrínseco na busca da construção da autonomia da escola e qualidade na educação” (SEDUC, 2002, p. 10), ainda padece de algumas dificuldades no que se refere à adequada compreensão dos seus princípios e objetivos por parte dos sujeitos da investigação.

Parece não ser fácil transpor o estigma da avaliação classificatória, punitiva, discriminadora. As escolas, os gestores, professores, funcionários, alunos e pais continuam a temer punições e retaliações. Sociologicamente, qualquer processo de avaliação provoca instabilidade e suscita medo, embora esse não seja um fenômeno específico da escola, se propagando no interior das nossas instituições basilares, a exemplo da família, da religião, e do trabalho. Tal processo ontologicamente internalizado, muitas vezes impede a livre expressão.

Sem perder de vista a relativa fragilidade dos dados e informações decorrentes em grande parte, dos pronunciamentos excessivamente cautelosos dos sujeitos da pesquisa, alguns resultados quantitativos, confrontados com comentários e depoimentos de natureza mais qualitativa revelam tendências de melhoria em aspectos importantes para a educação pública, e também, a existência de questões preocupantes relacionadas à política educacional e à gestão escolar.

A opção metodológica na elaboração deste Relatório Final foi pela ênfase na apresentação quantitativa, sempre acompanhada de uma síntese qualitativa, observando as variáveis mais relevantes, não só em relação aos objetivos da auto-avaliação institucional, como processo global, legítimo e contínuo, mas também em relação aos desafios, objetivos e metas do Plano Estadual de Educação 2003 – 2006. Dessa forma, nem todas as questões propostas nos instrumentais e respondidas por gestores, professores, alunos, funcionários e pais serão objeto de apresentação quantitativa e/ou de comentários qualitativos.

Importante enfatizar que os resultados aqui apresentados são percentuais médios representativos das escolas da rede de ensino estadual participantes da Avaliação Institucional abrangendo, no ano de 2003, um total de 516 escolas que aderiram ao processo. Dessas, 490 concluíram os seus relatórios, correspondendo a 65,3% do universo de 750 escolas estaduais, conforme dados do Censo Escolar do mesmo ano.

Nesse sentido, os números revelam tendências da rede como um todo, embora não seja possível caracterizá-la, já que a representatividade das escolas e sujeitos participantes da pesquisa sofrem importantes variações de um Crede para outro, em termos do número de escolas e de sujeitos, por segmento, pesquisados.

Sempre que julgado necessário, serão comentadas situações atípicas, que não foram apreendidas através dos resultados médios. As médias aritméticas, por sua própria natureza, escondem e desprezam variáveis de qualidade não quantificáveis, por vezes, bem mais reveladoras do que

os números. Por isso mesmo, buscou-se, tanto na análise dos relatórios regionais quanto na elaboração deste Relatório, expressar os dados quantitativos, levantando hipóteses de qualidade por eles encobertas.

Por mais que o segundo princípio da dialética estude a relação entre quantidade e qualidade, não é a quantidade que deve ditar a qualidade. Quando a quantidade determina a qualidade, estamos numa situação esteticamente perversa e do ponto de vista social e histórico entramos em decadência (Sant'Anna, 2003, p. 57).

Por último, há que se destacar a diferente natureza das questões aqui identificadas. Algumas delas podem reorientar políticas, em nível central da Secretaria da Educação Básica. Outras tantas deveriam ser repensadas ou redimensionadas em nível dos Credes e outras mais, em nível da gestão das escolas.

Em uma política de descentralização da educação tendo como referencial uma gestão participativa e democrática, importa não confundir os limites de responsabilidade de cada um dos atores nela envolvidos, “... o discurso é de escola democrática, porém, na grande maioria das escolas ela não acontece” (Crede 14, p. 16). Se as responsabilidades não forem assumidas nas diferentes instâncias, não há como pensar em gestão participativa e democrática.



Organização do Trabalho Escolar

Nessa categoria foram analisadas nove questões, subdivididas em diferentes itens/informações. Solicitava-se, inicialmente, uma breve caracterização das escolas, a partir de sua trajetória histórica, níveis e modalidades de ensino existentes, evolução dos indicadores de movimento e rendimento escolar dos alunos, número de professores e funcionários, distinguindo-os mediante situação profissional e nível de formação.

A seguir, indagava-se sobre as formas de integração entre escola e comunidade, sobre a qualidade dos serviços e equipamentos existentes, questões mais gerais sobre a aprendizagem dos alunos, o sistema de avaliação adotado e, finalmente, solicitavam-se informações sobre os principais projetos e ações realizados no ano da pesquisa e voltados para a melhoria do funcionamento da escola.

1. Movimento e rendimento escolar dos alunos no Ensino Fundamental e Ensino Médio

A primeira questão preocupante nessa categoria, diz respeito ao decréscimo gradativo, mas constante, dos índices de aprovação no Ensino Fundamental, e no Ensino Médio, como mostra a tabela 1.

Tabela 1

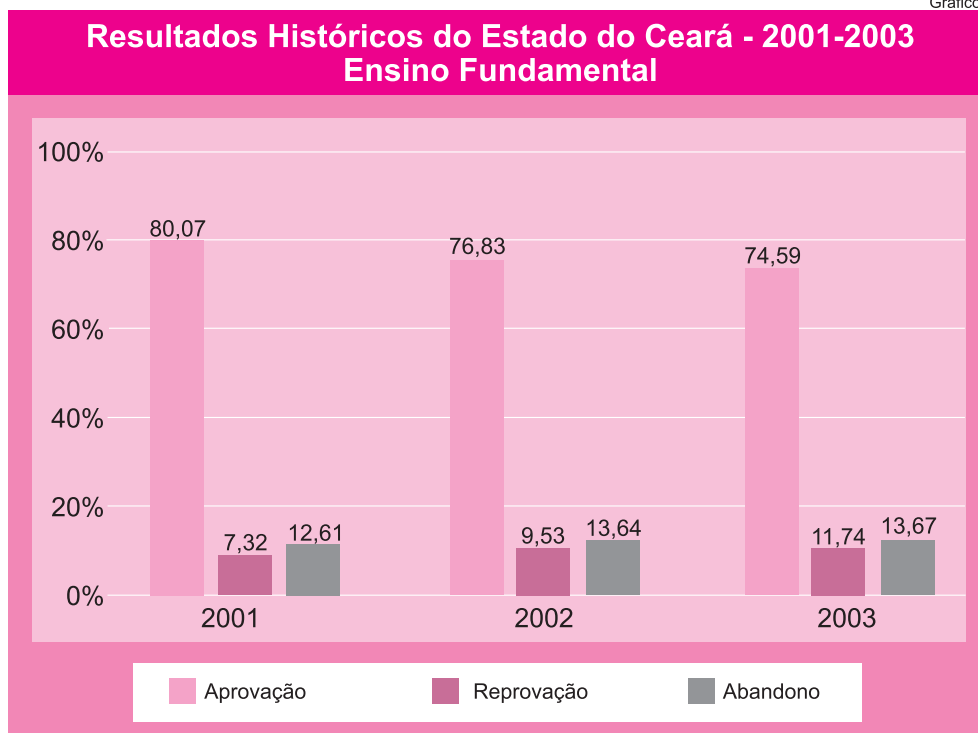
Taxas de rendimento escolar do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas avaliadas												
Indicadores	Ensino Fundamental						Ensino Médio					
	2001		2002		2003		2001		2002		2003	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Matrícula final	174.371		156.046		105.093		120.812		143.917		127.757	
Aprovação	159.534	79,6	139.782	77,3	92.374	76,1	113.229	80,0	132.665	77,3	115.710	74,5
Reprovação	14.837	7,4	16.264	9,0	12.719	10,5	7.583	5,4	11.252	6,6	12.047	7,8
Abandono	26.119	13,0	24.719	13,7	16.265	13,4	20.676	14,6	27.671	16,1	27.609	17,8
Total	200.490	100	180.765	100	121.358	100	141.488	100	171.588	100	155.366	100

Fonte: Relatórios da Avaliação Institucional dos 21 Credes

No que tange ao Ensino Fundamental, tomando-se os dados da Avaliação Institucional, a taxa de aprovação cai de 79,6%, em 2001, para 76,1%, em 2003. Quando se observa o índice de reprovação constata-se que este cresceu neste nível de ensino, indo de 7,4% para 10,5%, enquanto a taxa de abandono permanece mais ou menos estável, da ordem de 13%.

Por outro lado, podemos visualizar no gráfico 1 o comportamento dos indicadores de aprovação, reprovação e abandono obtidos na série histórica compreendida de 2001 a 2003 pelo Censo Escolar no que se refere à Rede Estadual. Analisando-se estes dados, verifica-se que no Ensino Fundamental o decréscimo nas taxas de aprovação é da ordem de 80,0% em 2001 para 74,5%, confirmando, portanto, a tendência apresentada na Avaliação Institucional.

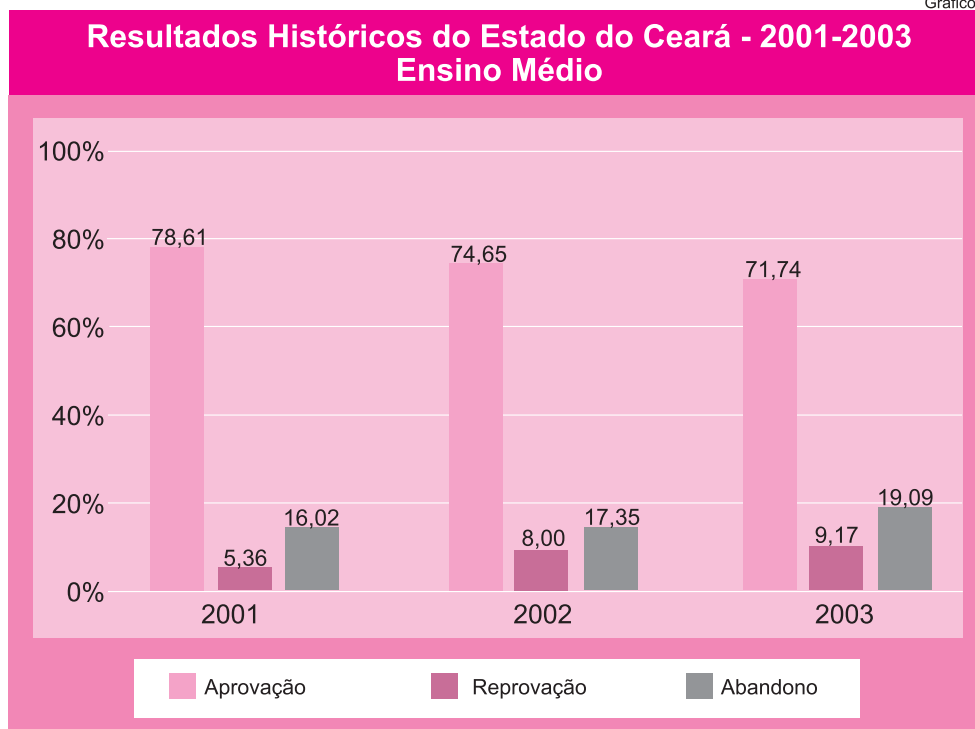
Gráfico 1



Fonte: Censo Escolar 2004

No que diz respeito aos indicadores do Ensino Médio apresentados na tabela 1 a taxa de aprovação registra uma queda no período 2001 – 2003 de 5,5%, passando de 80,0% em 2001 para 74,5% em 2003. O mesmo caso se dá com a taxa de reprovação que cresce de 5,4% para 7,8%, com a taxa de abandono também aumentando de 14,6% para 17,8%.

Gráfico 2



Fonte: Censo Escolar 2004

Relacionando os dados acima, provenientes das 490 escolas que realizaram a Avaliação Institucional, com os do Censo Escolar 2001, 2002 e 2003 mostrados no gráfico 2, é reafirmada a mesma tendência, ou seja, queda nos índices de aprovação e aumento da reprovação e abandono.

Os dados evidenciam um cenário preocupante para os dois níveis de ensino, considerando que a taxa de desperdício (reprovação + abandono) do sistema é da ordem de 24% a 28%. Este fato tem sérias implicações financeiras e sociais, e sua consequência mais imediata é a significativa distorção idade/série nos dois níveis de ensino.

Os relatórios regionais dos Credes registram o movimento, mas não o comentam nem o interpretam. O que isso significa? Para os Credes a diminuição da taxa de aprovação e o crescimento das taxas de reprovação e abandono não se colocam como problemas? Onde buscar as possíveis hipóteses explicativas? Seria esse um problema de natureza predominantemente extra-escolar, não merecendo nenhuma preocupação da gestão escolar?

Parte do descaso pode ser tributada ao fato de que, historicamente, esses dados não têm sido objeto de estudo nem de avaliação da gestão, muitas vezes passando a margem dos objetivos focais da escola.

Compreender a taxa de rendimento escolar é fenômeno complexo, envolvem múltiplas variáveis, onde devem ser considerados fatores extra e intra-escolares. Estudos diversos vêm demonstrando que a reversão de tal fenômeno prevê uma acentuada interface escola-família, estratégias de monitoramento de frequência dos alunos e um modelo de gestão participativa, onde os pais acompanhem, de modo muito próximo, a trajetória escolar dos filhos.

Quanto às variáveis de natureza pedagógica, as metodologias utilizadas nas aulas, a sistemática de avaliação da aprendizagem adotada, o ambiente escolar, as relações interpessoais de alunos, professores e gestores são fatores que se destacam como importantes e de forte impacto no desempenho dos alunos. O aprofundamento da reflexão, entretanto, será mais bem detalhado na categoria Organização do Trabalho Docente.

2. Nível de qualificação e situação profissional dos docentes e funcionários

Nas escolas que participaram da Avaliação Institucional 2003, conforme mostra a tabela 2, o número de professores chega a 15.467, sendo que 57,2% do total são constituídos por profissionais com vínculo empregatício com o Estado. Quanto aos funcionários, do total de 7.604, 75,5% são servidores públicos estaduais, contrariando a percepção do senso comum de que prevalece, neste segmento, o processo de terceirização¹.

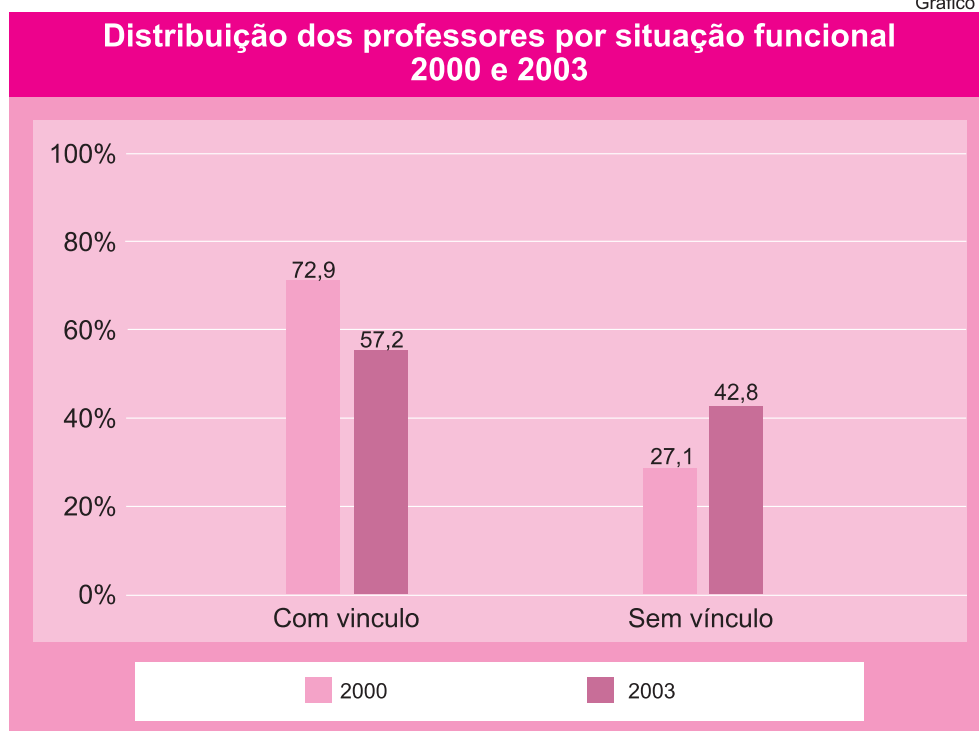
¹ Salienta-se que o número de funcionários e professores apresentado na tabela 2 foi informado pelas escolas que realizaram a Avaliação Institucional como sendo o número total de servidores existentes nas 490 escolas.

Tabela 02

Quantitativo de professores e servidores por situação funcional				
Segmentos	Professores		Funcionários	
	abs	%	abs	%
Com vínculo	8.854	57,2	5.739	75,5
Sem vínculo	6.613	42,8	1.865	24,5
Total geral	15.467	-	7.604	-

No que concerne à situação funcional dos professores, os dados apresentados no gráfico 3, mostram que se em 2000, o percentual de docentes sem vínculo empregatício era de 27,1%; em 2003, esse percentual quase dobra, atingindo o índice de 42,8%.

Gráfico 3

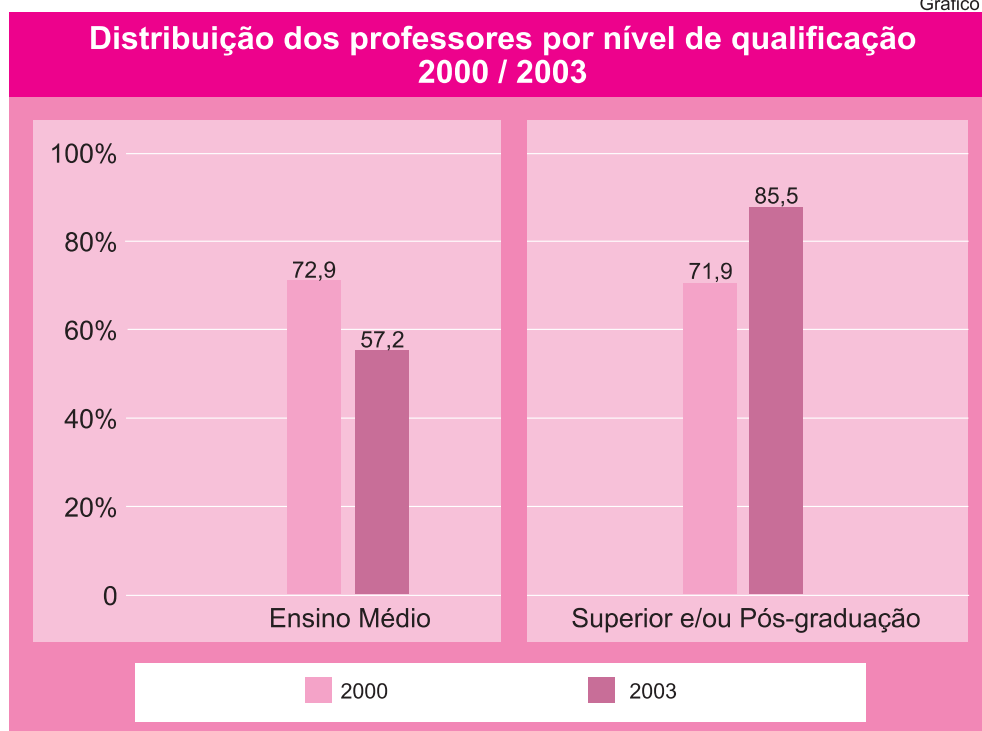


Quanto ao nível da formação docente o gráfico 4 apresenta dados referentes aos anos 2000 e 2003, permitindo registrar que em 2000² o percentual de professores com formação de nível superior e/ou pós-graduado era de 71,9%, subindo em 2003, para 85,5%. Inversamente, o percentual de professores com nível de formação menor do que superior era de 28,1%, em 2000 e cai para 14,5% em 2003, como mostra o gráfico 4.

Tais dados evidenciavam o esforço realizado pelo Estado para qualificar o corpo docente da sua rede escolar.

² Fonte: Relatório Geral da Avaliação Institucional 2000.

Gráfico 4

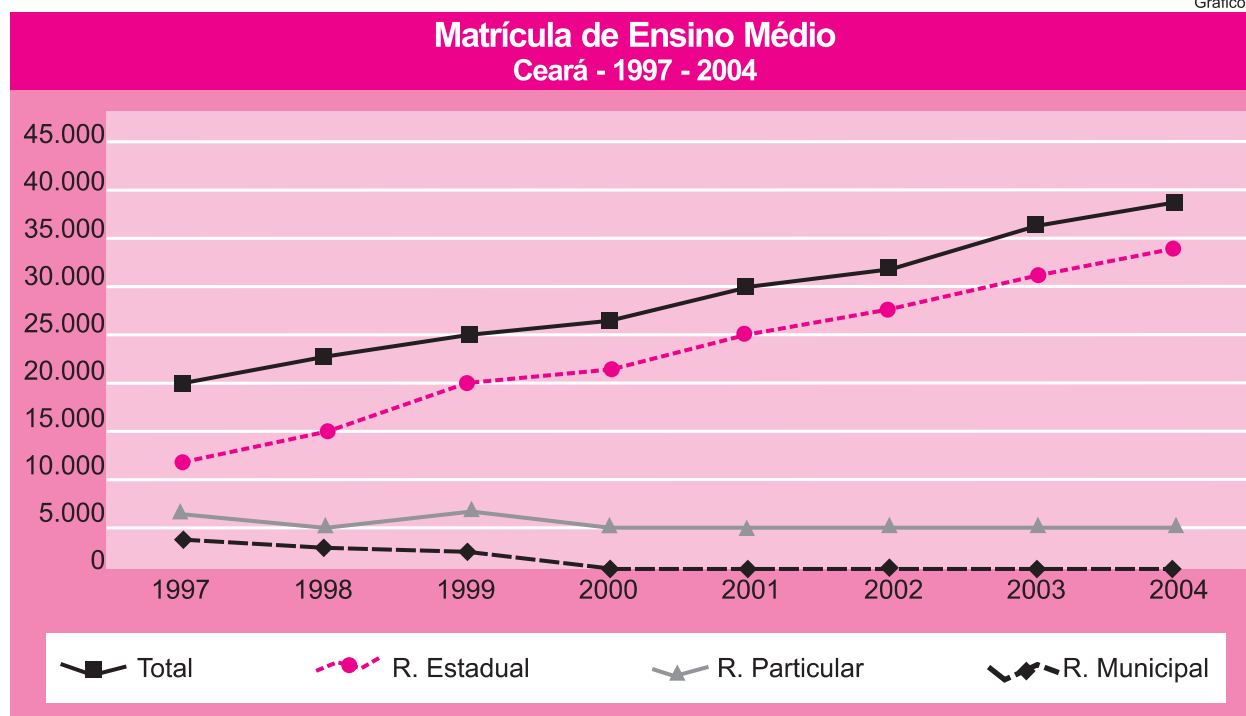


Inexplicavelmente, essa melhoria no nível de formação dos docentes não repercutiu de forma positiva nas taxas de rendimento dos alunos mostrados na tabela 1. Estudos do SAEB³ mostram também que o nível de formação do professor tem significativo impacto positivo sobre o desempenho de aprendizagem dos alunos.

No caso da rede estadual do Ceará, este dado é refutado ao se analisar os resultados de desempenho dos alunos na vertente de rendimento escolar do SPAECE alcançados nos últimos três anos. Constata-se que em 2003, na disciplina de Língua Portuguesa, todas as regiões apresentaram uma queda no rendimento médio em relação ao ano de 2002. Em Matemática, comparando o mesmo período, registra-se que 10 (dez) Credes apresentaram crescimentos nos seus resultados; 8 (oito) mantiveram o mesmo desempenho e somente em 5 (cinco) regiões os resultados foram menores.

O crescente número de professores que se situam na categoria sem vínculo empregatício são aqueles contratados por tempo determinado, que se submetem a processo seletivo realizado de forma centralizada ou regionalizada em cada Crede. Esses profissionais, na sua quase totalidade são contratados para assumir carga horária nas disciplinas do Ensino Médio, portanto, exige-se formação de nível superior. Este fato é explicado pelo acelerado crescimento da matrícula deste nível de ensino, como mostra o gráfico 5 a seguir, apresentando os dados do período 1997 a 2004.

³ VIDAL, E.M e FARIAS, I.M.S SAEB no Ceará: o desafio de definir o foco na aprendizagem. Em Gestão para o sucesso escolar. Edições Seduc. Fortaleza 2005. p.93 - 136.



Fonte: Censo Escolar 2004

O que se constata nesse período é um crescimento contínuo da rede estadual, chegando a taxas anuais de 35,6%, 29,7%, 6,1%, 15,4%, 18,9%, 15,7% e 6,6% para os anos subsequentes. Observa-se que nos anos 2000 – 2001, 2001 - 2002 e 2002 - 2003, as taxas de crescimento mantêm-se mais ou menos homogêneas, na faixa de 16% ao ano, o que não acontece nos anos anteriores.

Em 2002, a rede estadual responde por 81,9% da matrícula de Ensino Médio, percentual que aumenta ainda mais em 2003, chegando a 84%, sendo que as redes federal e municipal juntas, atendem a 1,2% da matrícula total e apenas 14,7% dos alunos encontram-se nas escolas particulares.

No Ceará, o processo de municipalização do Ensino Fundamental se dá de forma muito intensa a partir de 1998, e a diminuição das matrículas da rede estadual neste nível de ensino faz com que um expressivo número de professores que não possuem formação de nível superior sejam levados a adquirir tal qualificação, uma vez que a exigência para atuar no Ensino Médio é esta. Tal situação gerou um duplo movimento: os professores sem formação superior que já tinham tempo de serviço aposentaram-se e os que não estavam nessa situação, buscaram obter esse nível de ensino.

Foi neste contexto de busca por qualificação de nível superior que surgiu o Magister, um programa de formação inicial realizado em parceria com as quatro universidades públicas do Estado (UFC, UECE, UVA e URCA). Movidos do mesmo intuito, as prefeituras também aderiram à iniciativa, custeando total ou parcialmente os cursos em nível superior para os professores com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

No que diz respeito ao grau de formação dos funcionários, a tabela 3 mostra que estes se encontram em situação inversa à dos docentes entre aqueles que possuem vínculo empregatício, prevalecendo os que têm até Ensino Fundamental com 46,3% e os que têm até Ensino Médio, com 35,6%. Quando observamos os que não possuem vínculo empregatício com o Estado, constata-se que 55,3% possuem até Ensino Fundamental e 32% apresentam até Ensino Médio.

Tabela 3

Situação profissional e grau de formação dos professores e funcionários - 2003																
Segmento	Até Ens. Fundamental				Ensino Médio				Superior				Pós-graduação			
	C/Vinc		S/Vinc		C/Vinc		S/Vinc		C/Vinc		S/Vinc		C/Vinc		S/Vinc	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Professores	0	0,0	0	0,0	1.443	16,3	797	12,1	2.815	31,8	4.777	72,2	4.596	51,9	1.039	15,7
Funcionários	2.657	46,3	1.031	55,3	2.042	35,6	596	32,0	648	11,3	179	9,6	392	6,8	59	3,2

Deve-se levar em conta, porém, que não se registra nas últimas décadas nenhum concurso público na rede estadual para o ingresso de servidores a cargos administrativos e de serviços gerais das escolas. Os que estão em atividade têm os seus contratos de trabalho adquiridos antes da Constituição de 1988 ou são terceirizados. Dessa forma, percebe-se a inexistência de uma política de recursos humanos dando suporte às atividades necessárias para garantia do bom funcionamento da escola.

Essa falta de política manifesta-se, ainda, quando se trata da formação continuada dos funcionários, podendo ser visualizado na tabela 4, onde 64,1% dizem **raramente** ou **nunca** terem participado de um curso de formação. Há, no entanto, que se registrar o fato de que os funcionários não estão marginalizados no ambiente escolar, uma vez que sua participação em seminários, reuniões e outros tipos de atividades é bastante expressiva.

Tabela 4

Atividades proporcionadas para melhoria do desempenho dos funcionários								
Frequência	Regularmente		Eventualmente		Raramente		Nunca	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Cursos	759	18,8	688	17,1	1.211	30,0	1.374	34,1
Seminários	605	16,7	729	20,2	837	23,2	1.442	39,9
Reuniões	3.640	76,5	648	13,6	408	8,6	61	1,3
Outros	371	58,6	130	20,5	84	13,3	48	7,6

Sobre o que vem a ser essas atividades a tabela 5 mostra as formas de participação mais usuais. Observa-se que a participação no ambiente escolar mais referida foi a realização de trabalhos de rotina, serviços burocráticos e gerais, tais como limpeza, conservação do patrimônio, distribuição de merenda e controle disciplinar. Merece destaque o fato de les se fazerem presentes, inclusive com participação ativa, nas comemorações festivas e culturais (70%), nas reuniões de planejamento (75,4%) e colaborando em projetos e programas escolares (58,7%).

Participação dos funcionários no dia-a-dia da escola segundo este segmento										
Formas de participação	Presenciam e opinam		Presenciam mas não opinam		Raramente presenciam		Não participam		Total de respondentes	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Comemorações festivas e culturais (feiras, eventos culturais, confraternizações)	1.674	70,0	577	24,1	112	4,7	30	1,3	2.393	100
Reuniões (planejamento, palestras de pais e mestres, Conselho Escolar)	2.514	75,4	697	20,9	89	2,7	34	1,0	3.334	100
Projetos e programas	44	58,7	25	33,3	6	8,0	0	-	75	100
Atividades gerais (científicas, esportivas, culturais, sociais e religiosas)	216	50,2	136	31,6	45	10,5	33	7,7	430	100
Trabalhos de rotina (serviços burocráticos, conservação do patrimônio, distribuição da merenda, controle da disciplina, entre outros)	609	89,6	57	8,4	8	1,2	6	0,9	680	100

Apesar dessa participação, consideram que,

pouco ou quase nada é feito para melhoria de seu desempenho enquanto profissional, pois não existe uma política de valorização pelo trabalho desenvolvido (Crede 22, p. 15).

fica numa situação extremamente oposta (em relação aos docentes e alunado) a participação dos funcionários no ambiente escolar. Percebe-se que está limitada às atividades menos intelectuais e mais braçais (Crede 23, p. 26).

As atividades (...) para proporcionar a melhoria do desempenho dos funcionários (...) servem para destacar na realidade a falta de uma política voltada para capacitação deste segmento... Trata-se na realidade de uma classe menos favorecida em programas de desenvolvimento... (Crede 4, p. 31- 32).

Seria previsível que pelo menos na área dos trabalhadores em educação houvesse uma política de incentivo profissional para todos os

que desenvolvem suas atividades na escola, não esperando apenas pelas iniciativas individuais dos que desejam uma formação mais atualizada, seja intelectual ou técnica.

Deve-se considerar, ainda, que os funcionários das unidades escolares dispõem de menos recursos para investir em sua formação do que os professores. O salário dos docentes, apesar de ainda ser aquém do ideal ou merecido, é superior ao dos funcionários, que, via de regra, recebem apenas um salário mínimo para seis horas de trabalho e tem que complementar a renda com outras atividades que tomam o tempo livre, impedindo-os de dedicar-se a aperfeiçoamento profissional.

3. Qualidade e utilização dos espaços, serviços e equipamentos da escola

Questão não menos preocupante é aquela retratada por gestores, professores e alunos quando avaliam a utilização dos equipamentos, espaços e serviços existentes nas escolas. No que se refere aos equipamentos, encontram-se índices médios de pouca utilização em alguns deles como é o caso de 19,9% dos videocassetes, televisões (17,5%) e impressoras (26,4%), como mostra a tabela 6. O fato de o mimeógrafo ter utilização de apenas 66,6% tem sua explicação na mudança gradativa deste equipamento por máquinas copiadoras. Resta a sugestão de que as escolas pensem em usos alternativos do mimeógrafo, como a impressão de materiais dos grêmios estudantis ou para a prestação de serviços à comunidade, por exemplo.

Tabela 6

Utilização dos equipamentos existentes na escola					
Equipamento	Utilização Existentes	Utilização			
		Utilizados		Não utilizados	
		Abs	%	Abs	%
Videocassete	2.368	1.896	80,1	472	19,9
Televisão	3.847	3.172	82,5	675	17,5
Retro projetor	328	294	89,6	34	10,4
Mimeógrafo	583	388	66,6	195	33,4
Máquina Copiadora	190	170	89,5	20	10,5
Ventilador em Sala de aula	8.275	7.408	89,5	867	10,5
Aparelho de som	932	795	85,3	137	14,7
Microcomputador	3.534	3.126	88,5	408	11,5
Impressora	1.948	1.434	73,6	514	26,4
Outros	641	513	80,0	128	20,0

A não utilização dos equipamentos apresentados na tabela 6 é atribuída, via de regra, à falta de recursos financeiros para manutenção dos mesmos mas, há também quem reconheça a falta de cuidado no manuseio dos equipamentos, como mostra os depoimentos:

... muitos equipamentos existentes nas escolas estão com defeitos (...) é necessário uma manutenção constante (...) como também o uso adequado (Crede 5, p. 35).

A escola dispõe de um número razoável de equipamentos, mas não são utilizados por falta de manutenção (Crede 11, p. 5).

Em termos da rede aqui representada, o percentual médio de não utilização dos equipamentos existentes atinge um índice de aproximadamente 15,2%, com variações importantes entre os diferentes Credes.

No que diz respeito aos espaços e serviços prestados pela escola, e considerando as opiniões dos alunos do Ensino Fundamental e Médio mostrados na tabela 7, observam-se duras críticas. São considerados como **ruim** os banheiros (36,6%) as quadras esportivas (29,8%) e serviços de segurança (25,9%). Esses itens se sobressaem ainda no conceito **regular**, juntamente com as cantinas (30,2%) sala de aula (28,5%), a merenda escolar (27,8%) e a limpeza (27,6%). Por outro lado, este último item apresenta, na opinião dos alunos, 63,8% entre **bom** e **muito bom**.

Chama a atenção os dados de qualidade e utilização obtidos no serviço de biblioteca, que foi considerado entre **muito boa** e **boa** por 72,3% dos respondentes.

Tabela 7

Qualidade e utilização dos serviços existentes na escola segundo a opinião dos alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio										
Serviço	Muito boa		Boa		Regular		Ruim		Total	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Biblioteca	8.490	27,5	13.853	44,8	7.211	23,3	1.363	4,4	30.917	100
Sala de aula	5.634	18,9	12.828	43,0	8.506	28,5	2.875	9,6	29.843	100
Quadra esportiva	3.522	15,2	6.540	28,3	6.172	26,7	6.887	29,8	23.121	100
Banheiros	2.733	9,1	7.776	25,9	8.568	28,5	10.992	36,6	30.069	100
Cantina	3.763	13,7	11.853	43,1	8.304	30,2	3.572	13,0	27.492	100
Limpeza	5.607	18,8	13.403	45,0	8.224	27,6	2.574	8,6	29.808	100
Merenda escolar	4.073	18,1	7.939	35,2	6.258	27,8	4.256	18,9	22.526	100
Segurança	4.717	16,5	9.038	31,6	7.420	26,0	7.403	25,9	28.578	100
Outras	1.093	21,8	2.393	47,8	827	16,5	694	13,9	5.007	100

Outro problema relevante e que merece destaque, refere-se à falta de segurança no ambiente escolar. Aproximadamente 51,9% dos alunos de Ensino Fundamental e Ensino Médio avaliam a segurança como **regular** e **ruim**, como mostra a tabela 7.1.

Tabela 7.1

Tabela 7.1

Qualidade dos serviços existentes na escola segundo os alunos de 1ª a 4ª séries/1º e 2º ciclos											
Serviços	Conceito	Muito boa		Boa		Regular		Ruim		Total de respondentes	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	
Biblioteca/s.de leitura	894	37,7	928	39,2	484	20,4	63	2,7	2.369	100	
Sala de aula	675	29,9	989	43,8	461	20,4	133	5,9	2.258	100	
Merenda escolar	550	23,4	1.035	44,1	518	22,1	243	10,4	2.346	100	
Quadra esportiva	313	19,9	467	29,8	463	29,5	326	20,8	1.569	100	
Banheiros	217	9,3	691	29,5	714	30,4	723	30,8	2.345	100	
Cantina	399	19,8	961	47,6	557	27,6	100	5,0	2.017	100	
Limpeza	520	22,7	1.082	47,2	530	23,1	158	6,9	2.290	100	
Segurança	494	21,2	815	34,9	552	23,7	472	20,2	2.333	100	
Outras	206	26,2	353	44,9	165	21,0	63	8,0	787	100	

Esses percentuais sobem ainda mais, chegando a 53,0% se considerados apenas os alunos de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental e Ensino Médio, como evidencia a tabela 7.2. O problema de segurança, em nenhuma hipótese, pode ser minimizado, uma vez que a insegurança alimenta o medo, o medo realimenta a insegurança, e os dois juntos induzem à violência.

Tabela 7.2

</

Esse quadro de insegurança reflete-se nas relações entre os próprios alunos, tendo sido expresso nas seguintes palavras:

(os alunos) sentem-se inseguros na escola em relação aos alunos maiores que procuram batê-los e tirar o espaço na quadra de esporte (...) Relatam a indisciplina dos próprios, como fator negativo, (apontam, ainda) a insegurança devido à murada baixa, permitindo a entrada de pessoas (estranhas à escola) por cima (Crede 11, p. 6).

Não há como se conviver com o medo, chegando a ponto de as crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental não se sentirem seguras diante daquelas de séries mais avançadas. Se, na família, espera-se e cobra-se dos mais velhos a proteção aos mais novos, o mesmo deveria acontecer na escola. Nesse sentido, a gestão escolar deveria demandar ações de formação para a equipe de profissionais de modo que eles aprendam a lidar com essas situações, mediando os conflitos e orientando o diálogo e a negociação como formas de organizar o uso dos espaços escolares. Outro aspecto diz respeito à postura dos próprios servidores, ao adotarem condutas inadequadas para qualquer ambiente de trabalho como registrado nos depoimentos: “o segurança vai bêbado (...) faltam proteção, (...) falta de vigia equipado e capacitado para o trabalho” (Crede 20, p. 4).

Garantir a segurança no ambiente escolar é um pressuposto fundamental para a gestão da escola. Por outro lado, devem ser desenvolvidas atividades que fomentem a cultura da paz fazendo com que esta ultrapasse os seus muros e se instale nos lares, nos espaços de trabalho e lazer, na rua, na vida.

A criança, o jovem, o adulto (gestores, professores, funcionários, pais), como indivíduos, cidadãos, esperam contar com a proteção no lar, na escola, na comunidade, no município, na região, no Estado, no País, no mundo. A quem cabe assegurá-las? Certamente que a responsabilidade se encontra em diferentes níveis; o fundamental, entretanto, nas diversas instâncias, é garantir a segurança, a proteção, o amparo, o acolhimento.

Em se tratando da segurança nas escolas, essa responsabilidade está distribuída entre o Estado, Municípios, Secretarias de Educação, Credes e Escolas. Nos tempos atuais, esta questão deve ser prioridade absoluta, clamando para ser repensada por todos.

A questão da limpeza parece ser problema igualmente específico da gestão escolar, mas que, certamente, não pode prescindir de um acompanhamento mais próximo, por parte dos Credes. Em relação a este quesito, dois aspectos têm que ser considerados: o primeiro refere-se à cultura dos integrantes da comunidade escolar que não favorece a manutenção da higiene, aliada a este aspecto, a inexistência de funcionários que realizem os serviços.

um dos aspectos que necessitam de relevante atenção é quanto à limpeza em geral, destacando-se os banheiros, cantinas e galerias, fato justificado pelo reduzido número de auxiliares de serviços gerais e os existentes, em sua maioria, já apresentarem idade avançada (Crede 14, p. 18).

A posição acima é manifestada também em outros relatórios, que justificam a falta de limpeza pela insuficiência de funcionários de serviços gerais, bem como pelo desinteresse e descaso dos próprios alunos pela manutenção dos espaços limpos e cuidados. Cabe indagar se tais aspectos justificam o problema. Se hábitos de higiene não fazem parte da cultura

dos que freqüentam a escola, precisam ser ensinados, uma vez que tais condutas estão relacionadas hoje ao conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), para quem **saúde** não é só a ausência de doenças, mas o completo bem-estar físico, mental, moral e social do indivíduo.

Por outro lado, as bibliotecas foram mais bem avaliadas. Tomando-se as respostas dos alunos, verifica-se que 72,3% (tabela 7) atribuíram o conceito **muito bom** ou **bom**. Vale salientar, que o item bibliotecas, na Avaliação Institucional de 2000, foi considerado como ponto crítico, tendo melhorado os resultados nesta avaliação.

Uma hipótese para esses resultados pode ser atribuída à ampliação dos investimentos feitos com a aquisição de novos acervos, inclusive, por ocasião das Bienais do Livro, realizadas em Fortaleza. Outro aspecto está associado à mudança na concepção de bibliotecas, passando a se constituírem em Centros de Multimeios e permitindo aos alunos serem atendidos por profissionais capacitados a introduzi-los no mundo das letras, seja através dos livros, computadores, filmes e apoio à prática docente. A hipótese é reforçada pelo depoimento:

nas bibliotecas e salas de leitura, temos à frente o professor regente da sala de multimeios e seus auxiliares, os quais conduzem esses ambientes favorecendo e incentivando o gosto pela leitura (...) aberta para empréstimos de livros, leituras e pesquisa, pesquisas na Internet, suporte na sala de aula, concurso literário, produção de texto, projeto mensal e temas geradores, como fonte de pesquisa e integração (Crede 22, p. 9 e 10).

Em que pese à melhoria nos dados globais no item biblioteca, em alguns relatórios dos Credes foram identificadas situações preocupantes, conforme se pode verificar nos registros abaixo:

... algumas dependências das escolas (encontram-se) em situação inadequada à realização do trabalho a que se propõem, como por exemplo: sala de leitura – biblioteca, de um total de 27 salas, 14 encontram-se inadequadas, ou seja, 51,9% (Crede 1, p. 12).

... é necessário que haja uma mobilização de todos os segmentos da escola, com vistas à valorização dos seus espaços, visando a sua conservação (Crede 1, p. 13).

A principal queixa dos alunos, quando se trata da merenda escolar, refere-se à pouca variação do cardápio e à falta para alunos do Ensino Médio e do turno noturno do Ensino Fundamental. Para 47,4% dos Núcleos Gestores, 37,4% dos professores e 30,6% dos alunos a merenda escolar é bem aceita e de boa qualidade, como mostra a tabela 8, a seguir.

Tabela 8

Opinião sobre a merenda escolar segundo o parecer do Núcleo Gestor, professores, e alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio						
Respostas	Nº de respondentes					
	Núcleo Gestor		Professor		Alunos (5ª a 8ª EF e EM)	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
É bem aceita e de boa qualidade.	1.310	47,4	3.702	37,4	7.867	30,6
Poderia ser melhor, se o cardápio fosse variado.	975	35,3	3.317	33,5	10.166	39,6
Em geral, é ruim	59	2,1	285	2,9	1.697	6,6
Às vezes falta	421	15,2	2.592	26,2	5.940	23,2
Total de respondentes	2.765	100	9.896	100	25.670	100

Nesse item, em alguns Credes foi registrada uma maior diferença entre os percentuais de respostas dos professores, alunos e dos Núcleos Gestores, constituindo-se em uma posição considerada, por eles, como contraditória, conforme registro abaixo:

Os dados apontam uma certa contradição entre os respondentes, evidenciada na resposta dos gestores ao afirmarem (61,4%) que a merenda é bem aceita e de boa qualidade, enquanto que entre os professores e alunos apenas 35,9% e 34,9%, respectivamente, concordam com a opinião acima mencionada. As respostas apontam o desejo dos alunos por um cardápio mais variado (Crede 11, p. 7).

A pouca diversidade do cardápio constitui uma questão curiosa, principalmente se considerarmos o fato de que, em alguns casos, os próprios gestores a denunciam. Se a merenda é responsabilidade da escola, o que dificulta ou impede essa variação de cardápio? Parte das explicações provêm da própria escola, que acusa escassez ou insuficiência de recursos para a aquisição de gêneros alimentícios mais variados, passa pelo sistema burocrático das compras/aquisições e esbarra na falta de criatividade ou desinteresse, possivelmente, consequência das dificuldades primeiras.

Importa esclarecer que os recursos destinados à merenda são determinados com base no número de alunos informados no Censo Escolar do INEP do ano anterior. Esse valor nem sempre corresponde ao número real de alunos do ano em curso, uma vez que a matrícula varia ano a ano. Além desse fato, o valor *per capita* de R\$ 0,15 (quinze centavos), para o Ensino Fundamental, na época da realização da avaliação, permanecia o mesmo há dez anos e era considerado por todos como insuficiente para uma merenda minimamente desejável.

Para os funcionários, os principais problemas da escola, como mostra a tabela 9, são resultantes da pouca quantidade de servidores (36,8%), da insuficiência de recursos físicos e financeiros (29,9%), levando a escola a uma aparência desagradável.

Ouvindo-se os pais sobre as modificações necessárias para melhoria do funcionamento das escolas (tabela 10, a seguir), o aspecto que mereceu

um maior percentual de indicação foi a necessidade de estabelecer de forma mais efetiva as parcerias com a comunidade, traduzida por uma maior participação do Conselho Escolar e da família (25,4%) e a melhoria das condições físicas e materiais da escola (17,4%), através de construção ou reformas, inclusive de quadras cobertas.

Tabela 9

Principais problemas da escola segundo os funcionários		
Respostas	Nº de respondentes	
	Abs	%
Quantidade insuficiente de funcionários	1.571	36,8
Falta de recursos físicos e financeiros	1.277	29,9
Falta de manutenção dos banheiros	564	13,2
Indisciplina dos alunos	256	6,0
Falta de cooperação dos professores	69	1,6
Pouca ou nenhuma participação dos pais	100	2,3
Sobrecarga de serviços	79	1,9
Transporte escolar	21	0,5
Falta de capacitação para professores e funcionários	213	5,0
Comunicação entre os setores	40	0,9
Falta de merenda para o EF não distribuição para o EM	78	1,8
Total de respondentes	4.268	

Tabela 10

Modificações sugeridas pelos pais para a melhoria do funcionamento da escola		
Respostas	Nº de respondentes	
	Abs	%
Parceria escola e comunidade (maior participação do conselho escolar, integração da escola com a família)	2.560	25,4
Melhoria das condições físicas e materiais da escola (construção e/ou reforma)	1.756	17,4
Mais recursos financeiros (ensino médio, incentivo à cultura)	1.448	14,4
Capacitação para professores e funcionários	1.066	10,6
Melhoria dos processos de participação (reuniões mensais com a participação dos pais, escolha de diretores, palestras, cursos, oficinas nos finais de semana)	813	8,1
Aquisição de equipamentos (bebedouro, consultório odontológico, merenda escolar, livros para os alunos, laboratório de física, química, e biologia, informática)	760	7,5
Elaboração e/ou cumprimento do regimento da escola (Controle de entrada e saída dos alunos, disciplina por parte dos alunos, horário de educação física, uso da farda)	585	5,8
Promoção de Cursos (profissionalizantes, cursinhos, aulas voltadas para leitura e escrita)	534	5,3
Segurança	388	3,9
Melhoria no relacionamento (aluno x professor x funcionários)	152	1,5
Acompanhamento médico e psicológico aos alunos	15	0,1
Total de respondentes	10.077	

Constata-se ao longo dos anos, que o grau de exigência dos pais no que se refere à infra-estrutura do equipamento escolar tem aumentado, certamente associado ao fato de que, à medida que a escola se aproxima da comunidade, passa a ser utilizada por esta para um conjunto expressivo de eventos, funcionando, muitas vezes, como único espaço público disponível.

Ressalta-se, ainda, o percentual de pais que reivindicam mais recursos financeiros (14,4%) mais capacitação para professores e funcionários (10,6%), melhoria nos processos de participação (8,1%), aquisição de equipamentos (7,5%) e existência de cursos profissionalizantes e pré-vestibulares (5,3%).

Tais solicitações são relevantes, pois, se os espaços, serviços e equipamentos existentes nas escolas, sejam para atender aspectos de natureza pedagógica, ou necessários ao bem-estar e ao lazer como bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas, banheiros, limpeza e segurança não funcionarem de forma adequada, como exigir a melhoria dos indicadores de rendimento e desempenho dos alunos? Deve-se, porém, perceber que por trás dessas dificuldades encontra-se uma escola que luta para oferecer o que há de melhor para a sua comunidade.

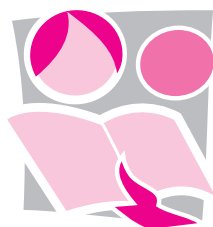
Em síntese, o que sobressai dessa avaliação sobre a qualidade dos espaços, serviços e equipamentos existentes nas escolas é a impressão de que ainda existe um longo caminho a percorrer e que é urgente a mobilização de todos em busca de uma escola melhor, mais atrativa, mais eficiente e que realmente possa criar condições de possibilidade para uma vida melhor a todos os cearenses.

A Avaliação Institucional é realizada pelas escolas, e se caracteriza como uma oportunidade em que elas se debruçam sobre si mesmas, construindo um diagnóstico de sua gestão, de seu projeto pedagógico, de seu nível de relacionamento com a comunidade, enfim, a auto-avaliação possibilita um olhar minucioso sobre onde a escola está e, partindo daí, onde quer chegar.

Os dados obtidos do conjunto de escolas estaduais cearenses levam a algumas constatações e remetem a uma circunstanciada reflexão sobre gestão escolar. Conceituada como uma gestão democrática e participativa, percebe-se, através dos dados que, na verdade, esse caminho ainda tem muito a ser percorrido. A escola precisa focalizar suas ações, eleger prioridades e estar atenta aos indicadores de aprovação, reprovação e abandono de seus alunos.

A **organização do trabalho escolar** deve ser uma marca indelével, fruto de um processo de participação, mediado pelos normativos legais e emanados da SEDUC, mas atento a seu entorno, respeitando a cultura e os valores da comunidade que atende.

Percebe-se também uma certa desresponsabilização dos diversos segmentos que compõem a escola – Núcleo Gestor, professores, funcionários e alunos – com tarefas e atribuições que lhe dizem respeito, sendo partes das dificuldades diagnosticadas e facilmente transferidas para instâncias superiores ou exteriores à escola.



Organização do Trabalho Docente

No tópico anterior, levantou-se a hipótese de que a elevação dos índices de reprovação poderia ter raízes na sistemática de avaliação que à época não estava bem definida, levando algumas escolas a adotarem a sistemática de registro descritivo, outras, conceitos, de aprendizagem satisfatória (AS)⁴ e de aprendizagem não satisfatória (ANS) e ainda, outras que faziam uso do registro numérico, ou seja, da nota. Deve-se, porém, saber que a orientação oficial da SEDUC, em 2003, recomendava o uso do registro descritivo seguido pelos conceitos AS e ANS.

Esse esclarecimento é fundamental para a compreensão do contexto em que a Avaliação Institucional foi realizada, até porque, diante da multiplicidade de procedimentos de registro da avaliação de aprendizagem, para o ano 2004 foi redefinido o modelo a ser adotado nas escolas da rede estadual.

O que os relatórios regionais de 2003 indicam, subliminarmente, é algum desconforto, por parte dos professores, com o que existe na prática atual de avaliação. Esse desconforto é percebido no registro seguinte:

O modelo de avaliação da aprendizagem adotado pelo Estado de maneira inesperada, contrariando toda uma prática costumeira, causou impacto e resistência, resultando daí descontentamento por parte dos professores (Crede 17, p. 20).

Interessante observar que grande parte dos professores contestou o uso da sistemática de registros descritivos e a adoção de conceitos AS e ANS. Dentre as insatisfações registradas para seguir a orientação da SEDUC, foram apontadas:

- Pouco espaço de tempo para tentar solucionar as dificuldades detectadas.
- Elevado número de alunos em sala de aula.
- Dificuldades no preenchimento das fichas.
- Dificuldade em trabalhar com os marcos de aprendizagem.
- Adoção pelas escolas de sistemáticas de avaliação diferentes, dificultando o remanejamento de alunos (Crede 10, p. 15).

Os professores que defendem a nota argumentam, ainda, que os registros ou pareceres não estão correspondendo às regras sociais vigentes, uma vez que o ingresso dos cidadãos na universidade ou no mercado de trabalho dá-se, em grande parte, através de vestibulares e concursos públicos. Essa posição parte de uma compreensão equivocada que considera não ser possível o uso de instrumentos de testagem na concepção proposta. Por conta dos argumentos apresentados e pela falta de compreensão da proposta, nem todas as escolas seguiram as orientações da SEDUC e adotaram a sistemática da nota.

⁴ A SEDUC adotou, em 2001, uma sistemática de avaliação do rendimento escolar que consistia numa escala com dois níveis: Avaliação Satisfatória (AS) e Avaliação Não Satisfatória (ANS), em substituição ao sistema de notas ou conceitos.

1. Avaliação do trabalho docente

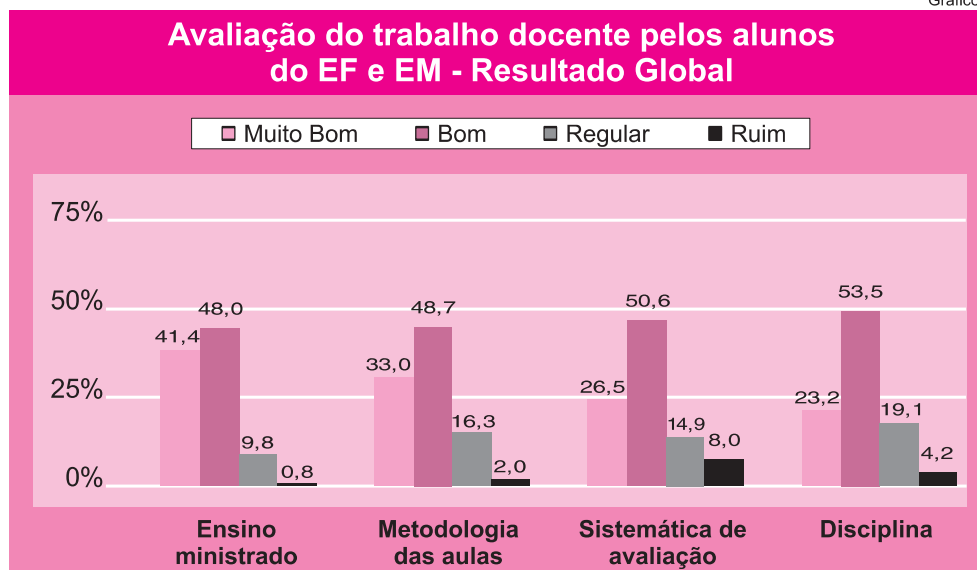
Essa posição dos professores em contestar o modelo de avaliação de aprendizagem implantado pela SEDUC é comungada pelos alunos. Entretanto, quando se trata dos dados numéricos, obtidos através das entrevistas, isso não fica claro, sendo necessário recorrer aos depoimentos para elucidar essa questão.

Quando instados a avaliar o trabalho docente, tanto os alunos do Ensino Fundamental quanto os do Ensino Médio concentram a atribuição de conceito **bom** (53,5%) e **muito bom** (23,2%) aos procedimentos adotados para manter a disciplina escolar; enquanto a sistemática de avaliação obtém conceito **bom** em 50,6% e 26,5% de **muito bom** junto aos respondentes.

Esses dados, apesar de se mostrarem satisfatórios, devem, de alguma forma, oferecer pistas para a SEDUC, gestores e professores aprofundarem a análise e buscarem alternativas que melhor respondam aos anseios de cerca de 23% dos alunos que responderam aos itens de forma mais crítica.

Quanto ao ensino ministrado e a metodologia das aulas, constata-se que 89,4% e 81,7% respectivamente dos alunos atribuem conceitos **muito bom** e **bom**, como pode ser visto no gráfico 6. Esses dados levam a concluir que a grande maioria dos alunos aprova as práticas pedagógicas vigentes nas escolas públicas estaduais.

Gráfico 6



Tais dados nos parecem contraditórios na medida que o ensino ministrado e as metodologias adotadas são muito bem aceitas pelos alunos e os resultados de aprendizagem situam-se muito aquém do desejado para cada uma das séries avaliadas.

No que se refere aos procedimentos adotados para manter a disciplina no ambiente escolar, a tabela 11, apresentada a seguir, mostra que predomina entre os que compõem o Núcleo Gestor, o procedimento de diálogo e palestras educativas (29,6%), seguido da integração família e comunidade (21,5%); acompanhamento do Núcleo Gestor e da equipe pedagógica (18,6%), código de ética (17,0%) e uso do regimento escolar (13,3%). Esses procedimentos foram os mais referidos também pelos professores, prevalecendo a integração família-escola com 36,8% e o Regimento Escolar com 27%. Merece destaque por ter sido menos citado por estes, o uso do código de ética (6,9%) e diálogo e palestras (9,2%).

Tabela 11

Procedimentos adotados pela escola para manter a disciplina no ambiente escolar segundo o Núcleo Gestor e professores				
Procedimentos	Núcleo Gestor		Professores	
	Abs	%	Abs	%
Diálogo e palestras educativas	563	29,6	871	9,2
Integração família e comunidade (reuniões com os pais, aconselhamento individual com os alunos em dificuldades e seus pais)	409	21,5	3.470	36,8
Regimento Escolar (obrigatoriedade do fardamento, controle de entrada e saída dos alunos, registro de ocorrência, advertência, exigência de pontualidade e assiduidade)	252	13,3	2.557	27,0
Código de ética (definição das normas convivência, dos valores humanos, etc.)	324	17,0	653	6,9
Acompanhamento do Núcleo Gestor e da equipe pedagógica (reuniões, palestras, programa 5S, conselho de classe, etc)	354	18,6	1.852	19,7
Atividades esportivas	0	0,00	40	0,4
Total de respostas	1.902	100	9.443	100

Quanto aos dados relacionados à sistemática de avaliação de aprendizagem mostrados no gráfico 6, não se pode inferir que tais resultados são referentes ao uso de nota ou de conceitos, uma vez que, em 2003, conviviam várias formas de avaliação da aprendizagem escolar. Entretanto, nos depoimentos dos alunos do Ensino Fundamental e Médio fica evidenciado que o modelo mais aprovado é o de registro através de nota. Isso pode estar relacionado ao predomínio da cultura avaliativa tradicional, bem como ao fato de os estudantes não terem absorvido as inovações introduzidas na sistemática de avaliação implementada pela SEDUC nos períodos de 1998 – 2002, conforme se vê nos depoimentos:

Os AS e ANS não são muito bons, os alunos não são bem avaliados. Não entendemos como o professor faz para chegar ao AS ou ANS (...) A sistemática de avaliação não mede a capacidade do aluno e privilegia aqueles alunos não estudiosos (Crede 17, p. 20).

A avaliação é injusta, enquanto alguns se esforçam muito para

e 74,2% respectivamente. Os dois segmentos consideram facilitadoras as sistemáticas existentes, tanto na identificação de avanços e dificuldades de aprendizagem, quanto no oferecimento de subsídios para o replanejamento.

Apesar dos expressivos percentuais dos dois grupos no reconhecimento da contribuição da avaliação da aprendizagem e do planejamento das aulas na identificação das dificuldades e avanços da aprendizagem, chama a atenção o fato de cerca de 1/4 dos respondentes informarem que **nem sempre** isso ocorre.

Apesar da tendência geral, foi encontrada uma divergência merecedora de registro nas respostas de alguns gestores e professores. Exemplo desta divergência foram os dados apresentados pelo Crede 10. Enquanto 81,0% dos gestores consideram o sistema de avaliação como “**facilitador do trabalho do professor**”, apenas 49,4% dos professores compartilham da mesma opinião.

As observações do Crede 3 mostram que existe divergência no interior do segmento dos gestores, como afirma o Relatório quando registra que “**essa dicotomia (discordância dos gestores em relação à sistemática de avaliação) torna-se um ponto de estrangulamento no trabalho escolar**” (Relatório Crede 3, p. 21).

Inquietante, porém, é a inexistência de quaisquer comentários mais elucidativos sobre esses desencontros de opinião. Mais uma vez, identifica-se o fato, a sua existência, mas a cautela em tratar assuntos não consensuais impede o aprofundamento da reflexão. A indagação permanece, portanto, não esclarecida, embora as respostas contraditórias incitem a busca de explicações que ilumine a questão. Resta aguardar como se comportarão os respondentes na Avaliação de 2005, com o novo sistema de avaliação⁵ consolidado a partir de 2004.

Além da avaliação da aprendizagem, outro aspecto sobre o qual a comunidade escolar se posicionou, diz respeito à metodologia utilizada pelos docentes, não havendo discordância entre a posição dos gestores e dos professores. A tabela 14 apresenta os dados gerais das escolas e mostra que prevalece, na prática docente, a tradicional e excessiva utilização de aulas expositivas (92,6% e 83,7% respectivamente) mesclada com as não menos tradicionais atividades individuais e em grupo (39,1% e 45,0%).

⁵ A avaliação da aprendizagem no Estado na década de 90 passou por rupturas em relação às posturas até então vigentes, fundadas em princípios positivistas e incorporados à prática docente. No processo de mudança destacam-se as seguintes ações: a execução do Programa de Capacitação Permanente do Magistério (1992 e 1994); a realização de seminários, oficinas, estudos e pesquisas sobre as práticas avaliativas (1995 a 1998); a reformulação da sistemática de avaliação da aprendizagem, substituindo o modelo baseado em notas (números) por conceitos – Aprendizagem Satisfatória (AS) e Aprendizagem Não Satisfatória (ANS) implementada com a reorganização do sistema de ensino “ciclos de formação” (1998); e, no ano de 2003, a realização de um levantamento das formas de registro dos resultados da aprendizagem, cujas conclusões orientaram a permanência do registro descritivo da aprendizagem para as séries iniciais do Ensino Fundamental bem como o retorno à sistemática de notas de zero a dez, para as séries terminais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, sendo, entretanto, preservada a concepção de avaliação formativa em ambos os níveis de ensino. Tal redefinição passou a ser implementada a partir do ano de 2004.

Tabela 14

Metodologias utilizadas pelos docentes e grau de freqüência da utilização segundo Núcleo Gestor e professores													
Seg	Metodologia	Diário		Semanal		Quinzenal		Mensal		Eventual		Nº de respondentes	
		Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Núcleo Gestor	Atividades individuais e em grupo	403	39,1	256	24,8	150	14,5	155	15,0	68	6,6	1.032	100
	Aulas expositivas	712	92,6	31	4,0	12	1,6	14	1,8	0	0,0	769	100
	Pesquisa em livros diversos e livro didático	370	34,3	277	25,6	182	16,9	162	15,0	89	8,2	1.080	100
	Projetos pedagógicos interdisciplinares	117	29,5	103	26,0	88	22,2	55	13,9	33	8,3	396	100
	Seminários e palestras	10	14,9	11	16,4	22	32,8	19	28,4	5	7,5	67	100
	Uso de recursos audiovisuais e tecnológicos	90	27,7	166	51,1	43	13,2	18	5,5	8	2,5	325	100
Professor	Atividades individuais e em grupo	400	45,0	299	33,6	69	7,8	84	9,4	37	4,2	889	100
	Aulas expositivas	4.335	83,7	653	12,6	97	1,9	75	1,4	22	0,4	5.182	100
	Pesquisa em livros diversos e uso do livro didático	1.574	47,3	1.129	33,9	309	9,3	191	5,7	127	3,8	3.330	100
	Projetos pedagógicos interdisciplinares	124	26,8	97	21,0	82	17,7	110	23,8	50	10,8	463	100
	Seminários e palestra	8	2,9	28	10,1	72	25,9	116	41,7	54	19,4	278	100
	Utilização de recursos audiovisuais e tecnológicos	272	19,2	598	42,1	260	18,3	175	12,3	115	8,1	1.420	100

Os dados da tabela 14 mostram que a aula expositiva ainda tem a soberania metodológica, com 92,6% e 83,7% de freqüência diária nos Núcleos Gestores e professores, respectivamente. Se cruzarmos esta informação com a do gráfico 6, chega-se à conclusão de que os alunos gostam de aulas expositivas.

Apesar dessas metodologias ainda serem hegemônicas, novas formas de práticas metodológicas ganham espaços, dentre as quais, o uso diário da pesquisa em livros diversos e em livros didáticos (34,3% e 47,3%); da pedagogia de projetos como uma proposta interdisciplinar (29,5% e 26,8%); e o uso de recursos audiovisuais e tecnológicos (27,7% e 19,2%).

Como a questão solicitava a indicação das “metodologias mais utilizadas pelos docentes para trabalhar os conteúdos” e o trabalho de consolidação de respostas abertas exige uma certa habilidade do avaliador, o que se obteve a partir dos diversos relatórios das escolas e Credes foi uma pulverização de informações pouco conclusivas, sendo necessário, portanto, proceder-se a uma nova sistematização dos dados.

O mesmo se pode dizer em relação à prática de atividades extra-classe e à sua articulação com os conteúdos curriculares e as atividades realizadas em sala de aula, que foram consideradas como plenamente satisfatórias, como mostram as tabelas 15 e 15.1. Tais atividades concentram-se nas “pesquisas individuais e em grupo”, no trabalho com as “datas comemorativas” e nas “atividades esportivas e recreativas”. Tornou-se difícil realizar análises mais conclusivas das atividades, a não ser pelos comentários “encobertos” nessa pulverização e na inconsistência das informações e comentários.

Tabela 15

Grau de articulação entre as atividades extraclasse e os conteúdos trabalhados em sala de aula segundo o Núcleo Gestor e professores

Conceitos	Nº de respondentes			
	Núcleo Gestor		Professores	
	Abs	%	Abs	%
Plenamente satisfatório	1.665	61,6	6.153	66,4
Nem sempre satisfatório	965	35,7	3.000	32,4
Difícilmente satisfatório	45	1,7	57	0,6
Não há articulação entre as atividades extraclasse e os conteúdos curriculares	30	1,1	60	0,6
Total de respondentes	2.705	100	9.270	100

Observando os dados da tabela 15, constata-se que 61,6% dos Núcleos Gestores e 66,4% dos professores reconhecem como plenamente satisfatório a articulação entre as atividades extraclasse e os conteúdos trabalhados em sala de aula, revelando, no entanto, que ainda é necessário realizar esforços neste sentido, uma vez que 35,7% e 32,4% dos respondentes das duas categorias acham que essa integração nem sempre é satisfatória.

Tabela 15.1

Atividades extraclasse mais utilizadas pela escola segundo o Núcleo Gestor e professores

Atividades	Nº de respondentes			
	Núcleo Gestor		Professores	
	Abs	%	Abs	%
Pesquisa individual e em grupo	2.420	21,0	8.099	21,7
Datas comemorativas	2.156	18,7	6.829	18,3
Excursões	921	8,0	2.470	6,6
Atividades artísticas e culturais	2.190	19,0	7.525	20,2
Atividades científicas	1.327	11,5	4.697	12,6
Atividades esportivas e recreativas	1.965	17,1	6.532	17,5
Não desenvolve atividades extraclasse	165	1,4	299	0,8
Outras	359	3,1	870	2,3
Total de respondentes	11.503		37.321	

No que se refere à tabela 15.1, que mostra o conjunto de atividades extraclasse mais utilizadas pela escola, constata-se que praticamente o mesmo percentual de Núcleos Gestores e Professores (21,0% e 21,7%) destacam a pesquisa individual e em grupo. Cerca de 18% dos dois grupos apontam datas comemorativas e 19,0% e 20,2% respectivamente, citam as atividades artísticas e culturais.

Tomando-se, ainda, os dados sobre a prática docente, os alunos, no geral, se mostram satisfeitos em relação às metodologias adotadas pelos docentes, uma vez que 48,7% atribuíram o conceito **bom**, e 33,0%, o conceito **muito bom**, como mostra a tabela 16 a seguir.

Tabela 16

Resultado global da avaliação do trabalho docente pelos alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio											
Aspectos Avaliados	Conceito	Muito boa		Boa		Regular		Ruim		Total	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	
Ensino ministrado	12.513	41,4	14.490	48,0	2.967	9,8	230	0,8	30.200	100	
Metodologia das aulas	10.119	33,0	14.914	48,7	4.996	16,3	607	2,0	30.636	100	
Sistemática de avaliação	8.104	26,5	15.478	50,6	4.560	14,9	2.447	8,0	30.589	100	
Disciplina	6.467	23,2	14.885	53,5	5.302	19,1	1.172	4,2	27.826	100	

Uma análise mais profunda permite constatar indícios de contradição nas manifestações dos alunos acerca do trabalho pedagógico dos professores. A prevalência dos conceitos muito bom e bom para o ensino ministrado, a metodologia das aulas, e a sistemática de avaliação merece uma maior investigação, uma vez que em outras questões os alunos assumem posturas bastante críticas acerca de aspectos intimamente relacionados com estes.

Apesar de os números globais mostrarem-se satisfatórios, registram-se nos relatórios opiniões de alunos que denotam a insatisfação em relação aos procedimentos metodológicos utilizados pelos docentes, podendo ser exemplificados com os depoimentos:

à maneira como o professor ensina é muito repetitiva, às vezes nos deixando desestimulados, os professores vão para aula sem planejamento definido, levando a sala a comportamentos indisciplinados (Crede 11, p. 20).

as aulas são repetitivas em todas as séries, também precisamos de aula oral; as aulas precisam ter mais motivação, são cansativas e desmotivadas; rotineira e monótona; além do acúmulo de trabalho de várias disciplinas (Crede 7, p. 25).

As falas denunciam que, além do descontentamento com os métodos adotados pelos professores, os alunos atribuem aos procedimentos adotados uma parcela de responsabilidade pela indisciplina existente.

Embora os dados apresentados nos relatórios dos Credes e das escolas os alunos do Ensino Fundamental se posicionem de forma menos crítica do que os do Ensino Médio, a denúncia não pode ser ignorada. Há que se repensar, discutir e rever as práticas efetivamente adotadas, mesmo porque, na opinião dos gestores e professores, os procedimentos mais utilizados são o “diálogo”, a “integração família e comunidade”, o “apelo ao código de ética” e similares. Impossível conciliar tal disparidade de opiniões.

2. Práticas adotadas para garantia da aprendizagem

Os resultados das avaliações externas, como os do SAEB e da vertente Rendimento Escolar do SPAECE mostrados no quadro 1, do qual a Avaliação Institucional faz parte, tem revelado que a aprendizagem dos alunos não está condizente com o que é esperado pelo sistema de ensino.

Dados do SAEB 2001 e 2003 mostram que cerca de 1/3 dos alunos de 8ª série encontram-se nos estágios muito crítico e crítico em Língua Portuguesa e 72% em Matemática. Na 3ª série do Ensino Médio, são 47,7% e 38,5% respectivamente nos anos 2001 e 2003 para Língua Portuguesa e 75,2% e 73,9% nos mesmos anos para Matemática nos estágios muito crítico e crítico.

Da mesma forma, os resultados do movimento escolar, anteriormente analisados, têm dado indícios da pouca efetividade da aprendizagem dos alunos, traduzida no aumento dos indicadores de reprovação e de abandono escolar.

Quadro 1

Resultados do rendimento escolar (SPAECE) obtidos pelos alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio				
Disciplinas	Série	2001	2002	2003
Português	8ª	4,8	5,3	4,9
	3ª	3,4	3,5	4,0
Matemática	8ª	3,2	2,9	2,9
	3ª	2,8	2,5	2,4

Sendo um dos objetivos da Avaliação Institucional, aprofundar qualitativamente os resultados identificados nas referidas avaliações (SPAECE e SAEB), importa saber quais os procedimentos que a escola vem adotando para reverter tal situação.

Os Núcleos Gestores e professores, quando indagados sobre essas providências (tabela 17), coincidentemente, salientaram três grandes atividades: reforço escolar, apoio pedagógico e projetos educativos. Esses, entretanto, no cotidiano da escola, são efetivados de formas diversas.

Ao referir-se ao **reforço escolar**, incluem ações de recuperação paralela, aulas alternativas e trabalho interdisciplinar. Mencionam, ainda, atividades tais como, a realização de “provão” e “concursos” literários, de redação e olimpíadas de Matemática, conforme demonstram a tabela 17 a seguir.

Tabela 17

Providências adotadas para garantia da aprendizagem segundo o Núcleo Gestor, professores e alunos			
Providências		Abs	%
Núcleo Gestor	Reforço escolar	766	34,8
	Apoio Pedagógico	658	29,9
	Projetos Educativos	531	24,1
	Pesquisas	139	6,3
	Formação Docente	96	4,4
	Novas tecnologias	13	0,6
Subtotal		2.203	100
Professores	Apoio Pedagógico	5.580	37,7
	Reforço escolar	5.123	34,6
	Projetos Educativos	3.213	21,7
	Formação Docente	482	3,3
	Novas tecnologias	280	1,9
	Pesquisas	133	0,9
Subtotal		14.811	100
Alunos	Reforço escolar	9.190	44,6
	Projetos Educativos	5.218	25,3
	Pesquisas	2.380	11,6
	Novas Tecnologias	1.701	8,3
	Formação Docente	1.544	7,5
	Mudança no sistema de avaliação, avaliação periódica	402	2,0
	Reuniões com Pais e Mestres	150	0,7
Subtotal		20.585	100

Os dados da tabela 17 mostram que as atividades de reforço escolar são citadas por 44,6% dos alunos, 34,6% dos professores e 34,8% dos Núcleos Gestores. As ações de projetos educativos são citados de forma mais homogênea em todas as três categorias, enquanto pesquisas aparecem com incipientes 0,9% nos professores, 6,3% no Núcleo Gestor, e 11,6% nos alunos.

O apoio pedagógico realizado na escola, citado por 29,9% dos Núcleos Gestores, e por 37,7% dos professores, compreende ações de planejamento e acompanhamento pedagógico ao coletivo dos professores.

São os projetos educativos, a terceira linha de ação da escola que se volta para a motivação e a conseqüente melhoria da aprendizagem. Esses foram referidos por 21,7% dos professores e por 24,1% dos integrantes do Núcleo Gestor. Abrange o trabalho com a metodologia de projetos, seminários e trabalhos voltados para uma linha interdisciplinar, demonstrando que, apesar de ainda não ter obtido o sucesso almejado, a escola tem procurado diversificar e atualizar-se nesses tipos de atividades.

Em menores proporções, figuram os trabalhos de pesquisas e exposições visando à valorização dos talentos dos alunos; a importância da formação continuada como fator de sucesso para a aprendizagem, compreendendo o uso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), capacitações e oficinas; usos de tecnologias (multimeios e laboratórios). Além dessas, foram destacadas providências relacionadas à pontualidade e assiduidade do professor.

Dois fatores parecem estar associados ao uso das novas tecnologias, relacionados aos instrumentos disponíveis nos Centros de Multimeios, citados por apenas 0,6% do Núcleo Gestor, 1,9% dos professores e 8,3% dos alunos.

O primeiro fator está ligado à não existência ou ausência de manutenção dos computadores na escola, levando os professores a não contarem com tais recursos como ferramenta de trabalho com seus alunos. O segundo está diretamente relacionado ao que, ultimamente, vem sendo desvendado em pesquisas, que se refere ao fato de os professores, por não dominarem o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) deixam de utilizá-las no processo ensino-aprendizagem preferindo os métodos convencionais.

Os alunos, por sua vez, ao referirem-se aos procedimentos adotados para a garantia de sua aprendizagem, reafirmam as mesmas atividades mencionadas pelo Núcleo Gestor e professores, entretanto, em menor percentual. Acrescentam ao rol anteriormente apresentado, as iniciativas de mudanças no sistema de avaliação que inclui a realização de avaliações periódicas (2,0%) e as reuniões com os pais e mestres (0,7%).

Chama a atenção o fato de formação docente ser uma providência com baixo percentual de citação pelo Núcleo Gestor (4,4%), professores (3,3%) e alunos (7,5%), quando tal iniciativa pode ser assumida pela própria escola, a partir de dificuldades diagnosticadas junto às turmas ou grupo de alunos.

Dentre as orientações prestadas pelos Núcleos Gestores das escolas aos professores, a tabela 18, a seguir destaca o uso de metodologia do ensino com a inclusão de projetos educativos (38,6% dos Núcleos Gestores e 19,5% dos professores); como desenvolver as competências e habilidades dos alunos ancorados nos Referenciais Curriculares Básicos (RCB) e nos PCN (31,5% dos Núcleos Gestores e 23% dos professores) e a realização de acompanhamento ao planejamento e às atividades escolares (12,7% dos Núcleos Gestores e 4,6 % dos professores).

Merece destaque, o percentual de professores (41,9%) que ressaltaram as orientações recebidas para avaliar os alunos, particularmente, à forma de progressão continuada, a recuperação e o registro da aprendizagem. Segundo os professores, as referidas orientações estão sendo fornecidas a contento pela escola, tendo um percentual acima de 82,3% destes atribuído o conceito **muito bom** as diversas orientações apresentadas. Tal apreciação é comungada pelos Núcleos Gestores.

Orientações recebidas pelos docentes segundo o Núcleo Gestor e professores			
Orientações recebidas pelos docentes		Abs	%
Núcleo Gestor	Metodologia do ensino e projetos educativos	800	38,6
	Trabalhar competência e habilidade do aluno (RCB e PCN)	653	31,5
	Acompanhamento ao planejamento e às atividades escolares	263	12,7
	Trabalhos interdisciplinares	140	6,8
	Processo avaliativo (progressão, recuperação e registro)	138	6,7
	Orientação sobre aspectos burocráticos (acervo bibliográfico, preenchimento de diários, etc)	80	3,9
	Subtotal	2.074	100
Professores	Processo avaliativo (progressão, recuperação e registro)	3.662	41,9
	Trabalhar competência e habilidade do aluno (RCB e PCN)	2.012	23,0
	Metodologia do ensino e projetos educativos	1.703	19,5
	Trabalhos interdisciplinares	655	7,5
	Acompanhamento ao planejamento e às atividades escolares	401	4,6
	Atualidades/ eventos culturais/ oficinas	311	3,6
	Subtotal	8.744	100

O uso dos resultados das avaliações, tanto do SPAECE como do SAEB serve para balizar as ações realizadas pela escola, funcionando como subsídios para planejamento das atividades acadêmicas dos alunos. Segundo informações prestadas pelos Núcleos Gestores e professores, em 27,4% das escolas as avaliações têm se prestado para esse fim, entretanto, ainda é alto o percentual das que não estão trabalhando com os dados das referidas avaliações (13,9%).

As demais escolas têm realizado algum tipo de atividade a partir dos resultados: apresentam e discutem com toda a comunidade escolar (22,1%) ou promovem debates entre o Núcleo Gestor e os professores (27,4%), como mostra a tabela 19.

Destes dados, infere-se que a cultura avaliativa, especialmente as avaliações externas de larga escala ainda são pouco utilizadas pelas unidades escolares. Como este tipo de avaliação é relativamente novo no Brasil e no Ceará, em particular, torna-se necessário um trabalho de disseminação e formação junto aos diversos segmentos escolares sobre o uso de tais indicadores.

Tabela 19

Forma como os resultados das avaliações (SAEB e SPAECE) são trabalhados na escola segundo o Núcleo Gestor		
Respostas	Nº de respondentes	
	Abs	%
Discute com toda a comunidade escolar os resultados do SPAECE, nas suas duas vertentes - Rendimento Escolar e Auto Avaliação, bem como os resultados do SAEB	1.332	22,1
Promove debates entre o Núcleo Gestor e os professores sobre os resultados do SPAECE e ou SAEB	1.655	27,4
Os resultados dos dois sistemas são utilizados como subsídios para o planejamento da escola	1.776	29,4
A escola participou, mas não trabalhou os resultados	840	13,9
A escola não participou das avaliações, mas trabalhou os resultados	436	7,2
Total de respostas	6.039	

A despeito dos resultados das avaliações externas, o trabalho executado pelas escolas tem agradado particularmente aos pais. A tabela 20 mostra que 66,8% dos pais consideram que os professores são muito bons, preparados e dedicados, enquanto 28% reconhecem que alguns são bem preparados, mas falta dedicação.

Tabela 20

Grau de satisfação dos pais em relação ao desempenho dos professores		
Respostas	Nº de respondentes	
	Abs	%
Todos são muito bons: preparados e dedicados	12.362	66,8
Alguns são bem preparados, mas falta dedicação	5.191	28,0
Alguns são pouco preparados e pouco dedicados	720	3,9
Na maioria, são pouco preparados e pouco dedicados	235	1,3
Total de respondentes	18.508	100

No que se refere ao grau de satisfação dos pais em relação à aprendizagem dos filhos, a tabela 21 mostra que 77,3% estão plenamente satisfeitos com os serviços oferecidos pelas escolas, enquanto 20% encontram-se regularmente satisfeitos.

Tabela 21

Grau de satisfação dos pais em relação à aprendizagem de seus filhos		
Respostas	Nº de respondentes	
	Abs	%
Plenamente satisfeito(a)	12.734	77,3
Regularmente satisfeito(a)	3.299	20,0
Pouco satisfeito(a)	383	2,3
Nada satisfeito(a)	53	0,4
Total de respondentes	16.469	100

A boa qualidade do ensino proporcionado por professores capacitados constitui-se na maior motivação dos pais em escolher a escola de seus filhos (33,5%), conforme tabela 22 a seguir. Outros aspectos levados em consideração por eles foram a proximidade da residência (26,0%), bem como a forma como a escola se organiza (21,9%), isto é, quando possui uma boa direção, tem credibilidade na comunidade e apresenta um padrão de disciplina tanto para os alunos como para os demais segmentos escolares. Para 13,4% dos pais, constitui-se em um importante critério de preferência de uma escola, o fato de ela manter um bom relacionamento com a comunidade.

Tabela 22

Motivos pelos quais os pais escolheram a escola de seus filhos		
Motivos apresentados pelos pais	Nº de respondentes	
	Abs	%
Proximidade da residência	3.462	26,0
Organização e gestão (boa direção/credibilidade/qualidade /disciplina)	2.907	21,9
Boa qualidade de ensino/professores capacitados	4.452	33,5
Tem abertura e é democrática	119	0,9
Ensino gratuito e oferece vagas	292	2,2
A única da comunidade	271	2,0
Bom relacionamento escola com a comunidade	1.787	13,4
Total de respondentes	13.290	

Os critérios apontados pelos pais são importantes e devem ser levados em consideração pela política educacional no âmbito do Estado e pelas escolas, em particular, uma vez que justificam porque alguns estabelecimentos são mais procurados do que outros.

A atuação dos organismos colegiados é assunto de máxima importância para um modelo de gestão escolar que se define como democrática e participativa. Curiosamente, na grande maioria das escolas, as associa-

ções de pais, bem como os demais organismos escolares, inexistem ou não funcionam de forma regular.

Segundo depoimentos dos Núcleos Gestores das escolas participantes da pesquisa, em 38,9% delas, as associações de pais não funcionam. Ao que parece, com a constituição dos Conselhos Escolares deixou de haver uma sensibilização dos pais com vistas a se organizarem em associações escolares (tabela 23).

No que diz respeito ao Grêmio Estudantil, os conceitos **muito bom** e **bom** são atribuídos por 59,6% dos Núcleos Gestores e professores e por 54,2% dos alunos de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio. O percentual dos alunos mostra que ainda existe um longo caminho a percorrer no processo de consolidação dos Grêmios.

Tabela 23

Atuação dos organismos escolares segundo a opinião do Núcleo Gestor, professores e alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio											
Seg	Conceito Organização	Muito boa		Boa		Regular		Não funciona		Total de respondentes	
		Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
N.G Professores	Conselho escolar	925	26,3	1.966	55,9	470	13,4	155	4,4	3.516	100
	Grêmio estudantil	426	14,1	1.377	45,5	688	22,7	536	17,7	3.027	100
	Associação de pais	134	14,9	332	36,9	84	9,3	349	38,9	899	100
	Congregação de professores	344	24,1	728	51,1	89	6,2	264	18,5	1.425	100
5ª a 8ª EF e EM	Conselho escolar	5.478	20,5	15.583	58,0	4.319	16,2	1.295	4,9	26.675	100
	Grêmio estudantil	2.786	13,2	8.755	41,0	5.762	27,2	3.858	18,2	21.161	100
	Associação de pais	1.226	14,3	3.464	40,0	1.465	17,1	2.402	28,1	8.557	100
	Congregação de professores	2.448	12,9	13.502	71,0	1.327	7,0	1.632	8,6	18.909	100

Restam algumas importantes indagações: quais os critérios em que os pais se baseiam para avaliar as escolas? Se organismos escolares, como grêmios estudantis e congregação de professores, funcionam de forma precária ou não funcionam, qual o real significado do discurso recorrente de uma gestão escolar participativa e democrática? Esses aspectos serão, posteriormente, analisados ao se tratar da atuação dos organismos escolares.

Lamentavelmente, a pulverização já comentada e, por vezes, a contradição dos dados, informações e depoimentos não autorizam conclusões seguras e suficientemente fundamentadas. Parece que muitos achados sinalizam mais para o aprofundamento de reflexões e a redefinição de prioridades nas diferentes instâncias, do que propriamente para a tomada de decisões, o que não desconfigura um dos principais objetivos da auto-avaliação institucional.

As conquistas, em termos de reflexão sobre o cotidiano das escolas, o exercício da gestão democrática e participativa e a prática pedagógica não podem ser minimizadas. Muitos são os depoimentos reveladores.

A prática de auto-avaliação, através de mecanismos como a Avaliação Institucional, proporciona momento ímpar de envolvimento, entrosamento da comunidade escolar, reflexões que geram o amadurecimento e crescimento da Escola. A Avaliação Institucional é de fundamental importância para o diagnóstico e replanejamento de todas as ações desenvolvidas pela escola (...) na busca da qualidade dos serviços prestados (Crede 21, p. 3).

Avaliação Institucional não é de fato apenas um momento, mas com certeza uma oportunidade para construir, desenvolver e formar a comunidade num processo contínuo, onde a escola se reconheça como um espaço de construção coletiva (Crede 1, p. 37).

Fazendo um paralelo com as avaliações anteriores, pode-se observar um avanço primordial, tanto no que diz respeito à compreensão dos instrumentais (...) como também no próprio desempenho acadêmico dos alunos (...) Nesse sentido o programa da Avaliação Institucional representa o controle, a garantia, e a regulação das condições mínimas de funcionamento da escola, pressupondo, assim, capacidade de auto-aprendizagem, de autocorreção institucional e individual (...) todos começam a compreender que esse processo é contínuo e progressivo, devendo gerar mudanças (Crede 4, p. 59).

É preciso reconhecer que o caminho a percorrer é longo, mas, é importante considerar que o percurso já realizado constitui memória pioneira no País, além de inspiração para outras redes de ensino público.



Ambiente Escolar e Espaços de Participação

1. Espaços de participação

Nessa categoria, buscou-se, fundamentalmente, indagar sobre a alegria, a satisfação, a sensação de “pertencimento” dos que fazem a escola pública no nosso Estado. As indagações, centradas no espaço/qualidade de participação dos diferentes segmentos no dia-a-dia da escola e na qualidade do relacionamento existente entre uns e outros, apresentam resultados surpreendentes, se confrontados com os resultados das indagações mais conceituais/racionais propostas nas duas categorias já analisadas.

No que se refere ao espaço de participação dos diferentes segmentos no cotidiano escolar, a avaliação apresenta-se, do ponto de vista quantitativo, bastante animadora para todos os segmentos, independentemente do tipo, espécie ou qualidade das decisões, à exceção daquele dos funcionários, questão já comentada em tópico anterior.

A tabela 24 permite observar que os professores têm proporcionado aos alunos espaços de participação nas aulas, informações confirmadas tanto pelo Núcleo Gestor como pelos próprios alunos. Dentre os espaços mencionados destaca-se a realização de discussões dos conteúdos trabalhados (24,9%), debates em grupos (24,8%) e até mesmo no contato individual entre professor e aluno (22,3%).

Tabela 24

Espaço de participação destinado aos alunos pelos professores em sala de aula segundo o Núcleo Gestor, professores e alunos da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio						
Espaço de participação dos alunos	Nº de respondentes					
	Núcleo Gestor		Professor		Alunos (5ª a 8ª EFeEM)	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Nas discussões dos conteúdos trabalhados	1.869	25,0	8.050	25,2	21.824	24,9
Nos debates em grupo	1.887	25,2	8.008	25,1	21.723	24,8
Nos depoimentos individuais	1.755	23,5	7.543	23,6	19.426	22,2
Nos momentos de tarefas individuais	1.615	21,6	7.417	23,2	19.566	22,3
Difícilmente dá para oferecer esses “espaços”	145	1,9	212	0,7	2.077	2,4
Outros	208	2,8	691	2,2	3.065	3,5
Total de respondentes	7.479		31.921		87.681	

Os dados médios revelam que os núcleos gestores e professores se sentem bastante satisfeitos em relação à sua participação no cotidiano da vida escolar. Tal observação é feita a partir da indicação dos referidos segmentos em relação a momentos tais como: na elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e Projeto Político Pedagógico (PPP); na execução das atividades escolares; na tomada de decisões pedagógicas e administrativas e nos eventos festivos mostrados na tabela 25.

O espaço de participação em eventos festivos foi o aspecto que recebeu um maior percentual, sendo o conceito **muito bom** atribuído por 58,8% dos professores e por 42% dos gestores. Esses dados quantitativos são confirmados no depoimento:

Para os professores e Núcleo Gestor o ambiente escolar é bastante festivo (...) somando os conceitos muito bom e bom atingem um percentual de 100% de aceitação. Temos opiniões semelhantes entre professores e Núcleo Gestor para a elaboração do PDE e execução das atividades escolares. Não encontramos divergência entre as opiniões do Núcleo Gestor e professores para todos os itens respondidos (Crede 9, p. 21).

Na verdade, as escolas têm dado prioridade para esse tipo de atividade que, se por um lado, promove a participação, por outro, pode desviá-la de seus objetivos nucleares representados pela socialização do conhecimento e do saber sistematizado.

Embora os dados quantitativos tenham mostrado essa satisfação, verifica-se nas falas dos professores, principalmente daqueles que assumem uma postura mais crítica, aspectos que devem ser levados em consideração, principalmente, quando se trata da participação nas decisões pedagógicas, conforme fragmento de um dos relatórios:

algumas decisões pedagógicas são tomadas sem uma devida reflexão dos objetivos a serem alcançados. Muitas vezes pela urgência, as ações não são utilizadas e não proporcionam resultados (...) há uma centralização nas decisões onde o professor tem pouco poder (...) algumas decisões pedagógicas ainda são tomadas em nível de SEDUC (Crede 7, p. 29).

Uma vez que as decisões pedagógicas dizem respeito diretamente à função docente, a denúncia refere-se à falta de clareza e ao não envolvimento dos professores em momentos de importância para que a escola ofereça um ensino de qualidade, inclusive, em respeito ao apregoador na LDB, ou seja, a imprescindível participação dos professores no projeto político pedagógico (PPP), não limitado apenas ao momento de sua definição e elaboração, mas de forma constante, através das decisões pedagógicas tomadas cotidianamente.

2. Qualidade das relações

A exemplo do que ocorre em outros aspectos abordados na Avaliação Institucional, quando se trata do **relacionamento entre os diversos segmentos**, os dados quantitativos apresentados a seguir na tabela 26, indicam que o percentual médio das respostas encontra-se entre os conceitos **muito bom** e **bom** .

Os números absolutos e relativos não retratam, explicitamente, a animosidade. Mas, por trás dos números, pode-se perceber, algumas vezes pela omissão de pronunciamento, outras por comentários “cautelosos”, dispersos e evasivos, um ambiente de desconforto e/ou descontentamento entre os diferentes segmentos.

Uma análise mais detalhada mostra que a questão dos relacionamentos, particularmente entre os profissionais da educação, os alunos e os pais deve ser motivo de preocupação, mesmo porque o descontentamento nem sempre é claramente explicitado.

Especificando os dados obtidos, vê-se que dentre todos os componentes do Núcleo Gestor, os diretores foram apontados como aqueles que melhor se relacionam com todos os segmentos, merecendo, portanto, o conceito **muito bom** de cerca de 60% dos respondentes. Essa boa aceitação tanto pode ser real, como manifestada por relações de temor em relação ao dirigente maior da instituição.

Identificam-se, ainda, nos dados quantitativos, um nível de relacionamento mais problemático focalizado nos cargos dos coordenadores administrativo-financeiros e nos de gestão. Parte da justificativa pode ser tributada ao fato de os primeiros desenvolverem atividades mais técnicas e por não ser exigida vivência pedagógica em seu perfil e sim, conhecimento na área de Ciências Contábeis e Administração.

Quanto aos coordenadores de gestão, é injustificável a baixa aceitação, tendo em vista que dele é exigido um perfil que o habilite a contatos com o público, devendo ser, portanto, um bom articulador da comunidade escolar. Analisando-se os dados qualitativos, confirmações da fala dos diversos segmentos da escola, registradas nos relatórios dos Credes, os dados são constatados, sendo alguns coordenadores de gestão e administrativo-financeiros considerados distantes e inacessíveis, recebendo, por isso, avaliações pouco lisonjeiras por parte de alunos, professores e funcionários e, eventualmente, dos pais.

No que tange à avaliação que os pais fazem acerca dos diversos segmentos – Núcleo Gestor, professores e funcionários – constata-se que os conceitos **muito bom** e **bom** são atribuídos por mais de 80% dos respondentes. Tais dados confirmam a concepção de gestão democrática e participativa adotada como paradigma para as escolas cearenses.

Uma outra informação chama a atenção: 45,6% dos alunos consideram o relacionamento com o Núcleo Gestor difícil, revelando uma certa tensão no interior da escola.

Tabela 26

Avaliação do relacionamento entre os diversos segmentos da escola													
Seg	Ação	Conceito		Muito boa		Boa		Regular		Difícil		Total	
		Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%		
Diretor Geral	Núcleo Gestor	1.616	70,2	645	28	36	1,6	4	0,2	2.301	100		
	Professor	5.193	62,1	2.982	35,6	168	2	23	0,3	8.366	100		
	Alunos de 1ª a 4ª série EF	1.366	75	389	21,4	45	2,5	22	1,2	1.822	100		
	Alunos de 5ª a 8ª EF e EM	10.366	41,2	10.966	43,5	2.616	10,4	1.236	4,9	25.184	100		
	Funcionários	3.275	62	1.679	31,8	152	2,9	176	3,3	5.282	100		
	Pais	12.128	61,8	6.834	34,8	569	2,9	84	0,4	19.615	100		
Coordenador de Gestão	Núcleo Gestor	691	59	460	39,3	18	1,5	2	0,2	1171	100		
	Professores	2.295	55,7	1.695	41,1	121	2,9	12	0,3	4.123	100		
	Alunos de 1ª a 4ª série EF	742	77,5	176	18,4	22	2,3	17	1,8	957	100		
	Alunos de 5ª a 8ª EF e EM	4.900	37,6	6.545	50,2	1.179	9	408	3,1	13.032	100		
	Funcionários	1.333	46	949	32,8	453	15,6	161	5,6	13.032	100		
	Pais	4.683	51,4	3.709	40,7	634	7	87	1	9.113	100		
Coordenador Pedagógico	Núcleo Gestor	1.452	62,9	733	31,8	63	2,7	60	2,6	2.308	100		
	Professores	5.054	61,7	2.878	35,2	228	2,8	26	0,3	8.186	100		
	Alunos 1ª a 4ª EF	1.349	78,7	335	19,5	13	0,8	18	1	1.715	100		
	Alunos de 5ª a 8ª EF e EM	9.923	39,7	11.822	47,3	2.243	9	1.002	4	24.990	100		
	Funcionários	2.511	52,4	1.751	36,5	412	8,6	120	2,5	4.794	100		
	Pais	10.731	56,2	7.319	38,3	890	4,7	151	0,8	19.091	100		
Coord. Admin. Financeiro	Núcleo Gestor	918	63	482	33,1	44	3	13	0,9	1.457	100		
	Professores	3.134	53,5	2.463	42	216	3,7	47	0,8	5.860	100		
	Alunos de 1ª a 4ª EF	709	68,6	217	21	33	3,2	75	7,3	1.034	100		
	Alunos de 5ª a 8ª EF e EM	5.549	29,7	9.401	50,3	2.464	13,2	1.269	6,8	18.683	100		
	Funcionários	1.929	49,3	1.535	39,3	379	9,7	66	1,7	3.909	100		
	Pais	5.661	41,6	6.363	46,8	1.161	8,5	420	3,1	13.605	100		
Secretário Escolar	Núcleo Gestor	1.352	59,8	846	37,4	52	2,3	12	0,5	2.262	100		
	Professores	4.698	56,9	3.237	39,2	254	3,1	63	0,8	8.252	100		
	Alunos de 1ª a 4ª EF	1.246	76	317	19,3	48	2,9	28	1,7	1.639	100		
	Alunos de 5ª a 8ª EF e EM	7.858	32,2	12.823	52,5	2.555	10,5	1.197	4,9	24.433	100		
	Funcionários	2.905	58,4	1.814	36,5	172	3,5	83	1,7	4.974	100		
	Pais	9.213	47,6	8.764	45,3	1.021	5,3	339	1,8	19.337	100		
Professores	Núcleo Gestor	2.373	62,7	1.374	36,3	29	0,8	9	0,2	3.785	100		
	Colegas professores	4.732	61,9	2.789	36,5	115	1,5	3	0	7.639	100		
	Alunos de 1ª a 4ª EF	1.357	79,5	314	18,4	21	1,5	14	0,8	1.706	100		
	Alunos de 5ª a 8ª EF e EM	12.421	42,2	14.521	49,3	2.100	7,1	395	1,3	29.437	100		
	Funcionários	2.396	47,6	2.287	45,4	259	5,1	93	1,8	5.035	100		
	Pais	9.981	51,4	8.512	43,8	844	4,3	95	0,5	19.432	100		
Funcionários	Núcleo Gestor	2.109	55,1	1.616	42,2	99	2,6	6	0,2	3.830	100		
	Professores	3.766	45,9	3.929	47,9	412	5	97	1,2	8.204	100		
	Alunos de 1ª a 4ª EF	1.144	71	392	24,3	28	1,7	47	2,9	1.611	100		
	Alunos de 5ª a 8ª EF e EM	7.839	27,1	16.183	55,9	4.097	14,1	853	2,9	28.972	100		
	Colegas funcionários	2.739	57	1.854	38,6	183	3,8	27	0,6	4.803	100		
	Pais	7.954	41,3	9.823	51	1.278	6,6	209	1,1	19.264	100		
Pais	Núcleo Gestor	1.072	47,6	1.004	44,5	140	6,2	38	1,7	2.254	100		
	Professores	2.694	33,1	3.864	47,5	1.226	15,1	355	4,4	8.139	100		
	Funcionários	1.368	30,3	2.426	53,8	573	12,7	145	3,2	4.512	100		
Alunos	Núcleo Gestor	2.038	30,9	1.464	22,2	90	1,4	3.006	45,6	6.598	100		
	Professores	3.175	38,6	4.618	56,1	353	4,3	81	1	8.227	100		
	Funcionários	1.603	30,9	2.686	51,8	536	10,3	363	7	5.188	100		

Os alunos (...) dizem ser regular e difícil o seu relacionamento com alguns segmentos da escola e justificam o seu posicionamento dizendo achá-los distantes, não procurarem uma aproximação com eles, e não manterem um relacionamento agradável com este grupo de alunos (Crede 18, p. 32).

Segundo o depoimento de uma escola, a coordenadora de gestão pega no pé dos alunos é grosseira, rígida, autoritária e ausente, o coordenador financeiro, por sua vez, precisa melhorar suas atividades'. Existe também, antipatia por parte dos diversos segmentos com as secretarias de algumas escolas (Crede 2, p. 30).

De uma forma geral, o relacionamento entre todos os profissionais que prestam serviços na escola foi considerado por cerca de 50% de todos os segmentos como **muito bom**. Entretanto, apenas cerca de 30% dos componentes do Núcleo Gestor, professores e funcionários atribuíram o conceito **muito bom** para o seu relacionamento com os alunos e pais (tabela 26).

Alguns alunos, particularmente os das séries terminais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, ao perceberem uma certa animosidade existente entre eles e os profissionais que trabalham na escola, respondem atribuindo, em todos os aspectos avaliados os menores percentuais do conceito **muito bom**.

Dentre os profissionais da escola, os funcionários (tabela 26) foram os que menos receberam o conceito **muito bom** (27,1%) dos alunos de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio, assim justificado:

alguns são ignorantes; não cuidam de seus serviços, passam o tempo todo falando dos alunos e da vida dos outros; não tem atendimento legal; falta diálogo, atenção e simpatia; às vezes alguns desrespeitam os alunos (Crede 7, p. 33).

Podemos destacar o difícil relacionamento entre funcionários e alunos em 10,5% dos respondentes. Esse resultado é devido à forma de contato dos funcionários com os alunos, principalmente o porteiro da escola que é o "carrasco" dos alunos, porque não permite que saiam da escola no horário da aula (Crede 9, p. 24).

Essa baixa aceitação, menor ainda que a atribuída ao coordenador financeiro, merece ser alvo de reflexões:

- Os funcionários não estariam se relacionando bem com os alunos devido à forma como vêm sendo tratados na escola?
- O relacionamento problemático não seria uma decorrência da baixa qualificação e da falta de atualização dessa categoria?
- A falta de renovação do quadro funcional que tem levado pessoas com idade avançada, problemas de saúde e financeiros a se mante-

rem em suas atividades, sem que nenhum trabalho venha sendo feito para aumentar a sua auto-estima, não seria também um aspecto que tem dificultado o relacionamento com os alunos?

Esses dados são muito importantes, pois, sendo os alunos a razão da existência da escola, não se compreende como servidores públicos não se relacionem bem com aqueles que deveriam ser o centro das atenções.

Entre os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental não foi sentida uma postura mais crítica. Dois fatores podem ter contribuído para isso. O primeiro reside no fato de existirem vínculos de maior afetividade entre alunos e servidores da escola, inclusive tratando-os por “tia” ou “tio” professores e funcionários. Uma segunda razão pode estar relacionada à não representatividade dos alunos dessas séries, uma vez que a Avaliação Institucional limitou-se à rede estadual, cujo nível de ensino concentra-se nas séries terminais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

No relacionamento com os pais, o conceito **muito bom** atribuído pelo Núcleo Gestor, professores e funcionários está abaixo de 50% (tabela 26). Dentre eles, é o Núcleo Gestor que afirma ter um melhor relacionamento, considerado muito bom por 47,6%. É lamentável que mais de 15% dos professores e funcionários classifiquem a relação com os pais como regular ou mesmo difícil. Os depoimentos abaixo ilustram essa situação:

Os pais, porque alguns chegam agredindo verbalmente e pela ausência no acompanhamento dos filhos e os alunos, pela falta de respeito com os professores e a disciplina (Crede 7, p. 32).

Os pais só comparecem à escola quando há problemas de disciplina, festividades e em número pequeno. Falta de compromisso dos pais em relação ao processo de aprendizagem de seus filhos (Crede 10, p. 33).

Pouca frequência e participação (...) Os pais ainda estão muito distantes da escola, freqüentam pouco e dificilmente nos procuram para saber sobre seus filhos (Crede 17, p. 26).

Tal apreciação denota que os pais ainda estão distantes de intervirem na realidade e no cotidiano da escola. Os pais, por sua vez,

reconhecem que não comparecem às reuniões e por esse motivo não conhecem todos os componentes do Núcleo Gestor, quando freqüentam às vezes, não opinam, apenas escutam as reclamações dos professores sobre seus filhos (Crede 15, p. 31).

A escola deve procurar rever suas estratégias de aproximação com os pais, tendo como clarividência as limitações econômicas, culturais e sociais dos mesmos. É necessário saber que sem eles dificilmente pode-se considerar uma gestão escolar como democrática.

3. Atuação do corpo técnico-administrativo e dos organismos escolares

A atuação do corpo técnico-administrativo da escola foi, no geral, avaliada pelos alunos de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio como **muito bom** e **bom**, como mostra a tabela 27. Mais uma vez foi o diretor-geral, o profissional que recebeu o maior conceito, apresentando uma diferença positiva em torno de 5% entre ele, o coordenador-pedagógico e o coordenador de gestão.

Tabela 27

Opinião dos alunos de 5ª a 8ª séries do EF e EM sobre a atuação do corpo técnico-pedagógico-administrativo da escola												
Segmentos	Conceito		Muito boa		Boa		Regular		Ruim		Total de respondentes	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Diretor geral	11.866	45,4	11.658	44,6	1.962	7,5	675	2,6	26.161	100		
Coordenador de gestão	4.951	40,0	6.131	49,5	1.070	8,6	237	1,9	12.389	100		
Coordenador pedagógico	10.246	40,1	12.912	50,6	1.880	7,4	494	1,9	25.532	100		
Coord. Adm.												
Financeiro	7.893	38,5	10.034	49,0	2.010	9,8	539	2,6	20.476	100		
Secretário da escola	8.457	33,2	14.066	55,2	2.306	9,0	658	2,6	25.487	100		
Professores	10.353	40,1	13.294	51,5	1.978	7,7	213	0,8	25.838	100		
Funcionários	6.472	25,2	15.434	60,1	3.182	12,4	578	2,3	25.666	100		

Destoando dos resultados do item relacionamento, o percentual dos alunos que conceituaram como muito bom o desempenho do coordenador de gestão foi praticamente igual ao atribuído aos coordenadores pedagógicos, fornecendo indícios de que, a despeito de uma relação não muito satisfatória, parece existir uma boa aceitação do trabalho desse profissional na escola.

Dentre os demais segmentos, foram os funcionários que obtiveram o mais baixo percentual de **muito bom**, concedido por 25,2% dos alunos. A crítica aos funcionários fundamenta-se pela,

ausência de ética e profissionalismo por parte dos funcionários que não atendem bem aos pais e aos alunos, não cumprem seus horários e apresentam indisposição para o trabalho (Crede 21, p. 16).

Os funcionários se defendem dizendo que “**existem alunos indisciplinados que não colaboram com a organização da escola, são rebeldes**” (Crede 1, p. 28). Esses, por sua vez, ao analisar a atuação do corpo técnico da escola na tabela 28, atribuem um maior percentual de **muito bom** aos diretores (62,8%), e aos professores, o menor percentual desse mesmo conceito (43,4%).

Tabela 28

Opinião dos funcionários sobre a atuação do corpo técnico-pedagógico e administrativo da escola										
Conceito Segmentos	Muito boa		Boa		Regular		Não funciona		Total de respondentes	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Diretor geral	3.245	62,8	1.768	34,2	145	2,8	8	0,2	5.166	100
Coordenador de gestão	1.304	53,3	1.039	42,5	98	4,0	5	0,2	2.446	100
Coordenador pedagógico	2.871	55,7	2.174	42,2	104	2,0	8	0,2	5.157	100
Coord. Adm.										
Financeiro	2.058	56,3	1.387	38,0	202	5,5	7	0,2	3.654	100
Secretário da escola	2.813	55,7	2.075	41,1	148	2,9	12	0,2	5.048	100
Professores	2.234	43,4	2.619	50,9	276	5,4	20	0,4	5.149	100
Funcionários	2.535	50,2	2.361	46,8	149	3,0	1	0,0	5.046	100

Em se tratando da opinião dos funcionários sobre a atuação do corpo técnico-pedagógico e administrativo da escola, prevalece os conceitos **muito bom** e **bom** para todos os segmentos. O maior percentual de muito boa atuação é dado ao diretor geral e o menor aos professores (43,4%). O maior percentual de atuação **regular** foi dado ao coordenador administrativo-financeiro (5,5%). Salienta-se, porém, que:

Há grandes dificuldades de atuação dessas organizações, pois não conseguem reunir um grupo realmente responsável e comprometido com as atribuições de suas funções dentro de cada organismo. Não basta apenas formar e eleger o grupo, é necessário fortalecer suas atuações e dar sustentabilidade, para que haja uma efetiva representatividade dessas organizações nas ações desenvolvidas na escola, promovendo assim a gestão participativa (Crede 4, p. 55).

Analisando-se separadamente os organismos escolares, vê-se que os conselhos escolares e os grêmios estudantis apresentam maiores percentuais do conceito **regular**. Em relação aos primeiros, foram assim considerados por 13,4% dos núcleos gestores e professores e 16,2% dos alunos (tabela 23). Tal resultado, revela de certa forma, que os conselhos escolares precisam ser mais divulgados.

Apesar desse resultado, em alguns relatórios fica patente que o Conselho Escolar, “**funciona parcialmente. Podemos notar que a maioria dos conselheiros só participa de reuniões para a prestação de contas junto ao coordenador financeiro**” (Crede 9, p. 26).

Em uma gestão democrática, os conselhos escolares são imprescindíveis, e suas definições precisam ser socializadas. Nesse sentido, 65,3% dos pais dizem que são informados sobre os recursos que chegam à escola e como esses são gastos, conforme mostra a tabela 29. No entanto, 21,7%

dos pais tomam apenas conhecimento de como os recursos chegam à escola, mas desconhecem como eles são gastos.

Quanto aos grêmios estudantis, 22,7% dos núcleos gestores e professores consideram sua atuação **regular**, enquanto 27,2% dos alunos de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio têm a mesma opinião. Tais dados são preocupantes, uma vez que revelam que os grêmios atuais não atendem a uma parcela significativa de nenhum dos segmentos investigados. Para os alunos,

a atuação ainda não está satisfatória, dado o início (recente) das suas atividades e a falta de capacitação adequada de sua diretoria (...) fala muito e faz pouco (...) não é muito atuante, alguns líderes de sala de aula não repassam as reuniões e outros não conhecem os membros da direção (Crede 17, p. 32).

não somos informados sobre os acontecimentos; querem (a diretoria) ser mais que os outros; promessas não cumpridas; não toma providências; não levam as exposições dos direitos dos estudantes; não temos um grêmio forte e unido; não toma nenhuma iniciativa; omissos e desunidos; não assume seu papel; falta autonomia; não tem apoio para agir (Crede 7, p. 37).

Esse fato é merecedor de reflexão, uma vez que a organização dos alunos possibilita a sua formação cívica e política, sem a qual não se pode considerar que a escola esteja formando a juventude para a cidadania.

A congregação dos professores foi melhor avaliada, sendo o conceito **regular** atribuído por 6,2% dos núcleos gestores e professores e 7% dos alunos de 5ª a 8ª séries e Ensino Médio, como mostra a tabela 23.

A tabela 29 mostra a regularidade com que os assuntos debatidos no Conselho Escolar chegam ao conhecimento dos pais e 42,9% dos respondentes afirmaram que raramente tomam conhecimento desses assuntos. Esse número é surpreendente para uma escola que afirma socializar as informações com a comunidade. Se somados com os 12,5% dos pais que afirmam nunca tomar conhecimento, chega-se a 55,4% do total de pais pouco familiarizados com os assuntos escolares.

Tabela 29

Regularidade com que os assuntos debatidos nas reuniões do Conselho Escolar chegam ao conhecimento dos pais		
Situação	Nº de Respondentes	
	Abs	%
Geralmente tomo conhecimento	10.433	44,6
Raramente tomo conhecimento	10.046	42,9
Nunca tomei conhecimento	2.923	12,5
Total de respondentes	23.402	100

Os dados são reafirmados no depoimento: “**não divulga o trabalho na escola; falta de compromisso de alguns membros; falta de comunicação; atua muito pouco; não vimos trabalho dos componentes**” (Crede 7, p. 37).

A escola, no intuito de tornar sua gestão mais democrática e participativa, deve incentivar a organização dos professores, ampliar a atuação do Conselho Escolar, tornando-a mais autônoma e estimular os alunos a se organizarem, bem como fortalecerem sua entidade representativa. É interessante também observar que os conselhos escolares não são entidades que vieram substituir as associações representativas, sejam elas de pais, mestres ou de funcionários.

4. Percepção dos alunos sobre a escola

Embora o instrumental aplicado na Avaliação solicitasse apenas as três maiores incidências quanto à percepção dos alunos acerca do que mais gostam e do que menos gostam na escola, nos relatórios dos Credes

Tabela 30

Opinião dos alunos sobre os aspectos do que mais gostam na escola				
Respostas	Alunos de 1ª a 4ª EF		Alunos de 5ª a 8ª EF e EM	
	Abs	%	Abs	%
Ambiente calmo/clima amigável/ bom atendimento	50	3,6	147	0,9
Estudar/aprender	124	9,0	0	0,0
Aprendizagem de informática	0	0,0	366	2,1
Metodologia do professor/ensino/ professores capacitados	308	22,4	7.304	41,2
Eventos/atividades culturais, científicas e esportivas.	103	7,5	1.298	7,3
Reforço escolar	30	2,2	0	0,0
Escola limpa e organizada	56	4,1	323	1,8
Merenda	207	15,0	500	2,8
Núcleo Gestor	0	0,0	142	0,8
Recreio/pátio/quadra esportiva	248	18,0	384	2,2
Estrutura física da escola	0	0,0	119	0,7
Biblioteca/sala de multimeios/laboratório (LEI)	249	18,1	7.129	40,2
Total de incidências	1.375	100	17.712	100

aparecem uma significativa pulverização de respostas que aqui foram agrupadas em 12 aspectos relacionados ao do que mais gostavam e em 14 ao que menos gostavam⁶, como mostram as tabelas 30 e 31.

No rol de aspectos destacados pelos alunos como o do que **mais gostam** na escola, observa-se que os alunos de 1ª a 4ª séries valorizam a atuação dos professores, quando 22,4% dizem gostar da metodologia utilizada, principalmente, quando realizam dinâmicas de grupo que facilitam a aprendizagem. Dizem, ainda, gostar de estudar e aprender, destacado por 9,0% dos alunos.

Coincidentemente, entre os alunos das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a metodologia do professor também foi o item mais referido (41,2%). Esse segmento salienta a importância de o professor ter uma formação adequada e utilizar uma metodologia compatível com o que está sendo ensinado. Essa indicação levou um dos Crede a fazer a seguinte reflexão:

o professor deve exercer seu papel com competência, devendo dominar as formas de transmissão, despertando no aluno outras necessidades de aprendizagem. O Ensino Médio é um desafio que precisa também ser assumido de forma a oferecer recursos necessários à realização dos serviços educacionais (Crede 13, p. 40).

Referindo-se ainda à mesma tabela, o segundo item mais valorizado pelos alunos dos dois níveis de ensino, se refere aos centros de multimeios, às bibliotecas e laboratórios principalmente os de informática, tendo sido citado por 18,1% dos alunos do Ensino Fundamental séries iniciais, 40,2% dos alunos do Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio. Para o Crede, essa preferência se dá porque

os alunos se sentem bem no ambiente da biblioteca/Centro de Multimeios e tal interesse pode estar ligado à diversidade de recursos disponíveis nos mesmos e, principalmente, à tecnologia e ao vasto poder de informação da Internet (Crede 4, p. 53).

os alunos apontaram a sala de multimeios como o espaço do que eles mais gostam para a realização de suas atividades, ressaltando ainda o desempenho e competência de alguns professores como fatores positivos (Crede 12, p. 32).

O terceiro aspecto citado pelos alunos das séries iniciais foi o recreio, quando realizado em pátios e em quadras esportivas (18%). Tal item foi pouco citado pelos alunos maiores (2,1%), até porque nesse nível de ensino os espaços de recreação são bastante limitados.

⁶ Em relação à totalização das respostas, essas não correspondem necessariamente ao número de alunos participantes, além do que, um item pode ter sido assinalado por mais de um respondente.

Da mesma forma, a merenda escolar, indicada por 15% dos alunos das séries iniciais, não é destacada, significativamente, pelos alunos do Ensino Fundamental das séries finais e do Ensino Médio. Embora seja uma reivindicação, a merenda escolar não existe para o Ensino Médio.

Os outros itens ressaltados com menor percentual de incidência e referidos tanto pelos alunos do Ensino Fundamental como do Ensino Médio foram: a realização de eventos e atividades culturais, científicas e esportivas (7,5% e 7,3%); organização e limpeza da escola (4,1% e 1,8% respectivamente).

Tabela 31

Opinião dos alunos sobre os aspectos do que menos gostam na escola				
Respostas	Alunos de 1ª a 4ª EF		Alunos de 5ª a 8ª EF e EM	
	Abs	%	Abs	%
Falta d'água ou água natural, bebedouro	90	5,9	186	1,5
Comportamento, agressividade, indisciplina dos alunos	404	26,6	827	6,5
Salas de aula quentes, desconforto ou carteiras quebradas	102	6,7	474	3,7
Pouco ou nenhum acesso ao computador, internet	31	2,0	724	5,7
Falta ou pouca quantidade da merenda	124	8,2	2.105	16,4
Reunião	10	0,7	0	0,0
Falta ou má conservação da quadra	145	9,5	2.356	18,4
Falta de união entre as escolas	18	1,2	0	0,0
Conversas paralelas, brincadeiras na sala	30	2,0	0	0,0
Intervalo curto ou falta de recreação	32	2,1	585	4,6
Aspecto, higiene da escola, banheiros sujos	458	30,1	4.792	37,4
Fumantes	24	1,6	0	0,0
Falta de segurança	52	3,4	0	0,0
Falta de recursos, material didático	0	0,0	757	5,9
Total de incidências	1.520	100	12.806	100

Em relação ao do que **não gostam** na escola, os alunos de ambos os níveis (30,1% dos alunos de 1ª a 4ª e 37,4% dos alunos de 5ª a 8ª e Ensino Médio) destacam o aspecto físico deteriorado e a falta de higiene da escola, presenciada, especialmente, nos banheiros sujos, dados mostrados na tabela 31.

Os alunos das séries iniciais, mais do que os das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, destacam o comportamento

indisciplinado dos colegas. Alguns relatórios dos Credes, porém, dão conta de que esse problema é marcante em ambos os níveis de ensino (Crede 18, p. 34; Crede 21, p. 16; Crede 1, p. 34).

Os alunos maiores referem-se à falta de quadras ou sua má conservação, aspecto esse relacionado à adequação da estrutura física da escola à realidade atual. Frente à escassez de espaços públicos dedicados ao exercício físico, cultural e lúdico, os alunos vêem na escola a possibilidade de usufruir destes ambientes. Por conseguinte, ressentem-se da pouca conservação do patrimônio escolar.

Os alunos desses níveis de ensino destacaram que gostam mais das atividades realizadas no Centro de Multimeios. E o que menos gostam na escola é da falta de espaços para a realização de atividades esportivas, artísticas e culturais, seguida de sujeira nos banheiros e falta de merenda. É importante salientar nesse quesito que o patrimônio material bem formado e bem gerido é condição para o desenvolvimento do processo pedagógico com qualidade (Crede 3, p. 30).

Uma particularidade importante, dentre os aspectos criticados pelos alunos das séries mais avançadas aponta para a falta de recursos pedagógicos e de material didático. Programas de distribuição de livros didáticos, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que por ocasião da Avaliação Institucional ainda não havia sido expandido para o Ensino Médio, fato previsto para ocorrer a partir de 2005.

As posições dos alunos quanto aos itens que **mais gostam** como os que **menos gostam**, reforçam e, muitas vezes, confirmar os comentários feitos anteriormente na categoria **Organização do Trabalho Escolar**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, o “cenário de avanços, paradas e retrocessos” desse caminho percorrido pela Avaliação Institucional ao longo de quase dez anos de existência aponta para três diferentes dimensões, distintas na sua natureza, mas inter-relacionadas nos seus desdobramentos e repercussões.

Em termos de avanços, dois aspectos devem ser considerados: a evolução do processo em si, em termos qualitativos e quantitativos, e aqueles que dizem respeito aos ganhos internos conquistados pelos Credes e escolas participantes. Do ponto de vista quantitativo, destaca-se, especialmente, o aumento gradativo e contínuo do número de escolas que aderiram ao processo. Se no Ano I (1996), participaram 44 unidades escolares e no Ano IV (2003), esse número sobe para 490, crescimento que em termos percentuais foi da ordem de mais de 700%.

Em termos qualitativos, os ganhos não foram menos significativos: o envolvimento, o interesse e o reconhecimento da importância do processo aumentam visivelmente ao longo desses anos, o que pode ser facilmente comprovado através da qualidade dos relatórios estaduais enviados à SEDUC. As limitações aqui e ali apontadas devem-se, seguramente, à exigüidade dos prazos concedidos, face à diversidade de tarefas exigidas, ao elevado número de participantes e, em alguns casos mais pontuais à inexistência de pessoal técnico devidamente preparado para o porte do trabalho, tanto em nível de escolas quanto de Crede.

Voltando-se o olhar para o “interior” das conquistas internas, pode-se destacar, em termos de recursos humanos, a expressiva melhoria do nível de formação dos docentes e gestores e, em termos de condições físicas, as modificações ocorridas nas salas de leitura/bibliotecas, transformadas em salas de multimeios, com repercussões favoráveis na frequência e participação dos alunos, bem como o seu ingresso no mundo dos computadores e recursos tecnológicos mais avançados.

Não se pode negar que permanecem desafios a serem enfrentados nas diferentes instâncias: SEDUC, Crede e Escolas. Na instância maior, há que se pensar na situação injusta de inúmeros servidores que se sentem despreparados e desprestigiados, por falta de uma política de recursos humanos mais vigorosa e eficaz. E, em termos físicos, nas condições precárias e/ou inexistentes de espaços de lazer adequados, bem como na questão da qualidade e segurança das próprias edificações: salas de aula pouco iluminadas e sem ventilação, muros externos danificados e/ou destruídos, laboratórios abandonados por falta de equipamentos e inexistência de recursos para manutenção dos existentes, dentre os mais importantes.

Nos Credes, outros desafios precisam ser enfrentados. Em muitos casos, parece inexistir um sentimento de companheirismo solidário, bem como uma atuação e presença mais efetiva e compreensiva das diferentes

realidades que caracterizam as escolas sob sua jurisdição, bem como de critérios mais claros e procedimentos mais democráticos no que se refere às tomadas de decisões. Tratar desiguais de forma igualitária não constitui parâmetro de justiça.

Finalmente, no âmbito das escolas, também se apresentam desafios importantes. Questões relacionadas aos indicadores de rendimento escolar, como um acompanhamento sistemático das taxas de aprovação, reprovação e abandono; a valorização dos resultados das avaliações de desempenho dos alunos a exemplo do SAEB e SPAECE e que estes dados sirvam para elaboração de planos e projetos que busquem a melhoria desses indicadores.

No que tange ao clima escolar, atenção a qualidade do relacionamento entre os diversos segmentos e no interior de cada um deles, bem como a garantia da segurança na escola e no seu entorno são aspectos que merecem destaque e cuidado dos núcleos gestores. A infra-estrutura, especialmente a limpeza e conservação dos espaços e equipamentos deve ser objeto de atenção e zelo por parte da comunidade escolar.

Constitui ainda responsabilidade das escolas, assegurar a criação e a atuação efetiva dos organismos escolares, melhorar os procedimentos de integração escola e comunidade, definindo de forma participativa e transparente os critérios adotados para definição de prioridades no que se refere à alocação de recursos escassos e, por último, mas não menos importante, rever cuidadosamente a questão da merenda escolar, tão criticada por alunos e professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9394/96**. São Paulo: Editora do Brasil, 2000.
- CEARÁ/SEDUC/NPA. **Projeto da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará – 3ª etapa**, 2000.
- CEARÁ/SEDUC/NPA. **Relatório Geral da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará – 2000**, Fortaleza, 2002.
- CEARÁ/SEDUC. **Plano de Educação Básica: escola melhor, vida melhor**. (Ceará 2003-2006) Fortaleza, 2004.
- CEARÁ/CREDE 1. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 01**, Maracanaú, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 2. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 02**, Itapipoca, 2003 (mimeo)
- CEARÁ/CREDE 3. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 03**, Acaraú, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 4. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 04**, Camocim, 2003 (mimeo)
- CEARÁ/CREDE 5. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 05**, Tianguá, 2003 (mimeo)
- CEARÁ/CREDE 6. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 06**, Sobral, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 7. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 07**, Canindé, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 8. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 08**, Baturité, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 9. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 09**, Horizonte, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 10. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 10**, Russas, 2003 (mimeo)
- CEARÁ/CREDE 11. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 11**, Jaguaribe, 2003 (mimeo)
- CEARÁ/CREDE 12. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 12**, Quixadá, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 13. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 13**, Crateús, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 14. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 14**, Senador Pompeu, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 15. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 15**, Tauá, 2003 (mimeo).

- CEARÁ/CREDE 16. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 16**, Iguatu, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 17. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 17**, Icó, 2003 (mimeo)
- CEARÁ/CREDE 18. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 18**, Crato, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 19. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 19**, Juazeiro do Norte, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 20. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 20**, Brejo Santo, 2003 (mimeo).
- CEARÁ/CREDE 21. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 21**, Fortaleza, 2003 (mimeo)
- CEARÁ/CREDE 22. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 22**, Fortaleza, 2003 (mimeo)
- CEARÁ/CREDE 23. **Relatório da Avaliação Institucional das Escolas Públicas do CREDE 23**, Fortaleza, 2003 (mimeo)
- CEARÁ/SEDUC. **Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará**, 4ª etapa- Manuais de Orientação. Fortaleza, 2003 (Impresso)
- CEARÁ/SEDUC. **Capacitação em Serviço de Professores de 4ª série do Município de Maranguape**, Fortaleza, 1996 (Impresso)
- CEARÁ/SEDUC. **Diretrizes para Educação Básica** 2005. Fortaleza, Gráfica e Editora Nacional, 2004.
- CEARÁ/SEDUC. **Estudo das Práticas Avaliativas de Professores das Séries Iniciais**. Fortaleza, 1997 (Impresso).
- CEARÁ/SEDUC. **Projeto da Avaliação Institucional**, Fortaleza, 2002 (Impresso)
- DOURADO, Luiz Fernandes e DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira – **Progestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?** Módulo II. Brasília, CONSED. Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.
- FIGARI, Gerard **Avaliar: que referencial?** – Porto. Porto Editora, 1999. (Mediateca CF-26-191/CF-26-19).
- PERRENOUD, Ph. **Avaliação: da Excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed Editora (trad. en portugais de *L'évaluation des élèves. De la fabrication de l'excellence à la régulation des apprentissages*. Bruxelles: De Boeck, 1998). p. 194.
- RICHARDSON, Roberto e WAINWRIGHT, D (Org). **Pesquisa Social**. Capítulo 6. São Paulo: Ed. Atlas, 3ª Ed. 1999.
- RISTOFF, Dilvo. **Avaliação Institucional: pensando princípios**. In: BALZAH, Newton César e Sobrinho, José Dias. **Avaliação Institucional: teoria e prática**, São Paulo, Cortes, 1995.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Desconstruir Duchamp** Rio de Janeiro, Editora Vieira & Lent Casa Editorial Ltda, 2003.

ANEXO I - RELAÇÃO DAS ESCOLAS PARTICIPANTES

CREDE 01 - MARACANAÚ

MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES
Maracanaú	EEFM Edmilson Pinheiro	Eusébio	EEFM Ana Bezerra de Sá
	EEFM Adahil Barreto Cavalcante	Maranguape	EEFM Eunice Weaver
	EEFM Carneiro de Mendonça		EEFM Estado do Rio Grande do Norte
	EEFM Flávio Ponte		EEF Capistrano de Abreu
	EEFM José Borba Vasconcelos		EEFM CAIC Senador Carlos Jereissati
	EEFM Profª Eudes Veras	Pacatuba	EEF Desb.Raimundo de Carvalho Lima
	EEFM Gov. Luiz de Gonzaga F. Mota		EEFM Casimiro Leite de Oliveira
	EEF Joaquim Aguiar		
	EEF Genciano Guerreiro de Brito		
Aquiraz	EEFM de Aquiraz		
	EEFM Cel. Osvaldo Studart		
Caucaia	EEFM Danilo Dalmo da R. Correa		
	Colégio Estadual Liceu de Caucaia		
	EEFM Romeu de Castro Menezes		
	EEFM Vicente Arruda		
	EEFM Dom Aloísio Lorscheider		
	EEFM Rotary Club São Miguel		
	EEFM Marly Ferreira Martins		
	EEFM Profª Luiz de Gonzaga F. Mota		

CREDE 02- ITAPIPOCA

Itapipoca	EEFM Hildeberto Barroso	Pentecoste	EEFM Tabelião José R. Guimarães
	EEFM Cel Murilo Serpa	São G. Amarante	EEFM Etelvina Gomes Bezerra
	Colégio Est. Joaquim Magalhães		EEFM Edite Alcântara Mota
	EEFM Nossa Srª da Assunção		EEFM Waldemar Alcântara
	EEF Pedro Teixeira Barroso		EEFM Adelino Cunha Alcântara
	EEFM Monsenhor Tabosa		EEFM Adelino Alcântara Filho
	EEFM Anastácio Alves Braga	São Luiz do Curu	EEF Domingos Anselmo
Amontada	EEFM Amontada	Trairi	EEFM Fortunato S.da Costa
Apuiarés	EEFM São Sebastião		EEM Maria C. de Azevedo Porto
Itapajé	EEFM Professora Estefania Matos		EEFM Pe. Rodolfo F. da Cunha
	EEFM Catão Porfírio		EEFM Rdo. Nonato Ribeiro
	EEFM Adriano Nobre		EEFM Pe. Jorgelito Cals de Oliveira
	EEFM Antonio C de Mesquita	Tururu	EEFM Luiza Bezerra de Farias
Miraíma	EEFM Vicente F. Gomes	Umirim	EEFM José Pinto Brandão
Paracuru	EEFM Hermínio Barroso	Uruburetama	EEFM Mons. Antero José de Lima
	EEFM Maria Luiza Sabóia Ribeiro		EEFM Mathilde R. Vasconcelos
Paraipaba	Complexo Escolar Curu Paraipaba		EEFM Cel. João de Paula Filho
	EEFM Engº Ageu Romero		
	EEFM Flávio Gomes Grangeiro		

CREDE 03 - ACARAÚ

MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES
Acaraú	EEF Dona Maria Firmina	Itarema	EEM Luzia Araújo Barros
	EEFM Maria Conceição de Araújo	Jijoca de Jeri-coacoara	EEFM José Teixeira de Albuquerque

	EEFM Márcia Verônica Alves Silveira	Marco	EEF Maria Julia Neves
	EEFM Tomaz Pompeu de Sousa Brasil		EEFM Ricardo de Sousa Neves
	CEJA Padre Antonio Tomás	Morrinhos	EEFM Carminha Vasconcelos
Bela Cruz	EEF de Bela Cruz		
	EEFM Profª Marieta Santos		
CREDE 04 - CAMOCIM			
Camocim	EEFM Mons. José Augusto da Silva	Granja	EEF Cel Luiz Felipe
	EEF João da Silva Ramos		EEF Paulo Sarasate
	Colégio Estadual Pe Anchieta		Colégio Estadual São José
	CEJA de Camocim	Martinópolis	EEM Murilo Braga
Barroquinha	EEFM Jaime Laurindo da Silva	Uruoca	EEM Olímpio Sampaio da Silva
Chaval	EEFM Mons. José Carneiro da Cunha		
	EEF Eptácio Brito de Oliveira		
CREDE 05 - TIANGUÁ			
Tianguá	CEJA- Professora Ofélia Portela	São Benedito	EEF Farias Brito
	EEF Cel. Manoel Francisco de Aguiar		EEF Francisco Coelho de Paula
	EEFM Monsenhor Aguiar		EEFM João Batista Brandão
	EEFM Tancredo N. de Menezes		EEFM Ministro Antonio Coelho
Carnaubal	EEF Antonio Raimundo de Melo		EEFM Isaías G. Damasceno
	EEM Cosme Rodrigues de Sousa		EEFM Dep. Tomaz Brandão
	EEFM Joaquim Bastos Gonçalves		Liceu Dr. João Almir
Guaraciaba do Norte	EEM Guaraciaba do Norte	Ubajara	EEFM Flavio Ribeiro Lima
	EEFM Mons. Antonino		Col. Est. Gov. Waldemar Alcântara
Ibiapina	EEFM Mons. Melo		EEF Grijalva Costa
	EEFM. de Ibiapina		EEFM Zulmira Agassis
Ipu	EEFM Auton Aragão	Viçosa do Ceará	EEFM Dep. Manoel Rodrigues
	EEF Delmiro Gouveia		EEF Dr. Julio de Carvalho
	Ceja Dr. Gerardo Camelo Madeira		
	EEF Cel José Lourenço de Araújo		
	EEF Mons. Gonçalo Lima		
	EEM Dep Murilo Rocha Aguiar		
	EEFM Abdias Martins de Sousa		
CREDE 06 - SOBRAL			
MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES
Sobral	EEFM Dr. João Ribeiro Ramos	Graça	EEM Raimundo da Cunha Brito
	EPG Antônio Mendes Carneiro	Groaíras	EEFM São José
	EPG Mons. José Ferreira		EEFM Mons. Linhares
	EPG Profª Carmosina Ferreira Gomes	Hidrolândia	EEFM Priscila Maciel de França
	EPG José da Matta e Silva		Centro Educ. Olcino Pereira de Sousa
	EPG Ayres de Sousa	Irauçuba	EEFM de Irauçuba
	EEFM Professor Arruda		EEFM Lucas Ferreira
	EEF Ministro Jarbas Passarinho	Massapê	EEFM Wilebaldo Aguiar
	EEM João Frederico Ferreira Gomes		EEFM Gov. Aduino Bezerra
	EEFM Mons. José Gerardo F. Gomes		EEFM Mons. Manuel Henriques
	EEF Profissional São José	Meruoca	EEFM Dep. Francisco Monte
	EEFM Prof. Luís Felipe		EEFM Mons. Furtado
	EEFM Sinhá Sabóia	Moraújo	EEFM Huet Arruda
	EEFM Israel L. de Vasconcelos	Mucambo	EEFM José Cláudio de Araújo
	EEFM Dep. Cesário Barreto Lima	Pires Ferreira	EEFM Francisco Soares de Oliveira
	CERE-José Euclides Ferreira Gomes	Pacujá	EEFM Plácido Aderaldo Castelo
	Colégio Estadual D. José T. da Frota	Reriutaba	EEFM Alfredo Silvano
	Liceu de Sobral Dom Valfrido T. Vieira		EEFM Francisca Castro de Mesquita

	EEM Agostinho Neres Portela	Santana do Acaraú	EEFM José Joaquim Soares
Alcântara	EEFM Francisco de Almeida Monte		EEFM Nazaré Severiano
Cariré	EEFM Marieta Cals	Senador Sá	EEFM Cel. Apoliano
	EEFM Cefisa Aguiar	Varjota	EEFM Waldir Leopércio
Coreaú	EEFM Vilebaldo Aguiar		
	EEFM Flora Teles		
Forquilha	EEFM Elza Goersch		
Frecheirinha	EEFM Antônio Custódio		
	EEFM Presidente Vargas		
CREDE 07 - CANINDÉ			
Canindé	Colégio Estadual Paulo Sarasate	Itatira	EEFM Antonio Sabino Guerra
	EEFM Frei Policarpo		EEFM Nazaré Guerra
	EEFM Capelão Frei Orlando	Paramoti	EEFM Tomé Gomes dos Santos
	CEJA Frei José Ademir de Almeida	Santa Quitéria	EEFM Julia Catunda
Caridade	EEFM Casimiro Bezerra de Araújo		EEFM Manoel Rufino Magalhães
General Sampaio	EEFM Edite Alcântara Mota		EEM Aracy Magalhães Martins
CREDE 08 - BATURITÉ			
Baturité	EEF Mons. Manoel Candido	Mulungu	EEFM Milton Façanha Abreu
	EEF Estevão Alves da Rocha	Ocara	EEFM Almir Pinto
	Liceu de Baturité Domingos Sávio	Pacoti	EEFM Menezes Pimentel
	CEJA Donaninha Arruda	Palmácia	EEFM M ^a Amélia Perdigão Sampaio
Acarape	EEM Maria do Carmo Bezerra	Redenção	EEM Brunilo Jacó
Aracoiaba	EEFM Almir Pinto		EEF Adolfo Ferreira de Sousa
Aratuba	EEFM José Joacy Pereira		EEF Pe. Saraiva Leão
Barreira	EEM Danisio Dalton da Rocha Correa		EEF Casimiro Araújo Campos
Capistrano	EEFM Ubiratan Diniz Aguiar		EEFM Camilo Brasiliense
Guaramiranga	EEFM Zélia de Matos Brito		
Itapiúna	EEFM Franklin Távora		
CREDE 09 - HORIZONTE			
MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES
Horizonte	EEFM José Bonifácio de Queiros	Pacajus	EEFM Pe. Coriolano
Beberibe	EEM Fc ^a Moreira de Sousa	Pindoretama	EEFM Julia Alenquer Fontenele
	EEFM Ana Faco		
Cascavel	EEFM Ronaldo Caminha		
	EEFM de Jacarecoara		
	EEFM Pe Arimatéia Diniz		
	EEFM de Cascavel		
	EEFM Custódio da S. Lemos		
	EEFM José Correia Pinto		
CREDE 10 - RUSSAS			
Russas	Colégio Estadual Gov. Flávio Marcílio	Jaguaruana	EEFM Francisco Jaguaribe
	EEF José Raimundo de Deus		EEFM Manoel Sátiro
	EEF Manoel Matoso Filho		EEF Edith Moreira Barreto
	EEF Dr. Moreira de Sousa	Limoeiro do Norte	EEFM Lauro Rebouças de Oliveira
	EEF Coronel Murilo Serpa		EEFM Arsênio Ferreira Maia
	CAIC Senador Carlos Jereissati		Liceu de Arte e Ofícios
	EEFM Maria de Lourdes Oliveira		EEF Pe Joaquim de Menezes
	Liceu Prof. Walquer Cavalcante Maia		CEJA - Dr. José Nilson Osterne
Alto Santo	EEFM Francisco Nonato Freire	Morada Nova	EEFM Egidia Cavalcante Chagas
	EEF Urcesina Moura Cantidio		Colégio Estadual Maria Emilia Rabelo
Aracati	EEFM Beni Carvalho	Palhano	EEFM José Francisco de Moura

	EEFM Barão de Aracati EEFM Pompeu Costa Lima		EEF Mateus Sobrinho EEFM Governador Manoel de Castro Filho
	EEF Francisco Sabóia Barbosa EEF Antonieta Cals (anexo)	Quixeré	
Fortim	EEFM Helenita Lopes G. Valente		
Icapuí	EEFM Prof. Gabriel Epifanio dos Reis		
Itaçuaba	EEFM João Barbosa Lima		
CREDE 11 - JAGUARIBE			
Jaguaribe	EEF Franklin Monteiro Gondim EEF Cornélio Diógenes	Jaguaretama	EEF Dr. Raul Barbosa EEF Gov. Luis Gonzaga da Fonseca Mota
	EEFM Raul Barbosa EEFM Ubiratan Diniz Aguiar EEF Prof. Rdo Lima Gomes EEFM Militana Paes EEFM Gustavo Barroso	Pereiro	EEFM Virgílio Correia Lima EEF Cleonice Freire EEF Nilda Campos Terceiro
Ererê	EEFM Senador Fernandes Távora	Potiretama	EEFM Ant ^o Reginaldo M. de Almeida
Iracema	EEFM Enéas Olimpio da Silva EEFM Joaquim de Figueiredo Correia EEF Ábdon Xavier de Carvalho		
CREDE 12 - QUIXADÁ			
MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES
Quixadá	EEFM Abraão Baquit EEFM Gov. César Cals de O. Filho EEFM Cel. Virgílio Távora CEJA João Ricardo da Silveira EEFM G. Luiz de Gonzaga F. Mota EEF Nemésio Bezerra EEFM José Jucá EEFM Dr. Adolfo S. Cavalcante EEFM José Martins Rodrigues EEFM Liceu de Quixadá M ^a C. Costa	Choró	EEFM Emanuel
		Ibaretama	EEFM Cônego Luiz Braga Rocha
		Ibicuitinga	EEFM M ^a Edilce Dias Fernandes
		Madalena	EEFM Alfredo Machado
		Quixeramobim	EEM Dr. Andrade Furtado EEFM Assis Bezerra EEF Álvaro de Araújo Carneiro EEFM Cel. Humberto Bezerra EEF Cel. Virgílio Távora EEF Dr. Joaquim Fernandes EEF Dona Luiza Távora
Banabuiú	EEFM Jacob Nobre de O. Benevides		
Boa Viagem	EEFM Dom Terceiro EEFM David Vieira da Silva EEFM Pe. Antônio Correia de Sá		
CREDE 13 -CRATEÚS			
Crateús	CAIC Antônio Anísio da Frota CEJA Colégio Estadual Regina Pácis	Independência	EEFM Dep. Jerônimo Alves EEFM Maria Júlia Fialho
	EEFM Santa Inês EEFM Manoel Mano EEFM Olavo Bilac EEFM Lourenço Filho EEFM Gonzaga Mota Esc. de Cidadania J. Freire Filho Esc. de Cidadania Amadeu Catunda	Monsenhor Tabosa	EEFM Vicente Ribeiro do Amaral
		Nova Russas	EEFM Gonçalo Mourão
		Novo Oriente	EEB Coelho Mascarenhas
		Tamboril	EEFM Jáder de Figueiredo
CREDE 14 - SENADOR POMPEU			
Senador Pompeu	EEF de Senador Pompeu EEF Martins Rodrigues CEJA de Senador Pompeu	Piquet Carneiro	EEF Azarias Fernandes EEFM Humberto de A. Castelo Branco
		Pedra Branca	EEF Sabino Vieira Cavalcante

Irapuan Pinheiro	EEM Joaquim Josué da Costa		EEFM Francisco Vieira Cavalcante
Milhã	EEFM Euclides Pinheiro de Andrade		EEFM de Mineirolândia
Mombaça	EEF Ananias do Amaral Vieira	Solonópole	EEF Aníbal Rodrigues Pinheiro
	EEF Prof. Pedro Jaime		EEFM Fenelon Rodrigues Pinheiro
	EEFM Plácido Aderaldo Castelo		
CREDE 15-TAUÁ			
Tauá	CEJA- Luzia Araújo Freitas	Arneiroz	EEFM Maria Dolores Petrola
	EEFM Liceu de Tauá Lili Feitosa	Parambu	EEFM Virgílio Távora
CREDE 16 - IGUATU			
MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES
Iguatu	EEFM Gov. Adauto Bezerra	Acopiara	EEFM Alfredo Nunes de Melo
	EEF Amélia Figueiredo de Lavor		EEF Pe. João Antonio
	EEFM Ant ^o Albuquerque de Sousa Filho		EEFM Murilo Serpa
	EEF Dr. Carlos de Gouvêa	Cariús	EEFM Adahil Barreto
	CAIC Francisco das Graças Alves Ber- to	Catarina	EEFM Pedro Jorge Mota
	CEJA Luis Gonzaga da Fonseca Mota	Jucás	EEFM Luiza Távora
	EEFM Filgueiras Lima	Orós	EEFM Eptácio Pessoa
	Liceu de Iguatu Dr. Jose Gondim		EEFM José Walfrido Monteiro
	EEF Maria Pacífico Guedes	Quixelô	EEFM Luiz Gonzaga da Fonseca Mota
	EEFM N. Sra do Perpétuo Socorro		
CREDE 17 - ICÓ			
Icó	CEJA- Ana Vieira Pinheiro	Ipaumirim	EEFM Dom Fc ^o de Assis Pires
	CERE- Pe Jose Alves de Macedo	Lavras da Mangabeira	EEFM Alda Ferrer Dutra
	EEM Vivina Monteiro		EEFM Filgueiras Lima
Baixio	EEFM Mons. Horácio Teixeira	Umari	EEFM Mons. Manoel Carlos de Moraes
Cedro	EEFM Antonieta Jucás Marques	Várzea Alegre	EEF Figueiredo Correia
	EEFM Gabriel Diniz		EEFM José Correia Lima
	Colégio Estadual Celso Araújo		EEFM Afonsina Diniz de Macedo
CREDE 18-CRATO			
Crato	CAIC Maria Yara de Brito Gonçalves	Altaneira	EEFM Santa Tereza
	CEJA- Mons. Pedro Rocha de Oliveira	Antonina do Norte	EEFM Antonio Mota
	EEFM Col. Estadual Wilson Gonçalves	Assaré	EEFM Rdo. Moacir Alencar Mota
	EEF Alexandre Arraes		EEF Raul Onofre
	EEF Dom Quintino	Campos Sales	EEF de Campos Sales
	EEFM Estado da Bahia		EEFM Presidente Médice
	EEFM Estado da Paraíba	Nova Olinda	EEFM Pe. Luis Filgueiras
	EEF Francisco José de Brito	Potengi	EEFM Menezes Pimentel
	EEF. Gov. Virgílio Távora	Saboeiro	EEFM Lídia Bezerra
	EEFM José Alves de Figueiredo	Santana do Cariri	EEFM Adrião do Vale Nuvens
	EEF Presidente Vargas		
	EEFM Teodorico Teles de Quental		
CREDE 19 - JUAZEIRO DO NORTE			
Juazeiro do Norte	EEF Amália Xavier	Barbalha	EEF Martiniano de Alencar
	EEB Pe. Azarias Sobreira		EEM Gov. Adauto Bezerra
	EEF Virgílio Távora	Caririaçu	EEM Plácido A. Castelo
	EEF Isabel da Luz	Farias Brito	EEFM Getúlio Vargas
	EEFM Clotilde Saraiva		EEFM Luiz O. Correia
	EEFM Pres. Geisel	Jardim	EEFM Gov. Adauto Bezerra

	EEFM Mª Amélia Bezerra		EEFM Dr. Romão Sampaio
	EEF Padre Cícero		
	EEFM Tiradentes		
	EEFM José Bezerra		
	EEM Gov. Adauto Bezerra		
	EEFM Conserva Feitosa		
CREDE 20 - BREJO SANTO			
MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES
Brejo Santo	EEFM Balbina Viana Viana	Milagres	EEFM Dona Antonia Lindalva de Moraes
	EEFM José Matias Sampaio		EEFM Pe. Joaquim Alves
	CEJA- Joaquim Gomes Basílio		EEF Wilson Gonçalves
	Liceu Prof. José Teles de Carvalho	Missão Velha	EEFM Mons. Antonio Feitosa
Abaíara	EEFM Belarmino Lins de Medeiros		EEFM Pe. Amorim
Aurora	EEFM Tab. José Pinto Quezado	Penaforte	EEF Pedro Rocha
	EEFM Mons. Vicente Bezerra		EEFM Simão Ângelo
	EEFM Pe. Cícero		Porteiras
Barro	EEFM Mauro Sampaio		
	EEF Justino Alves Feitosa		
Jati	EEFM Moisés Bento da Silva		
Mauriti	EEFM André Cartacho		
	EEF Adauto Leite		
CREDE 21- FORTALEZA			
Fortaleza	EEFM Santo Afonso	Fortaleza	EEFM Santa Tereza
	EEF José Waldemar de Alcântara		EEFM Cristo Redentor
	EEFM Félix de Azevedo		EEFM Frei Lauro Swarte
	EEFM Antônio Bezerra		EEFM Almeida Monte
	EEFM Dr. José Bonifácio de Sousa		EEFM Fernando Cavalcante Mota
	EEF Narcisa Borges		EEFM Moema Távora
	EEF São José do Pici das Pedreiras		EEFM Dom Hélio Campos
	CAIC Rdo Gomes de Carvalho		CEJA- Eudes Veras
	CERE Maria José Santos Ferreira Gomes		EEFM Hilsa Diogo
CREDE 22- FORTALEZA			
Fortaleza	EEFM São Sebastião- BPTRAN	Fortaleza	EEFM Miguel Gurgel
	EEFM Santa Luzia		EEF Constança Távora
	EEFM Clóvis Beviláqua		Escola Integrada 2 de maio
	EEFM Elvira Pinho		EEFM Otacílio Colares
	EEFM Helenita Mota		EEFM Iolanda Queiroz
	EEF Murilo Borges		EEFM Perboyre e Silva
	EEFM Johnson		EEFM Antonio Almeida Lustosa
	EEFM Matias Beck		EEFM Tecla Ferreira
	Colégio Estadual Justiniano de Serpa		EEFM Marcelino Champagnat
	EEFM Luiza Távora – Pio XII		EEFM Gonzaga Mota
	EEFM Padre Rocha		EEFM Walter de Sá Cavalcante
	EEFM Bárbara de Alencar		EEF Telina Barbosa
	EEFM Dep. Manuel Rodrigues		EEFM Iracema
	EEFM Joaquim Albano		EEFM Estado do Pará
	EEFM Noel Hugnen		CEJA de Messejana
	EEFM Dragão do Mar		EEFM Almirante Tamandaré
	EEFM Rogério Froes		EEFM Guilherme Wassen
	EEFM Maria José Medeiros		EEFM Dona Luiza Távora – Promorar
	EEFM Juvenal Galeno		EEFM Aldacir Barbosa
	EEFM Renato Braga		EEM Paulo Benevides

	EEFM Antonio Dias Macedo		EEFM Paulo Ayrton
	Liceu de Messejana		EEFM João Nogueira Jucás
	EEF Virgílio Távora		EEF Antonio de Sousa Lima
CREDE 23 - FORTALEZA			
MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS PARTICIPANTES
Fortaleza	EEFM Adalgisa Bonfim Soares	Fortaleza	EEFM Maria Thomasia
	EEFM César Campelo		Instituto de Educação do Ceará
	Colégio Jenny Gomes		EEFM Faustino Albuquerque
	EEFM Dom Manuel da Silva Gomes		EEFM Estado do Maranhão
	EEFM Edmilson Guimarães		EEFM Irapuan Pinheiro
	Escola Euzébio Mota		EEFM Onélio Porto
	EEFM José Militão		CEJA Moreira Campos
	EEFM Paulo Sarasate		EEFM Michelson Nobre da Silva
	EEFM Pe. Arimatéia Diniz		EEFM Joaquim Alves
	EEFM Senador Fernandes Távora		EEFM Mal. Juarez Távora

ANEXO II - INSTRUMENTAIS

Secretaria da Educação Básica do Ceará
Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais
Célula de Pesquisa e Avaliação Educacional



Doc. 1

**Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará
Ano 2003**

Cadastro da Escola

INSTRUÇÕES

Este instrumento deverá ser preenchido pelo Núcleo Gestor da escola em reunião específica. Caso os espaços para comentários sejam insuficientes, anotar em folha anexa, colocando o número da questão correspondente.

IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____
Código: _____ e-mail _____
Endereço: _____ Número _____
Bairro: _____ Fone: _____ Fax: _____
Município: _____ Distrito: _____ CEP: _____
Localização: Zona Urbana ()
 Zona Rural ()

CREDE: _____ Data: ____/____/____

The logo features a stylized house with a smiling face. Above the house, the text "ESCOLA MELHOR, VIDA MELHOR" is written in a curved path. To the right of the house is a sun, and to the left are two small flowers. The entire logo is rendered in a dark blue color.

Cadastro da Escola

Este instrumento deverá ser preenchido pelo Núcleo Gestor da escola em reunião específica. Caso os espaços para comentários sejam insuficientes, anotar em folha anexa, colocando o número da questão correspondente.

Escola: _____

Código: _____ **e-mail** _____

Endereço: _____ **Número** _____

Bairro: _____ **Fone:** _____ **Fax:** _____

Município: _____ **Distrito:** _____ **CEP:** _____

Localização: Zona Urbana ()
Zona Rural ()

CREDE: _____

Data: ____/____/____

Diretor(a) _____
 Coordenador(a) de Gestão _____
 Coordenador(a) Pedagógico _____
 Coord. (a) Administrativo Financeiro _____
 Secretário(a) da Escola _____

Presidente do Conselho Escolar: _____
Presidente do Grêmio Estudantil _____

1. Indicar o(s) nível(is) e modalidade(s) de ensino existente(s) nesta escola, informando a quantidade de turmas.

- | | |
|--|--|
| ☐ Educação Infantil | ☐ Educação Especial |
| ☐ 1ª à 4ª Série | ☐ Primeiro Ciclo |
| ☐ 5ª à 8ª Série (Telensino) | ☐ Segundo Ciclo |
| ☐ 5ª à 8ª Série (Convencional) | ☐ Terceiro Ciclo |
| ☐ Ensino Médio | ☐ Quarto Ciclo |
| ☐ EJA I | ☐ Aceleração I |
| ☐ EJA II | ☐ Aceleração II |
| ☐ EJA III | ☐ Aceleração III |
| ☐ Tempo de Avançar – Ens. Fund. | |
| ☐ Tempo de Avançar – Ens. Médio | |

2. Preencher os quadros abaixo referentes à evolução dos indicadores de movimento e rendimento escolar:

2. Preencher o quadro abaixo referentes à evolução dos indicadores de movimento e rendimento escolar:

2.1 Ensino Fundamental						
Indicadores	2001		2002		2003	
	Vr. Abs.	%	Vr. Abs.	%	Vr. Abs.	%
Matrícula Final						
Aprovação						
Reprovação						
Abandono						
Total						

2.2 Ensino Médio						
Indicadores	2001		2002		2003	
	Vr. Abs.	%	Vr. Abs.	%	Vr. Abs.	%
Matrícula Final						
Aprovação						
Reprovação						
Abandono						
Total						

3. Preencher o quadro abaixo referente à evolução dos indicadores de desempenho no SPAECE/SPAECET NET:

Disciplinas	Série	2001	2002	2003
Português	8ª			
	3ª			
Matemática	8ª			
	3ª			

4. Preencher os quadros com o número de professores e funcionários da escola com vínculo ou sem vínculo, por nível de formação completa no ano de 2003.

QUADRO I-A Número de Professores								
Situação Atual Ano 2003	Ate Ens. Fund.		Ens. Médio		Superior		Pós-Grad.	
	C/Vinc	S/Vinc.	C/Vinc	S/Vinc.	C/Vinc	S/Vinc	C/Vinc	S/Vinc
Professores								
TOTAL								

QUADRO I-B Número de Funcionários								
	C/Vinc		S/Vinc.		C/Vinc		S/Vinc	
	C/Vinc	S/Vinc.	C/Vinc	S/Vinc.	C/Vinc	S/Vinc	C/Vinc	S/Vinc
Funcionários								
TOTAL								

5. Resumir a trajetória histórica da escola, desde sua fundação até os dias atuais, situando brevemente os aspectos: data de fundação/criação, do reconhecimento, e diagnóstico atual em termos de conquistas e desafios.

6. Citar 5 (cinco) projetos e/ou ações realizadas no ano em curso pela escola, consideradas importantes para a melhoria da qualidade do ensino. Ordená-los pelo grau de importância.

1º _____

2º _____

3º _____

4º _____

5º _____

7. Assinalar, **quantificando** no Quadro II, os equipamentos existentes e **utilizados ou não** pela escola.

QUADRO II – equipamentos existentes e utilizados ou não pela escola			
Equipamentos \ Utilização	Existentes	Utilizados	Não Utilizados
Videocassete			
Televisão			
Retro Projetor			
Mimeógrafo			
Máquina Copiadora			
Ventilador em Sala de Aula			
Aparelho de Som			
Microcomputador			
Impressora			
Outros			

Usar o espaço a seguir para especificar a opção “outras” caso tenha sido assinalada e comentar os casos de “não utilização”.

8. Indicar, no Quadro III o total de dependências escolares, **quantificando-as** em termos de utilização adequada ou inadequada. Qualquer linha do quadro não preenchida deverá ser objeto de comentário no espaço destinado para esse fim. Da mesma forma, as dependências julgadas **inadequadas** deverão ser comentadas.

QUADRO III – N° de dependências da escola			
Dependências	Total	Utilização	
		Adequada	Inadequada
Sala de Aula			
Sala do Núcleo Gestor			
Sala de Informática			
Biblioteca - Sala de Leitura			
Sala de Professores			
Laboratório			
Secretaria da Escola			
Quadra de Esporte			
Pátio Coberto			
Pátio Descoberto			
Auditório			
Cantina			
Banheiro			
Outras			

Espaço destinado aos comentários relativos ao Quadro III.

Linhas não preenchidas: por quê?

Dependências “inadequadas”: por quê?

“Outras”: quais e por quê?

9. Quais dessas organizações existem na escola?

a) Conselho Escolar	
b) Grêmio Estudantil	
c) Associação de Pais	
d) Congregação dos Professores	
e) Outras	

Usar o espaço a seguir para especificar, caso a opção “outras” tenha sido assinalada. _____

10. Considerando as organizações existentes citadas na questão anterior, destacar a atuação de cada uma delas, segundo os conceitos, **quantificando o Nº de respondentes**.

QUADRO IV – Avaliação da atuação das organizações				
Conceito	Muito boa	Boa	Regular	Não funciona
Organização				
Conselho Escolar				
Grêmio Estudantil				
Associação de Pais				
Congreg. de Profs.				
Outras				

Usar o espaço para comentários, caso a opção “outras” tenha sido assinalada, bem como as atuações julgadas “regular” e ou “não funciona” explicando o “por quê”. _____

Secretaria da Educação Básica do Ceará
 Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais
 Célula de Pesquisa e Avaliação Educacional



Doc. 2

Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará Ano 2003

Questionário do Núcleo Gestor/ Professores

INSTRUÇÕES

Os instrumentos serão aplicados de forma coletiva, em pequenos grupos de no máximo dez participantes, em uma reunião específica para essa atividade.

Cada grupo deverá escolher um coordenador e um redator entre os integrantes. O redator deverá registrar os depoimentos nos espaços reservados para esse fim. Caso o espaço seja insuficiente, anotar em folha anexa colocando a categoria: (Organização do trabalho escolar; Organização do trabalho docente; Ambiente escolar) e o número da questão correspondente.

Após as discussões, o redator deverá **quantificar** nos parênteses o Nº de respondentes por opção.

No caso de a questão admitir mais de uma alternativa, assinalá-las fazendo os comentários necessários.

Nas questões em que, o grupo escolher, a opção “outras”, especificar e comentar esta alternativa.

IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____

Município _____ CREDE _____

Segmentos:

Núcleo Gestor ()

Professores ()

Nº de Participantes do Grupo: _____

Data: ____/____/____

A – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

1. Quais as providências adotadas para integrar a escola à comunidade em que ela se insere? Destacar as três que melhor funcionam.

2. Com que frequência, a escola, enquanto serviço público, tem sido utilizada pela comunidade? Usar o Quadro I, explicitando os serviços e, nos parênteses indicar o N° de respondentes, por opção.

QUADRO I – Frequência de utilização da escola				
Serviços	Grau de frequência	Utilizado com Frequência	Pouco utilizado	Nunca utilizado

Comentar, de forma breve, o por quê do “pouco” e “nunca utilizado” dos serviços:

3. Sobre o ambiente escolar - **espaço de participação** do grupo (Núcleo Gestor/professores), assinalar as alternativas, considerando a escala proposta: MB (Muito bom); B (Bom); R (Regular) e I (Insuficiente), sempre **quantificando o número** dos que pontuaram o item ao lado dos conceitos.

Espaço de participação	MB	B	R	I
a) Na elaboração do PDE/Projeto P. Pedagógico				
b) Na execução das atividades escolares				
c) Na tomada de decisões pedagógicas				
d) Na tomada de decisões administrativas				
e) Nos eventos festivos				

No espaço abaixo, comentar brevemente as alternativas pontuadas com “regular” e “insuficiente”.

4. Sobre a biblioteca e/ou sala de leitura, responder às indagações a seguir, usando os parênteses para **quantificar o N° de respondentes**, por opção.

- a) Existe, e em boas condições físicas (espaços, mobiliário, iluminação e ventilação) ();
- b) Existe, mas em condições físicas precárias: ()
Especificar: _____

- c) O acervo é adequado ()
- d) O acervo é inadequado ()
- e) A frequência dos alunos é:
Muito boa () Boa () Regular () Fraca () Muito fraca ()
- f) Existe a modalidade de empréstimos domiciliares? Sim () Não ()
- g) Se existe, qual a sua média mensal? ()

Usar o espaço a seguir para comentar a opção (b) caso tenha sido assinalada, e a opção (e) caso tenha sido identificada uma frequência abaixo de “regular”.

5. a) A escola presta contas à comunidade dos seus serviços? Informar nos parênteses o **Nº de respondentes**, por opção. Sim () Não ()

Como? Explicitar:

- b) E dos recursos recebidos e despendidos? Sim () Não ()

Como? Explicitar:

6. Usar o Quadro II para avaliar a relação do Núcleo Gestor/ professores no ambiente escolar com os demais segmentos. **Quantificar o Nº de respondentes**, por opção.

QUADRO II – Relação do grupo com os demais segmentos da escola				
Conceito	Muito boa	Boa	Regular	Difícil
Segmentos				
Diretor Geral				
Coordenador de Gestão				
Coordenador Pedagógico				
Coord. Adm. Financeiro				
Secretário da Escola				
Professores				
Colegas do Núcleo Gestor				
Funcionários				
Colegas Professores				
Pais				
Alunos				

Caso algum tipo de relação tenha recebido conceito “regular” e ou “difícil”, usar o espaço abaixo para comentar.

7. Sobre a merenda escolar, escolher as opções que melhor se identificam com a opinião do grupo. Usar os parênteses para **quantificar as respostas**, por opção.

- a) É, em geral, bem aceita, pois é de boa qualidade. ()
 b) Poderia ser melhor, se o cardápio fosse variado. ()
 c) Em geral, é ruim ()
 d) Às vezes falta ()

Usar o espaço a seguir para comentar as opções (b), (c) e (d). Em relação à opção (d), comentar a frequência com que a merenda falta, e quais as providências tomadas pela escola.

8. a) Quais as providências adotadas pela escola para garantir a aprendizagem dos alunos? Citar, no máximo 3 (três), por ordem de importância.

Providências Adotadas:

8.b) Avaliar como têm funcionado essas providências, usando os conceitos propostos no Quadro III. **Quantificar o Nº de respostas.**

QUADRO III –PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA GARANTIA DA APRENDIZAGEM					
Providências	Conceitos	Muito Bem	De modo Regular	De modo Insuficiente	Não têm funcionado

Usar o espaço a seguir para comentar as possíveis razões para as providências terem funcionado de forma “insuficiente” e /ou “não terem funcionado”.

9. Indicar as formas utilizadas pela escola ao trabalhar os resultados das avaliações educacionais, Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará- SPAECE/Sistema de Avaliação da Educação Básica -SAEB, **quantificando o Nº de respondentes.**

a) Discute com toda a comunidade escolar os resultados do SPAECE, nas suas duas vertentes – Rendimento Escolar e Auto Avaliação, bem como os resultados do SAEB	
b) Promove debates entre o NG e os professores sobre os resultados do SPAECE e ou SAEB	
c) Os resultados dos dois sistemas são utilizados como subsídios para o planejamento da escola	
d) A escola participou, mas não trabalhou os resultados	
e) A escola não participou das avaliações, mas trabalhou os resultados	

Usar o espaço a seguir para comentar a opção (d) caso tenha sido assinalada.

B) ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

10. O planejamento pedagógico tem servido para orientar a prática docente em sala de aula? Usar os parênteses para **quantificar o N° de respondentes**, por opção:

Sim () Quase sempre () Pouco () Não ()

Caso as opções “pouco” e “não” tenham sido assinaladas, usar o espaço abaixo para comentar.

11. Com relação a esse planejamento, que orientações são oferecidas aos professores pela coordenação pedagógica? Explicitar e avaliar, como têm funcionado segundo a escala proposta, **quantificando** no Quadro IV o N° de respondentes.

QUADRO IV – Avaliação das orientações recebidas pelos docentes				
Conceito	Muito Bem	De modo Regular	De modo Insuficiente	Não têm Funcionado
Tipo de orientação recebida				

Usar o espaço abaixo para comentar as orientações julgadas de modo “regular” e/ou “insuficientes” e as que “não têm funcionado”.

12. Quais as metodologias utilizadas pelos docentes para trabalhar os conteúdos? Explicitá-las, **quantificando-as** pelo grau de frequência com que os respondentes informam.

QUADRO V – Metodologias utilizadas e grau de frequência					
Frequência	Diário	Semanal	Quinzenal	Mensal	Eventual
Metodologias					

13. Selecionar dentre as atividades extraclasse abaixo listadas, a(as) mais utilizadas pela escola, usando os parênteses para **quantificar o Nº de respondentes**, por opção:

- | | |
|--|-----------|
| a) Pesquisa individual e em grupo | () |
| b) Datas comemorativas | () |
| c) Excursões | () |
| d) Atividades artísticas e culturais | () |
| e) Atividades científicas | () |
| f) Atividades esportivas e recreativas | () |
| g) Não desenvolve atividades extraclasse | () |
| h) Outras | () |

Caso a opção “outras” tenha sido assinalada, usar o espaço abaixo para especificar:

14. Opinar sobre o grau de articulação entre as atividades extra classe e os conteúdos curriculares trabalhados. Usar os parênteses para **quantificar o Nº de respondentes**, por opção:

- | | |
|--|-----------|
| a) Plenamente satisfatório | () |
| b) Nem sempre satisfatório | () |
| c) Dificilmente satisfatório | () |
| d) Não há articulação entre as atividades extra classe e os conteúdos curriculares | () |

Usar o espaço abaixo para comentar as dificuldades encontradas para essa articulação:

15. Indicar os “espaços de participação” no ambiente escolar proporcionados aos alunos, pelos professores, em sala de aula. Usar os parênteses para **quantificar o Nº de respostas**, sabendo que cada respondente poderá escolher mais de uma opção.

- | | |
|--|-----------|
| a) Nas discussões dos conteúdos trabalhados | () |
| b) Nos debates em grupo | () |
| c) Nos depoimentos individuais | () |
| d) Nos momentos de tarefas individuais | () |
| e) Dificilmente dá para oferecer esses “espaços” | () |
| f) Em outros momentos. Quais? _____ | () |

Caso as opções (e) e (f) tenham sido escolhidas, usar o espaço abaixo para comentá-las:

16. Indicar 3 procedimentos adotados pela escola para manter a disciplina no ambiente escolar. Usar os parênteses para **quantificar o Nº de respondentes**, sabendo que cada um poderá escolher mais de uma opção.

Procedimentos (Especificar)	Nº de respondentes

17. O sistema de avaliação da aprendizagem adotado na escola facilita o trabalho do professor, no sentido de detectar dificuldades e avanços? Usar os parênteses para **quantificar o Nº de respondentes**.

- a) Sim ()
 b) Nem sempre ()
 c) Dificilmente ()
 d) Não facilita o trabalho do professor ()

Usar o espaço abaixo para indicar as 3 (três) maiores dificuldades encontradas no sistema adotado.

18. O sistema de avaliação da aprendizagem adotado na escola tem oferecido subsídios para o **planejamento** das aulas? Usar os parênteses para **quantificar o Nº de respondentes**.

- a) Sim ()
 b) Nem sempre ()
 c) Dificilmente ()
 d) Não oferece subsídios para o planejamento ()

Usar o espaço abaixo para comentar as opções (c) e (d), caso tenham sido assinaladas.

19. Indicar os instrumentos utilizados para a avaliação da aprendizagem dos alunos, considerados mais importantes, explicitando por que o são. Citar, no máximo, 3 (três):

Instrumentos utilizados

Por que esses instrumentos são importantes?

20. Como o erro do aluno é trabalhado após as avaliações em sala de aula?

Secretaria da Educação Básica do Ceará
 Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais
 Célula de Pesquisa e Avaliação Educacional



Doc.3

Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará Ano 2003

Questionário dos alunos de 1ª à 4ª Série/Primeiro e Segundo Ciclos

INSTRUÇÕES

O Conselho Escolar, apoiado pelo Grêmio Estudantil, será responsável pela coordenação e aplicação dos instrumentais na escola.

Os instrumentos serão aplicados de forma coletiva, em pequenos grupos de no máximo 10 participantes, em reunião específica para essa atividade.

O Conselho Escolar indicará um coordenador e um redator que registrará os depoimentos em cada espaço reservado para esse fim. Caso o espaço seja insuficiente anotar em folha anexa, colocando o número da questão correspondente.

OBS: O responsável pela aplicação do questionário deverá explicar que os alunos deverão se manifestar, um de cada vez (levantando a mão ou seguindo a ordem dos ponteiros do relógio). A ordem vai ser necessária para dar tempo ao redator de anotar tudo, de forma sintética e, ao lado, marcar as ocorrências, com um “tracinho”, como se faz em um processo de votação. Essa marcação facilitará a totalização posterior dos dados. O aplicador deverá estar atento para que todos se manifestem livremente.

IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____

Município: _____ CREDE _____

Data: ____/____/____

Alunos

Série ou Ciclo: _____

Nº de Participantes do Grupo _____

- Do que vocês mais gostam, e menos gostam na sua escola? Indicar as três opções mais votadas **quantificando** o Nº de respondentes.

1-A)	O que mais gostam na escola	Nº de respondentes

1-B)	O que menos gostam na escola	Nº de respondentes

2. Avaliar a qualidade dos serviços existentes na escola, usando a escala proposta no Quadro I. Quantificar o **número de alunos** que a escolheu.

QUADRO I - Qualidade dos serviços existentes na escola					
Serviços	Conceito	Muito Boa	Boa	Regular	Ruim
Biblioteca-Sala de leitura					
Sala de aula					
Merenda escolar					
Quadra esportiva					
Banheiros					
Cantina					
Limpeza					
Segurança					
Outras: Especificar					

Caso as opções “regular” e “ruim” tenham sido apontadas, usar o espaço abaixo para comentários.

3. Avaliar o sentimento dos alunos em relação ao pessoal administrativo e técnico -pedagógico da escola, usando a escala proposta no Quadro II. **Quantificar** nos parênteses o número de respondentes.

QUADRO II - Avaliação do sentimento dos alunos					
Corpo técnico pedagógico	Escala de Avaliação	Sinto-me muito bem tratado	Acho que poderia ser mais bem tratado	Sinto-me tratado com indiferença	Penso que eles nem sabem quem sou
Diretor Geral					
Coordenador de Gestão					
Coordenador Pedagógico					
Coord. Adm. Financeiro					
Secretário da Escola					
Professores					
Funcionários					

4. Atribuir um conceito conforme o Quadro III sobre o trabalho docente, **quantificando** o N° dos respondentes, por opção.

QUADRO III - Avaliação do trabalho docente				
Conceito	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim
Trabalho docente				
Ensino ministrado pelos professores				
Metodologia das aulas (Forma como o professor leciona)				
Sistemática de avaliação				
Procedimentos para manter a disciplina				

Usar o espaço abaixo para fazer comentários caso as opções “regular” e “ruim” tenham sido assinaladas.



Secretaria da Educação Básica do Ceará
Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais
Célula de Pesquisa e Avaliação Educacional

Doc. 4

Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará
Ano 2003

Questionário dos alunos de 5ª à 8ª Série/Terceiro e Quarto Ciclos e Ensino
Médio

INSTRUÇÕES

O Conselho Escolar, apoiado pelo Grêmio Estudantil, será responsável pela coordenação e aplicação dos instrumentais na escola.

Os instrumentos serão aplicados de forma coletiva, em pequenos grupos de no máximo 10 participantes, em reunião específica para essa atividade.

O Conselho Escolar indicará um coordenador e um redator que registrará os depoimentos em cada espaço reservado para esse fim. Caso o espaço seja insuficiente anotar em folha anexa, colocando o número da questão correspondente.

OBS: O responsável pela aplicação do questionário deverá explicar que os alunos deverão se manifestar, um de cada vez. A ordem vai ser necessária para dar tempo ao redator de anotar tudo, de forma sintética e, ao lado, marcar as ocorrências, com um “tracinho”, como se faz em um processo de votação. Essa marcação facilitará a totalização posterior dos dados. O aplicador deverá estar atento para que todos se manifestem livremente.

IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____

Município: _____ CREDE: _____

DATA: ____/____/____

Alunos

Série ou Ciclo: _____

Nº de Participantes do Grupo: _____

1. Do que vocês mais gostam e menos gostam na sua escola? Indicar as três opções mais votadas **quantificando** o Nº de respondentes.

1-A)	O que mais gostam na escola	Nº de respondentes

1-B)	O que menos gostam na escola	Nº de respondentes

2. Avaliar a qualidade dos serviços existentes na escola, usando a escala proposta no Quadro I. Quantificar o número de alunos que a escolheu.

QUADRO I - Qualidade dos "serviços" existentes na escola					
Serviços	Conceito	Muito Boa	Boa	Regular	Ruim
Biblioteca/ sala de leitura					
Sala de informática					
Sala de aula					
Merenda escolar					
Quadra esportiva					
Secretaria da escola					
Banheiros					
Cantina					
Limpeza					
Segurança					
Outras: especificar					

Caso as opções “regular” e “ruim” tenham sido apontadas, usar o espaço abaixo para comentários.

3. Sobre a merenda escolar, escolher as opções que melhor se identificam com a opinião do grupo. Usar os parênteses para **quantificar as respostas**, por opção.

- a) É, em geral, bem aceita, pois é de boa qualidade ()
b) Poderia ser melhor, se o cardápio fosse variado ()
c) Em geral, é ruim ()
d) Às vezes falta ()

Usar o espaço a seguir para comentar as opções (b), (c) e (d). Em relação à opção (d), comentar a frequência com que a merenda falta.

4. Atribuir um conceito conforme o Quadro II sobre o trabalho docente, **quantificando** o Nº dos respondentes, por opção.

QUADRO II - Avaliação do trabalho docente					
Trabalho docente	Conceito	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim
Ensino ministrado pelos professores					
Metodologia das aulas (Forma como o professor leciona)					
Sistemática de avaliação					
Procedimentos para manter a disciplina					

Caso as opções “regular” e/ou “ruim” tenham sido assinaladas, fazer comentários.

5. Avaliar o relacionamento do grupo em relação aos membros do Núcleo Gestor e demais segmentos da escola, **quantificando** o Nº dos respondentes, por opção.

QUADRO III – Relação do grupo com os demais segmentos					
Segmentos	Conceito	M. Bom	Bom	Regular	Difícil
Seus colegas					
Diretor Geral					
Coordenador de Gestão					
Coordenador Pedagógico					
Coordenador Adm. Financeiro					
Secretário da Escola					
Professores					
Funcionários					

Fazer comentários caso as opções “regular” e/ou “difícil” tenham sido indicadas.

6. Atribuir um conceito sobre a atuação do corpo técnico pedagógico administrativo da escola, **quantificando** o Nº dos respondentes por opção.

QUADRO IV – Atuação do corpo técnico pedagógico administrativo da escola					
Corpo técnico	Conceito	M. Boa	Boa	Regular	Ruim
Diretor Geral					
Coordenador de Gestão					
Coordenador Pedagógico					
Coordenador Adm. Financeiro					
Secretário da Escola					
Professores					
Funcionários					

Fazer comentários caso as opções “regular” e/ou “ruim” tenham sido indicadas.

7. Atribuir um conceito sobre a atuação dos colegiados existentes na escola, **quantificando** o Nº dos respondentes, por opção.

QUADRO V – Atuação dos colegiados existentes					
Conceito		M.Boa	Boa	Regular	Ruim
Colegiados					
Conselho escolar					
Associação de pais e mestres					
Grêmio estudantil					
Congregação de professores					

Fazer comentários caso as opções “regular” e/ou “ruim” tenham sido indicadas.

8. Quais as providências adotadas pela escola para garantir a aprendizagem dos alunos? Citar, no máximo 3 (três), por ordem de importância.

Providências Adotadas

9. Avaliar como têm funcionado essas providências, usando os conceitos propostos no Quadro VI. **Quantificar** o N° de respostas.

QUADRO VI – Providências adotadas para garantia da aprendizagem					
Providências	Conceito	Muito Bem	De modo Regular	De modo Insuficiente	Não têm Funcionado

Comentar as razões, das providências terem funcionado de modo “insuficiente” e/ ou “não terem funcionado”.

10. Indicar os “espaços de participação” proporcionados aos alunos, pelos professores, em sala de aula. Usar os parênteses para **quantificar o N° de respostas**, sabendo que cada aluno poderá escolher mais de uma opção.

- a) Nas discussões dos conteúdos trabalhados ()
 b) Nos debates em grupo ()
 c) Nos depoimentos individuais ()
 d) Nos momentos de tarefas individuais ()
 e) Dificilmente são oferecidos esses “espaços” ()
 f) Em outros momentos. Quais? _____ ()

Caso as opções (e) e (f) tenham sido escolhidas, usar o espaço abaixo para comentá-las:

Secretaria da Educação Básica do Ceará
Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais
Célula de Pesquisa e Avaliação Educacional



Doc. 5

Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará Ano 2003

Questionário dos Funcionários

INSTRUÇÕES

O Conselho Escolar, apoiado pelo Grêmio Estudantil, será responsável pela coordenação e aplicação dos instrumentais na escola.

Os instrumentos serão aplicados de forma coletiva, em pequenos grupos, de no máximo 10 participantes, em reunião específica para essa atividade.

O Conselho Escolar indicará um coordenador e um redator que registrará os depoimentos em cada espaço reservado para esse fim. Caso o espaço seja insuficiente anotar em folha anexa, colocando o número da questão correspondente.

IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____

Município _____ CREDE: _____

Data: ____/____/____

Funcionários

Nº de Participantes do Grupo _____

- Usar o Quadro I para especificar as atividades e avaliar a participação dos funcionários no dia a dia da escola. Indicar o **Nº de respondentes**.

QUADRO I - Participação dos funcionários no dia a dia da escola					
Formas de participação		Presenciam e opinam	Presenciam, mas não opinam	Raramente presenciam	Não participam
Atividades					

Usar o espaço abaixo para comentar as opções “Raramente-Presenciam” e/ou “Não participam”, explicitando o por quê.

2. Especificar no Quadro II as atividades proporcionadas pela escola para melhorar o desempenho profissional dos funcionários. **Quantificar** o N° dos funcionários que escolheram a opção.

QUADRO II – Atividades proporcionadas para melhoria do desempenho dos funcionários				
Frequência	Regularmente	Eventualmente	Raramente	Nunca
Atividades				
Cursos				
Seminários				
Reuniões				
Outras				

Caso a opção “outras” tenha sido indicada, especificar.

3. Usar o Quadro III para avaliar o grau de relacionamento entre os funcionários e o corpo técnico-pedagógico e administrativo, **quantificando** o N° de respondentes.

QUADRO III - Avaliação do relacionamento entre funcionários e corpo técnico pedagógico e administrativo da escola					
	Conceito	M. Bom	Bom	Regular	Difícil
Corpo Tec. Ped. Adm.					
Diretor Geral					
Coordenador de Gestão					
Coordenador Pedagógico					
Coord. Administrativo Financeiro					
Secretário da Escola					
Professores					
Alunos					
Pais dos Alunos					
Colegas Funcionários					

Usar o espaço abaixo para comentar as opções avaliadas como “regular” e/ou “difícil”

4. Indicar os três principais problemas da escola, **quantificando**, nos parênteses, o N° de respondentes, por opção.

5. Atribuir um conceito sobre a atuação do corpo técnico-pedagógico e administrativo da escola.

QUADRO IV – Atuação do corpo técnico pedagógico administrativo da escola				
Conceito	Muito Boa	Boa	Regular	Ruim
Corpo téc. Pedag. Adm				
Diretor Geral				
Coordenador de Gestão				
Coordenador Pedagógico				
Coordenador Administrativo Financeiro				
Secretário da Escola				
Professores				
Funcionários				

Usar o espaço abaixo para comentar as opções “Regular” e/ou “Ruim”, caso tenham sido assinaladas.

Secretaria da Educação Básica do Ceará
 Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais
 Célula de Pesquisa e Avaliação Educacional



**Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará
 Ano 2003**

Questionário dos Pais

INSTRUÇÕES

O Conselho Escolar, apoiado pelo Grêmio Estudantil, será responsável pela coordenação e aplicação dos instrumentais na escola.

Os instrumentos deverão ser aplicados de forma coletiva, em pequenos grupos, de no máximo dez participantes, em reunião específica para essa atividade.

O Conselho Escolar indicará um coordenador e um redator que registrará todas as respostas do grupo.

O redator deverá registrar os depoimentos nos espaços reservados para esse fim.

Caso o espaço seja insuficiente anotar em folha anexa, colocando o número da questão correspondente.

IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____

Município: _____

CREDE: _____

Data: ____/____/____

Pais:

Nº de Participantes do Grupo _____

1. Explicitar no Quadro I os motivos pelos quais os pais escolheram a escola para nela matricular os filhos. Indicar as três opções mais votadas **quantificando** o Nº de respondentes.

QUADRO I – Razões pelas quais os pais escolheram a escola	
Razões (explicitar, resumidamente)	Espaço para quantificar

2. Informar se, no ano, houve reunião de pais e com que regularidade.
Quantificar o Nº de respostas, por opção:

- a) Sim () Todos os meses ()
 De dois em dois meses ()
 Semestral ()
 Anual ()

b) Não ()

c) Se houve, não me lembro ()

3. Caso tenham aparecido respostas afirmativas à questão anterior, explicitar os três principais assuntos discutidos. Usar os parênteses para **quantificar**:

_____ ()
 _____ ()
 _____ ()

4. Sobre os recursos financeiros recebidos pela escola **quantificar** nos parênteses o N° de respondentes, por opção:

- a) Tenho conhecimento de como são recebidos e gastos ()
 b) Tenho conhecimento de como são recebidos, mas não de como são gastos ()
 c) Não tenho conhecimento de como são recebidos e nem de como são gastos ()

5. Avaliar o desempenho dos professores de seus filhos. **Quantificar** nos parênteses o N° de respondentes, por opção.

- a) Todos são muito bons: preparados e dedicados ()
 b) Alguns são bem preparados, mas falta dedicação ()
 c) Alguns são pouco preparados e pouco dedicados ()
 d) Na maioria, são pouco preparados e pouco dedicados ()

6. Indicar nas opções listadas abaixo, o grau de satisfação em relação à aprendizagem de seus filhos. Nos parênteses, **quantificar o N° de respondentes** por opção.

- a) Plenamente satisfeito(a) ()
 b) Regularmente satisfeito(a) ()
 c) Pouco satisfeito(a) ()
 d) Nada satisfeito(a) ()

Usar o espaço abaixo para justificar a escolha das opções (b), (c) e (d):

7. Informar com que regularidade os assuntos debatidos nas reuniões do Conselho Escolar chegam ao seu conhecimento. **Quantificar** nos parênteses o N° de respondentes por opção.

- a) Geralmente tomo conhecimento ()
 b) Raramente tomo conhecimento ()
 c) Nunca tomei conhecimento ()

Usar o espaço abaixo para justificar os casos de “nunca tomei conhecimento” e, no caso da opção (a), explicitar que assuntos são debatidos.

8. Usar o espaço abaixo para sugerir três modificações importantes para a melhoria do funcionamento da escola. **Quantificar**, nos parênteses, o Nº de pais que as sugeriram:

 ()

 ()

 ()

9. Avaliar o relacionamento do grupo em relação aos membros do Núcleo Gestor e demais segmentos da escola, **quantificando** o Nº dos respondentes, por opção.

QUADRO II –Relação do grupo com os demais segmentos					
Segmentos	Conceito	M. Bom	Bom	Regular	Difícil
Diretor Geral					
Coordenador de Gestão					
Coordenador Pedagógico					
Coordenador Adm. Financeiro					
Secretario da Escola					
Professores					
Funcionários					

Fazer comentários caso as opções “regular” e/ou “difícil” tenham sido indicadas.

Secretaria da Educação Básica do Ceará
Coordenadoria de Planejamento e Políticas Educacionais
Célula de Pesquisa e Avaliação Educacional



Doc. 7

Avaliação Institucional das Escolas Públicas do Ceará
Ano 2003

Registro do Acompanhamento da Auto-Avaliação pelo Conselho Escolar

INSTRUÇÕES

Este registro deverá ser preenchido pelo Conselho Escolar ou responsável (veis) pela coordenação dos trabalhos na escola, desde o momento da sensibilização até o da aplicação. Os dados aqui registrados serão fundamentais para o relatório da escola.

IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____

Município: _____

CREDE: _____

Data: _____

1. Quantificar no Quadro abaixo o número de pessoas existentes na escola e, no dia da aplicação dos instrumentais, informar o total de participantes e a quantidade de grupos formados por segmento.

QUADRO I- Demonstrativo da realização da auto-avaliação na escola			
Segmentos	Total existente na escola	Aplicação dos instrumentais	
		Total de participan-tes	Quantidade de grupos por segmento
Núcleo Gestor			
Professores			
Funcionários			
Alunos			
Pais			
Total Geral			

2. Fazer um comentário de todas as etapas da avaliação institucional vivenciadas pela escola, considerando os **aspectos relevantes** e as **dificuldades apresentadas**:

Sensibilização do Conselho Escolar

Sensibilização da comunidade escolar

Momento da aplicação dos instrumentais da Avaliação Institucional

Momento da organização, análise dos dados e relatório da Avaliação Institucional na escola.

3. Reflexões:

Como a escola pretende dar continuidade ao processo de auto avaliação? Enumerar, no máximo, cinco providências.

Como a escola pretende utilizar os resultados da Avaliação Institucional?

Em que aspectos a Avaliação Institucional poderá contribuir para o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e Projeto Político Pedagógico (PPP) ?

Ficha Técnica

Célula de Pesquisa e Avaliação Educacional
Alessio Costa Lima

Núcleo de Avaliação Institucional
Estefânia Maria Almeida Martins

Núcleo de Avaliação de Rendimento Escolar
Maria Noraelena Rabelo Melo

Elaboradores

Zoya Dias Ribeiro (Consultora)
Sylvia Maria de Aguiar Coelho
Estefânia Maria Almeida Martins
Silvia Helena Rios Solon
Alessio Costa Lima

Equipe Técnica da SEDUC

Cordula Victoriano Colares
Estefânia Maria Almeida Martins
Maria Noraelena Rabelo Melo
Rosângela Teixeira de Sousa
Silvia Helena Rios Sólón
Socorro Maria de Sousa
Sylvia Maria de Aguiar Coelho

Especialistas em Informática

Carlos Adolfo Rebouças Gondim
João Eudmar de Almeida (Crede 04- Camocim)

Este livro foi composto na fonte Palatino 11,5/18,8
o miolo foi impresso em papel Off-set 75 g/m² e a
capa em Cartão Supremo 250 g/m² Impresso pela

GRÁFICA E EDITORA NACIONAL
www.graficaeditoranacional.com.br